

# REVISTA CANUDOS

V.3 nº 1, junho de 1999



Foto: Antonio Cláudio

## A SECA

Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação - PPG  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**

**Reitora**

*Ivete Alves do Sacramento*

**Vice-Reitor**

*Luiz Carlos Almeida de Andrade Fontes*

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação - PPG**

*Manoelito Damasceno*

**Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC**

*Luiz Paulo Almeida Neiva*

**Editores**

*Equipe do*

**Conselho Editorial**

*Clímaco Dias*

*Luiz Paulo Almeida Neiva*

*Monoel Neto*

*Edvaldo Machado Boaventura*

*Renato Ferraz*

*José Calasans*

*Oleone Coelho Fontes*

*Eldon Canário*

*Gumercindo Martins Sá Filho*

**Editoração**

*PORTFOLIUM Laboratório de Imagens*

**Revisão**

*CEEC*

**Normalização**

*Biblioteca da UNEB*

**ISSN 1413-9421**

**Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC**

# Revista **CANUDOS**

V.3 nº 1, junho de 1999

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**

Revista Canudos / Universidade do Estado da  
Bahia

Centro de Estudos Euclides da Cunha.  
v.1, nº.1 (julho / dezembro 1996) Salvador:  
UNEB, 1996

ISSN 1413-9421

1.Canudos, Bahia – História 2. Brasil – Guerra  
de Canudos, 1897

## SUMÁRIO

<b>1958: O ANO QUE NÃO DEVEIA TER COMEÇADO .....</b>	<b>05</b>
José Carlos da Costa Pinheiro	
<b>A SECA DE 1877/79: BAHIA E CEARÁ - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>09</b>
Roberto Nunes Dantas	
<b>SECAS, OLIGARQUIAS E OS FAZEDORES DE CHUVA .....</b>	<b>15</b>
Inamar Gusmão Botelho	
<b>IMAGENS DO SERTÃO E A RESISTÊNCIA SERTANEJA .....</b>	<b>27</b>
Maria Marcia Pereira	
<b>O CURRAL DOS FLAGELADOS - OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO CEARÁ DURANTE A SECA DE 1932 .....</b>	<b>33</b>
Kênia Sousa Rios	
<b>OS CUSTOS DA MODERNIZAÇÃO – DISSOCIAÇÃO, HOMOGENIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NO SERTÃO DO NORDESTE BRASILEIRO .....</b>	<b>42</b>
Dawid Danilo Bartelt	
<b>CANUDOS - UM PASSADO QUE ASSOMBRA O PRESENTE .....</b>	<b>61</b>
Clímaco César Siqueira Dias Luiz Paulo Almeida Neiva	
<b>CANUDOS: FARTURA, SECA E UMA TESE DO FILÓSOFO “MICO DE SERINHA” .....</b>	<b>67</b>
Sérgio Armando Guerra	
<b>DEPOIMENTO - A SECA EM CANUDOS .....</b>	<b>73</b>
Eldon Dantas Canário	

## 1958: O ANO QUE NÃO DEVEIA TER COMEÇADO

JOSÉ CARLOS DA COSTA PINHEIRO -  
*Historiador, Bacharel em Direito e Pesquisador  
do CEEC/UNEB*

A retrospectiva histórica das secas do Nordeste brasileiro, registra a primeira notícia no ano de 1552. Em 1618, o Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633), editado em 1958 pelo Ministério das Relações Exteriores, traz um documento descrevendo o drama da seca vivido por Melchior Dias Moréia, quando da sua viagem ao sertão em busca de salitre<sup>1</sup>. Intento não concretizado, pois a seca obrigou-o junto com o seu grupo a retornar ao local de origem.

Depois desta seca, muitas outras ocorreram<sup>2</sup>, com maior ou menor intensidade, ou até com maior ou menor divulgação. Mas, o traço comum a todas elas sempre foi o rastro de destruição que deixaram, e as milhares de vidas que sempre sucumbem a sua aparição.

O ano de 1958 é um dos momentos agudos da seca nordestina. Sobre este ano, já foram escritos vários trabalhos, por ser um ano de grandes mudanças no Brasil. A euforia desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek,(1958/61) através do seu Plano de Metas, gera uma série de realizações. Além da construção de Brasília, criação da SUDENE, os grupos executivos setoriais, construção de hidrelétricas, implantação do parque automobilístico, ampliação produtiva da Petrobrás e outros empreendimentos arrojados, efervescência cultural, seleção brasileira campeã do mundo, o Brasil começava a deixar de ter uma característica rural, para assumir uma feição marcadamente urbana.

Este clima de otimismo nacional que contagiou todas as elites, e que tem rebatimentos no presente, a ponto de no momento surgirem ensaios que sugerem que 1958 “não devia terminar”, justifica por si só um estudo mais acurado da seca desse ano. De um lado estavam aqueles que achavam que o ano foi maravilhoso, do outro estavam aqueles que viveram nesse ano um verdadeiro inferno.

Embora as vozes da seca fossem abafadas, pelas vozes do desenvolvimentismo, sobraram alguns espaços nas manchetes dos jornais. Mas, parece que as elites não tinham olhos para enxergar e não tinham ouvidos para ouvir o grito dos desesperados. Naquele momento, os olhos das elites estavam voltados para o que podia ser o plano piloto de Brasília, e os ouvidos estavam sintonizados nos motores Volkswagem que mais tarde iriam ocupar as ruas do país.

Mesmo assim, é possível ter a dimensão do flagelo quando se garimpa algumas manchetes e reportagens dos jornais, e aqui destaca-se principalmente o jornal A Tarde:

27-03 “novas notícias do Ceará relatam que uma multidão de flagelados invadiu a cidade de Amaniátuba, saqueando todo comércio e invadindo a delegacia local, onde se apoderou de toda alimentação dos presos”. 29-03 “grandes deslocamentos de populações em direção às cidades, onde procuram elas socorro para suas necessidades”.

<sup>1</sup> Nome popular do nitrato de potássio ou nitro, matéria prima para o fabrico da pólvora artesanal.

<sup>2</sup> Secas:1710/11;23/27;36/37;44/45;77/78;1808/09;24/25;1835/37;44/45;77/79;1911/15;32;52;58.

Na cidade de Souza, na Paraíba, havia cerca de 12000 mil flagelados, e as conseqüências de tais aglomerações são bem fáceis de se prever. Isso fez com que o governo buscasse medidas saneadoras, tanto que , em 12 de maio, o Presidente da República assinou um decreto, abrindo um crédito extraordinário de dois bilhões de cruzeiros, destinados a socorrer as vítimas da seca do nordeste, através do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) , o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e outros Órgãos federais.

O socorro em detrimento da prevenção, sempre foi o traço característico da intervenção do governo federal. Nenhuma política de longo alcance, que privilegiasse a convivência da população com a seca, foi adotada ao longo da história. Sempre, a intervenção governamental correu atrás das manchetes dos jornais, ou das invasões e saques das cidades. O que sempre ocorreu na verdade, é que a cada seca , grandes levas de nordestinos, começavam a vagar inicialmente pelas pequenas cidades do sertão, depois pelas médias, e como essas cidades não tinham a mínima estrutura para promover o socorro, o destino final eram as grandes cidades do litoral nordestino, ou as grandes metrópoles nacionais como Rio e São Paulo, conforme pode ser observado:

07-04 “Nordestinos chegam ao Rio, corridos pela seca buscam melhor destino. Dezenas de nordestinos, não só em paus-de-arara, mas também, em linhas normais de ônibus, continuam a chegar, diariamente ao rio em busca de melhores condições de vida.

Iludidos com a promessa de bons salários, na Capital do país muitos deles desembarcaram no campo de São Cristóvão com a esposa e a filharada, agravando ainda mais nossos problemas sociais[...] chegam completamente desamparados, tentando obter colocação em troca de um salário mínimo que não dá para a manutenção da família. Esse drama social decorre da seca que assola várias regiões do Nordeste [...] , grandes levas de flagelados em busca de oportunidade no Rio”.

Mesmo quando abre espaços para o drama dos flagelados, os jornais do Centro-Sul , não assumem as conseqüências da seca como um problema de todo Brasil, e isso fica claro quando diz “agravando ainda mais nossos problemas sociais”.

A leitura deste trecho, revela o que sempre foi a tônica do enfoque das elites para o problema humano da seca; torná-la estranha, remetê-la para um outro lugar , pois a regionalização dos problemas funcionava - como até hoje funciona – como uma válvula de escape para se fugir da responsabilidade, que nestes momentos é principalmente delas, que são definidoras das prioridades e políticas de intervenção do Estado Brasileiro.

Além de tornar a seca um problema dos sertanejos, a cobertura da imprensa sempre buscou torná-la sem rostos nem nomes, reduzindo-a a meros dados estatísticos que minimizavam os seus efeitos. Mas em algumas ocasiões este bloqueio era rompido , e surgiam os dramas pessoais como pode ser visto a seguir:

“Um desses retirantes de nome Acrísio Inácio da Luz , declarou que pelas estradas do sertão só se vêem esqueletos de gado, em meio a paisagem desoladora dos campos ressecados. Um outro , Inácio trabalhava no caldo de cana do mercado da Cidade Alta, em Natal. Ganhava lá 2200 cruzeiros e resolveu vir agora para o Rio para melhorar a sua vida. Disse que é noivo e seu irmão, Orlando Inácio da Luz, zelador da TV-Rio, lhe escreveu para que viesse, prometendo-lhe um emprego com salário mínimo de 3800 cruzeiros. Antônio Rodrigues, outro fugitivo da seca, pagou mil cruzeiros para vir de caminhão de Campina Grande, na Paraíba onde trabalhava com salário de 500 cruzeiros mensais. Disse

não possuir nenhuma arte nem instrução, esperando obter colocação como trabalhador. Está no Rio há dez dias sem conseguir trabalho. Os 600 cruzeiros que trouxe já gastou. Paga 40 cruzeiros para dormir; 30 cruzeiros por um prato feito ( arroz, feijão e carne ) ; e dez cruzeiros por um banho de chuveiro frio, sem direito a toalha ou sabão. Sua esperança é conseguir uma passagem gratuita para voltar à sua terra. Se nada obtiver, dormirá na rua, pois seu dinheiro acabou ontem.”

Fica evidente que para o Brasil dos cinquenta anos em cinco, era inadmissível conviver com flagelados da seca nordestina, pois até no momento em que a imprensa apresentava rostos e nomes, deixava claro nas suas entrelinhas, que esses flagelados nada tinham a oferecer à “cidade maravilhosa”, pois não tinham “nenhuma arte ou instrução”, e que a única trilha a ser seguida por eles era o caminho de volta para o sertão. A despeito desta forma tendenciosa com que era tratado o drama dos flagelados, os depoimentos eram bastante reveladores. No caso acima descrito, pode-se constatar a dimensão da tragédia – um trabalhador, que sai de uma cidade pequena, para uma cidade grande desconhecida, sem ter nenhum amigo, parente, ou qualquer referência, e com dinheiro suficiente para apenas vinte almoços.

O penoso suplício da viagem de ida, muitas vezes tornava-se maior quando este alcançava o seu destino, ficando quase que impossível viver de uma outra forma que não fosse através da mendicância, e as reportagens da época trazem de forma eloqüente esta situação:

“Muitos outros nordestinos encontram-se em situação idêntica à de José Agostinho da Silva, que veio do Rio Grande do Norte há um mês e não obtendo emprego, não pode agora voltar por não ter recursos para comprar a passagem. José trabalhava na padaria S. Sebastião, em Guarabira, e ganhava 800 cruzeiros para sustentar a esposa, Severina Batista e a filha, Maria de Fátima, de três meses. Não encontrou emprego. Mandará a esposa de volta com a filha e ficará no Rio, mesmo desempregado.”

A leitura dos jornais mostra também as formas diferenciadas que a seca atinge as diferentes classes sociais no campo nordestino. As primeiras notícias, sempre falam dos pequenos proprietários e dos trabalhadores assalariados, enquanto que a seca só atinge os proprietários algum tempo depois. Em alguns períodos de flagelo, a diferença entre o início da fuga da população, para o aparecimento dos problemas dos fazendeiros, chega até a oito meses.

No caso da seca de 1958, pelas fontes pesquisadas essa diferença chegou a três meses, como pode ser observado na seguinte reportagem:

“Desaparecem os rebanhos do Ceará, os fazendeiros vendem o gado que resta por qualquer preço. Um dos aspectos mais tristes da atual seca do Ceará, é o drama que estão vivendo os criadores. O gado está fadado a desaparecer por falta de pasto... Os fazendeiros, alarmados, estão perdendo seus rebanhos por qualquer preço e, mesmo assim, poucos se aventuram a comprá-los, a não ser as rezes em melhores condições ainda capazes de transpor as fronteiras do Ceará e alcançar o vizinho estado do Piauí.”

A corrupção nas obras das secas ou nas frentes de emergência , sempre foi algo muito antigo<sup>3</sup>, e não fugiu à regra na seca de 58. Nas frentes de serviços 370.000 flagelados conseguiam o seu sustento com CR\$ 30 (trinta cruzeiros) por dia, que equivalia ao preço de um prato-feito no Rio de Janeiro ou a metade do custo de manutenção de um cavalo do exército brasileiro . Ainda assim, os jornais denunciavam que em algumas cidades , chefes políticos ficavam com 25% do salário de cada flagelado. Em outras áreas, o governo entregou as obras de emergência à firmas que pagavam aos flagelados, com bens que estes não necessitavam, a exemplo de um pagamento com brilhantina, que depois era recomprada pela metade do preço. Os donos de armazéns e empórios comercializavam feijão estragado e farinha mofada pelo triplo do preço.

Esta corrupção dos coronéis nordestinos, sempre serviu de justificativa para que não fossem liberados os recursos necessários às obras emergenciais, no entanto, ela não se restringe aos chefes políticos locais, e lança seus tentáculos até os políticos do poder central. Na seca enfocada, a revista Time publica uma reportagem , reproduzida pelo jornal A Tarde , que trata de escandalosa corrupção, que agravava sobremaneira os efeitos da estiagem, abusos cometidos à sombra da proteção aos flagelados. No Rio Grande do Norte, um encarregado de construir um projeto de irrigação de grande porte, confessou que um milhão de dólares fora desviado, e que parte havia sido gasto em gratificações a senadores e deputados do PSD, partido do Presidente JK.

O problema climático na seca nordestina talvez seja o elemento menos agravante da situação. Desvio de dinheiro, falta de políticas de longo prazo, estrutura fundiária concentrada, e até mesmo o desconhecimento da região, são os fatores que tornam as conseqüências tão desastrosas. O ano de 1958 não fugiu dessa regra infame, embora para alguns fosse um ano que nunca deveria ter terminado.

#### Referências

- 1-Livro **Primeiro do Governo do Brasil (1607/1633). Ministério das Relações Exteriores -1958.**
- 2-Jornal **A Tarde**, 27/03/1958. (Rio, 27/03)
- 3-Jornal **A Tarde**, 29/03/1958.
- 4-Jornal **A Tarde**, 7/4/1958.
- 5-Jornal **A Tarde**, 10/05/1958. (Fortaleza, 06/03)
- 6-Jornal **A Tarde**, 30/05/1958.
- 7-Andrade, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** São Paulo. Editora Brasiliense, 3ª Edição Revisada e Atualizada. 1973.
- 8- Cunha, Euclides da. **Obra Completa.** Rio de Janeiro. Editora Nova Aguilar., 1995. Volume II, pág 122.
- 9- Villa, Antonio Marco. **A Queda do Império (Os últimos momentos da monarquia no Brasil )**. São Paulo. Editora Ática –1996. págs 61/62

---

<sup>3</sup> “A última festa da monarquia e símbolo da derrocada do antigo regime foi o Baile da Ilha Fiscal, realizado a 9 de novembro de 1889 para homenagear a oficialidade da marinha chilena que estava no Rio de Janeiro (...) teriam sido gastos 200 contos de réis, que segundo a oposição foram retirados da verba destinada a combater a seca do Ceará. Os jornais informaram que foram consumidos na festa da ilha Fiscal 1200 latas de aspargos, 1300 frangos, 64 faisões, 20 mil sanduíches, 14 mil sorvetes, 2900 pratos de doces, 10 mil litros de cervejas e trezentas caixas de vinhos e outras bebidas”.



**A SECA DE 1877/79**  
**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES - BAHIA E CEARÁ**

**Roberto Nunes Dantas**  
**Pesquisador do CEEC-UNEB**

Constituindo-se num dos velhos e cruciais problemas do nordeste brasileiro, a seca, entretanto, ainda carece de estudos apurados e de análises mais criteriosas dos seus períodos de maior incidência, considerando-se, sobretudo, as terríveis consequências que, ao longo de tantos anos, desabaram sobre o cotidiano de muitos brasileiros.

Em recente exposição no Centro de Estudos Euclides da Cunha, CEEC, da Universidade do Estado da Bahia, UNEB, o professor Marco Antônio Villa, estudioso do tema, destacou, para os últimos 120 anos, graves períodos de estiagem, os chamados picos da seca, a saber os anos de 1877/79, 1888, 1898, 1902, 1915/16, 1932/33, 1952, 1958, 1970/73, 1979/83, aos quais, pode-se, desde já, atrelar os últimos anos de 1997/98.

Este breve artigo se deterá no primeiro dos períodos acima citados, referente, portanto, **aos anos de 1877/79**, refletindo sobre algumas questões que margeiam a temática central - seca -, então levantadas a partir do que a documentação disponível propiciou, e secundadas, por conseguinte, pelas próprias discussões com o professor Villa.

Assim, dentre outras interrogações, causou interesse a ocorrência da seca na Província do Ceará, verdadeiramente cruel e tão evidenciada na documentação, em contraste com as dificuldades de informação, de destaque mesmo, sobre a mesma na Província da Bahia, especulando-se, aí, ( e talvez com certa ousadia! ), as possíveis razões para este fato. Pesquisou-se jornais da época, relatórios, falas e correspondências dos presidentes das referidas províncias, bem como foram instrumentos imprescindíveis as obras de Pinto de Aguiar e uma publicação da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, SEPLANTEC, do Governo do Estado da Bahia .

A questão básica, portanto, diz respeito à **gravidade ou não** da seca de 1877/79 na Bahia, tendo como referência a denúncia legítima de sua intensidade no Ceará.

Há correspondências do Presidente da Província do Ceará, endereçadas ao seu colega baiano, solicitando tanto o acolhimento aos flagelados cearenses quanto remessas de alimentos. Eis algumas delas:

**“Palacio da Presidência, 23 de março de 1878.**

Ilmo.Exmo.Senr.

Cumpre-me participar a V.Ex. que no Vapor Bahia seguem hoje 19 emigrantes cearenses, que vão procurar n’essa provincia occupação util d’onde tirem meios de subsistência.

Permita-me V.Ex. que recommende aos seus sentimentos humanitarios e patrioticos tantos cidadãos que o flagello da secca desterra do seu torrão natal, assim como se digne facilitar passagens áqueles que preferirem seguir para outras provincias.

Renovo á V.Ex. os meus protestos dde estima e consideração.

Deos Guarde á V. Ex.

Ilmo.Exmo.Senr.Presidente da Provincia da Bahia

Presidente

José Júlio D’Albuq. Barros.”

Em outra correspondência, feita inclusive no mesmo dia, há a seguinte solicitação:

“Havendo n’esta capital grande falta de generos alimenticios para soccorrer a população, que a secca tem reduzido á extrema penuria, e convindo prevenir o caso de não chegarem com a necessaria prestesa os solicitados por esta Provincia ao Governo Imperial, vou rogar a V.Ex., se houver n’essa Provincia abundância de carne do Rio Grande do Sul e de farinha de mandioca digne-se providenciar para ser-me remettido no primeiro transporte que offerecer, um suprimento desses generos, cuja quantidade não fixo, porque não será de sobra o carregamento de qualquer navio. A reconhecida solicitude de V.Ex. pelo bem publico me assegura que tomará em consideração este pedido.”

O mesmo presidente cearense volta a escrever ao seu colega baiano em 6 de abril de 1878:

“Tendo de seguir da cidade do Aracaty no Vapor Conde d’Eu alguns emigrantes cearenses, que vão procurar n’esta provincia occupação util e meio decente de subsistência, permitta-me V.Ex. que recommende aos seos sentimentos humanitarios e patrioticos esses cidadãos que o flagello da secca desterra do seo torrão natal”.

Teria a Bahia, naquele contexto, condições realmente favoráveis para dispensar ajuda aos irmãos cearenses? A seca não estaria também abrasando, sem tréguas, os solos dos sertões baianos, os quais, portanto, careciam de igual atenção institucional?

A pesquisa em curso propiciou o achado de valiosos documentos que, no mínimo, remetem a necessária reflexão. Numa correspondência de 10 de agosto de 1878, do já citado José Júlio D’Albuquerque Barros, respondendo a um ofício de 5 do mesmo mês, a ele endereçado pelo presidente da Província da Bahia, o Barão Homem Mello, se lê: “...não é conveniente fazer regressar por ora os emigrantes que d’ella ( Província do Ceará ) se tem retirado, visto não haver ainda possibilidade de empregar a maior parte dos braços desocupados”. Isto, ao menos, supõe dificuldades já enfrentadas pelo governante baiano para bem atender aos flagelados do Ceará, cada vez em maior número chegados à Bahia.

Um segundo documento é mais revelador e instigante, pois que se trata de um abaixo-assinado, datado de 17 de agosto de 1878, elaborado pelos residentes da Freguesia de Geremoabo, situada no seio dos sertões baianos, no qual os seus signatários reclamam ao presidente da Província de suas precárias condições de vida:

“Ilmo.Exmo.Senr.Barão Homem de Mello

M.D.Presidente daProvincia da Bahia

Os abaixo-assignados confiados na caridade e equidade dos actos de V.Ex., vem perante a V.Ex., Exmo Senr. Solicitar na qualidade de cidadãos brasileiros moradores residentes n’esta Freguesia de São João Baptista de Geremoabo, lance suas caridosas vistas sobre esta terra, que há tempos acha-se accessada pelo terrível flagello da secca, que qual medonho phantasma vai ceifando vidas e destruindo tudo no seo horrendo caminhar.

É digno de dor e compunção ver-se, Exmo. Senr. , vagarem pelas ruas d’esta Villa bandos de infelizes quasi nús e prestes a desfallecerem, atenta a cruel fome que se atormenta. Já tendo excasseado os recursos de comidas basicas a que o instincto oe tem impellido, vêem-se hoje na triste colisão de, ou serem soccorridos pela caridade publica ou morrerem a mingoa. Os generos que são importados por esta localidade alem de mui diminutos para o abastecimento são vendidos por preços exorbitantes. N’esta triste emergencia os Suppes impetrão o justo apoio de V.Ex. implorando digne-se mandar acudir a este

povo com alguns generos alimenticios, pois do contrario a fome em breve fará grande numero de victimas. Os Suppes Convictos de que V.Ex. condoer-se-há do estado afflictivo com que se achão, esperão benevolo deferimento”

Perscrutados alguns jornais cearenses do período, a seca inclemente - como não poderia deixar de ser! - se fez presente nas principais matérias . Mas o que importa aqui, para a continuidade daquela reflexão sobre a incidência da seca na província baiana, é o registro na edição de 19 de dezembro de 1877 do jornal “O Retirante”, o qual reproduz notícia veiculada num periódico pernambucano:

“A Secca – Lê-se no Diário de Pernambuco:

‘as victimas a socorrer na região presentemente flagellada pela secca, são:

Provincia do Piauhy.....	150.000	personas
Ceará.....	700.000	
Rio Grande do Norte.....	117.000	
Parayba.....	400.000	
Pernambuco.....	200.000	
Alagoas.....	50.000	
Sergipe.....	30.600	
Provincia da Bahia.....	500.000	

Considerando o número de vítimas estipulado para a Província da Bahia, ainda que haja possível exagero, percebe-se o tamanho do flagelo existente nos sertões naquele período.

Estaria, então, a Província da Bahia vitimada, gravemente ou não, pela forte estiagem? Possivelmente sim. O porquê dessa inquirição ganhou relevo na continuidade do trato com as fontes, percebendo-se, aí, um curioso silêncio dos jornais baianos do período sobre a problemática da seca na Bahia, quando neles se encontra, no entanto, frequentes referências ao Ceará e até a outras províncias do norte do Império. Mais curiosas ainda são as notícias alusivas às campanhas beneficentes engendradas na Bahia para o socorro dos irmãos cearenses . O próprio presidente da Província da Bahia, em resposta a officio de um vigário da Vila de Alcobça, de 24 de março de 1878, confirma o seguinte:

“Accuso recebimento do officio de 20 de janeiro proximo passado, a que acompanhou a quantia de 160\$280, produto de subscrição por V. rms. . Promovida nessa Villa em favor das victimas flagelladas pela secca das provincias do norte.”

Pinto de Aguiar, em seu excelente trabalho “Abastecimento: crises, motins e intervenção”, sinaliza para este curioso silêncio e, ao mesmo tempo, confirma a estiagem presente na Bahia: “A disputa política que ocupa os jornais nos primeiros meses de 1878, deixa quase na sombra o noticiário sobre a calamidade que assolava o nordeste. A situação, contudo, agravava-se dia a dia e já campeava livremente na Bahia a especulação resultante da escassez de produtos alimentícios”. Mais adiante, nesse mesmo capítulo do livro mencionado, então intitulado “A seca chega à Bahia”, o autor diz o seguinte: “...e as secas periódicas eram uma tradição na vida da Província” .

A disputa referida era em torno da volta ao poder dos liberais no Legislativo da Província, afastados fazia tempo, quando dois importantes jornais, o Correio da Bahia e o Diário da Bahia, debatiam-se em incontáveis querelas, cada qual defendendo, evidentemente, o seu alinhamento político, tendo como pano de fundo a crise de abastecimento vivenciada sobretudo na capital, crise esta, dentre outros fatores, causada pela própria seca incidente naquele período, tanto na província baiana quanto nas do norte .

Vasculhada, então, a documentação disponível para consulta, somente num editorial de 15 de novembro de 1877, o jornal O Monitor refere-se, finalmente, à seca na Bahia, confirmando as desconfianças aqui levantadas. E o interessante é que este jornal, em pouco tempo, passou a ser oposição ao Executivo na Província, o que, no mínimo, o levaria a bater mais frequentemente no assunto:

“A secca na Bahia

Tristes e aterradoras são as notícias que nos chegam do centro da provincia: em algumas localidades já se vae fazendo sentir o flagello da secca; em outras, estão já encarecendo os generos alimenticios, e a farinha, por exemplo, já tem soffrido consideravel augmento de preço.

Continua a falta de chuvas, e é muito para temer que tenhamos tambem que deplorar os desastres que assolaram e assolam ainda algumas provincias do norte. (...) A lavoura atravessa uma crise pavorosa, que de dia para dia se agrava.”

Não é objetivo deste breve trabalho produzir explicações e dar respostas definitivas para este “vazio” na imprensa baiana atinente à problemática da seca na província.

Necessária se torna, sem dúvida, uma análise mais consistente e qualificada do quadro econômico-social da Província, um estudo, por exemplo, acerca de quais produtos, no período em causa, tinham relevante peso na balança comercial baiana, produtos estes, certamente, não originários dos sertões baianos. Do mesmo modo, buscar-se informações mais detalhadas sobre a população existente nos municípios situados nas chamadas zonas de estiagem, comparando-se com a de outros das demais regiões da Província.

Apenas como indicativos iniciais, encontra-se numa publicação do Governo do Estado da Bahia, dados referentes de alguns municípios da área atingida pelo flagelo da seca e de outros pertencentes a zonas geograficamente distintas:

<b>Monte Santo</b> .....	11.778 habitantes	
<b>Soure</b> .....	5.974	<b>s e r t ã o</b>
<b>Tucano</b> .....	7.213	
<b>Maragogipe</b> .....	46.614 habitantes	
<b>Santo Amaro</b> .....	58.252	
<b>São Francisco</b> .....	44.445	<b>r e c ô n c a v o</b>
<b>Cachoeira</b> .....	88.836	
<b>Vitória</b> .....	18.836 habitantes	
<b>Rio de Contas</b> .....	59.893	<b>s u d o e s t e</b>
<b>Caitité</b> .....	34.638	

Reforçando estes dados há os comentários preciosos de Durval Vieira de Aguiar, presentes em seu trabalho “Descrições Práticas da Província da Bahia”, acerca dos citados municípios sertanejos:

“**Monte Santo** – A população em geral é pacífica, porém de mesquinhos recursos, porque a lavoura e a criação não podem ter desenvolvimento por causa da escassez de rios e pela seca, que anualmente persegue aquela zona... O comércio é insignificante; constante apenas de 4 casas de negócio.”

“**Soure** - Vila pequena, de clima seco..., com umas cento e tantas casas formando uma pequena praça...; sofrível casa de Câmara e barracão para feira, que é o único comércio da Vila. A lavoura é limitada ao consumo e ainda pouco desenvolvida a criação de gado.

“**Tucano** - A lavoura é insignificantíssima, e mal produz o necessário; sendo o gado anualmente dizimado pela seca; ...o comércio é nulo.”

Até as notícias sobre Geremoabo, com certeza uma Freguesia maior do que as citadas, eram desanimadoras, pois que o autor acima referido diz no texto que tal era uma “Vila insípida, estacionária... os terrenos do termo são destinados à criação, que não pode medrar, por causa da seca que anualmente a persegue”.

Quanto à importância dos produtos baianos naqueles anos de 1877/79 é de notório saber que o açúcar, ainda que em fase decadente, tinha o seu valor na economia baiana, bem situado na pauta de exportações do porto de Salvador, bem como o fumo e o café. Para tal análise, são valiosas as informações contidas naquela publicação do Governo do Estado da Bahia, anteriormente citada :

<b>1877/78</b> – fumo.....	35,3%	<b>1878/79</b> – fumo.....	40,6%
açúcar.....	24,8%	açúcar.....	30,2%
café.....	18,8%	café.....	9,9%
diamantes.....	5,4%	diamantes.....	–
couros/peles.....	-	couros/peles.....	–
cacau.....	4,9%	cacau.....	3,6%
algodão.....	0,1%	algodão.....	0,1%

E uma última especulação seria a de se entender, também, a histórica aversão das elites baianas ao povo dos sertões, por elas ignorado, elites às quais quase sempre pertenciam os donos dos principais jornais da Província da Bahia.

Assim, expostos esses elementos, serve este breve trabalho mais como provocação a um estudo mais detalhado, o que sinaliza para a necessária continuidade das pesquisas.

## NOTAS

1.Exposição realizada em 16/11/98, integrante das atividades de consultoria ao Centro de Estudos Euclides da Cunha, CEEC, da Uneb;

2. Professores e Técnicos do CEEC/UNEB produzirão artigos concernentes aos outros períodos de estiagem citados pelo Prof. Villa;
3. Quatro instituições baianas foram visitadas para o atendimento da pesquisa: Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e o Arquivo do Mestrado de História da Ufba; e duas instituições cearenses: Arquivo Público Estadual do Ceará e Biblioteca Pública do Estado do Ceará. Lamentável registrar a indisponibilidade de consulta de jornais do século XIX nas três primeiras instituições baianas acima citadas, razão, sobretudo, das inadequadas condições de guarda dos respectivos acervos;
4. AGUIAR, Pinto de – “Abastecimento: crises, motins e intervenção”; Philobiblion, RJ, 1985. “Nordeste; o drama das secas” Civilização Brasileira, 1983.
5. Publicação do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, SEPLANTEC, cujo título central é “A Inserção da Bahia na Evolução Nacional”, volumes “A Bahia no Século XIX”, “Anexo Estatístico”, “Atividades Produtivas” – Arquivo Público do Estado da Bahia;
6. José Júlio D’Albuquerque Barros, Pres. da Província do Ceará; correspondências de 23/março/1878 e de 06/abril/1878 – Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonial e Provincial;
7. Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonial e Provincial;
8. Idem ao 7;
9. Idem ao 7 e 8;
10. Jornais cearenses pesquisados: “Echo do Povo” de 09/07, 16/07 e 04/11 de 1879, “O Cearense” de 01 e 18/04, 03 e 31/05 e 01/07 de 1877, 09/07 de 1879, e “O Retirante” de 01 e 08/07, 16 e 19/09 de 1877. Há outras tantas notícias em várias edições dos citados jornais, todos disponíveis no setor de Microfilmagens da Biblioteca Pública do Estado do Ceará; ( alguns textos estão nos Anexos );
11. Biblioteca Pública do Estado do Ceará, setor de Microfilmagens;
12. Edições do Jornal O Monitor de 31/07, 10/08, 31/08 e 04/12 de 1877 – Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Periódicos;
13. Matéria publicada pelo jornal O Monitor de 24 de março de 1878, reproduzindo a resposta do presidente da Província da Bahia, Barão Homem de Mello; Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Periódicos;
14. AGUIAR, Pinto de – “Abastecimento: crises, motins e intervenção”, Philobiblion, RJ,1985;
15. Diário da Bahia, edições de 30 e 31/03/1878 e Correio da Bahia, edições de 02, 03 e 04/04/1878; Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor de Documentação Baiana; in Livro de Pinto de Aguiar, “Abastecimento: crises, motins e intervenção”; Philobiblion, RJ,1985;
16. O Monitor de 15 de novembro de 1877; Biblioteca Pública do Estado da Bahia; Periódicos;
17. Idem ao 5;
18. AGUIAR, Durval Vieira de – “Descrições Práticas da Província da Bahia”- Livraria Editora Cátedra, RJ, 1979;
19. Idem ao 18;
20. Idem ao 5 e 17.

## SECAS, OLIGARQUIAS E OS FAZEDORES DE CHUVA

Inamar Gusmão Botelho – Pesquisador do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC – da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

No Brasil, em períodos de grandes secas, é comum a adoção de estranhas soluções para combatê-las. As simples consultas às fontes disponíveis registram com riqueza de detalhes estes retumbantes equívocos, senão vejamos:

No Ceará, em 1859, formou-se uma comissão com a finalidade de apontar algumas alternativas para as temidas e repetidas secas, recorrentes naquele Estado. Partiu-se do princípio que, entre os desertos africanos e as terras desnudas das caatingas, existem estreitas semelhanças. O poeta romântico Gonçalves Dias, junto a outros membros, engrandecia aquela comissão. Enveredaram-se pelo pensamento mais lógico. Se o Nordeste assemelha-se a um deserto, justo seria povoá-lo com animais que vivem lá. Decidiram-se, então, pela importação inicial de dez exóticos camelos. Com eles, vieram dois africanos para ensinar ao povo cearense como criá-los. Após o desembarque, numa demonstração pública da novidade, Gonçalves Dias, montado em um deles, juntou-se a outros românticos aventureiros e promoveram uma pequena viagem inaugural, interrompida dolorosamente. Ao iniciar o percurso, inesperadamente um camelo fratura a perna; os outros, também, são impedidos pela irregularidade do terreno, pedregulhos e os espinhos agressivos. Assim, certificaram-se da cruel e bizarra especificidade locomotora daqueles animais, adaptados às areias macias e movediças dos desertos. Quando as secas são avassaladoras é costume a veiculação da notícia de uma suposta doação, das jóias imperiais pela Corte Imperial Brasileira, em socorro às vítimas das secas, quando D. Pedro II esteve visitando o Ceará, no século passado. Ao citarem tamanha generosidade da Coroa, concluem que o tesouro dos Nobres permaneceu, como sempre esteve, opulento e intacto. Embora o historiador e pesquisador paulista, Marco Villa, lembre a falta de documentos comprobatórios do fato, a piedosa intenção imperial vem atravessando décadas, até os nossos dias.

Acreditávamos que os campos de concentração surgiram com os alemães, no brutal holocausto do povo judeu, durante a Segunda Guerra Mundial. Resguardadas as devidas proporções, as evidências apontam-nos os brasileiros como os primeiros a usá-los, antes dos nazistas. Rachel de Queiroz escreveu “O Quinze” cujo tema é a seca de 1915, e registrou o confinamento dos retirantes com o nome de *campos de concentração*, no interior do Ceará. Segundo o Sr. Ademar Vidal, quando funcionário do Estado da Paraíba para as questões de estiagens, seu Estado foi o precursor dos referidos campos para conter os fugitivos da seca:

“Por volta de 1910, a rua direita na Paraíba, de repente inundada de retirantes esqueléticos e maltrapilhos pedindo esmolas... As mulheres iam dando as crianças às pessoas que queriam ficar com elas - momentos dramáticos o da despedida, prometendo vê-las depois, talvez para nunca mais. Estas cenas repetiram-se em 1915 -1916 e na seca de 32... Levas de flagelados foram então enviadas para lugares onde havia água. Desembarcavam em Saípe e seguiam de caminhão para Mamanguape, ou ficavam no Brejo de Areia”.

Prossegue afirmando “ser horrível, porque esses ‘campos’ foram posteriormente desviados de sua finalidade, tomando caráter político de perseguição, sofrimento e morte”.

Os flagelados, transfigurados pela fome, invadiam os lugarejos miseráveis em grandes grupos. Era costume contê-los em áreas cercadas e vigiadas, isolando-os do convívio da população, principalmente pelo mau cheiro emanado de seus estômagos vazios, em estado adiantado de autofagia, e a visualização de cadáveres insepultos, tombados pela inanição. Outras estranhas e absurdas providências foram tentadas, a exemplo da idéia de produzir chuvas, utilizando 50 milhões de barris de petróleo, acondicionados e transportados em vários navios para a costa brasileira, onde seriam queimados, como cita Pinto de Aguiar, autor de “Nordeste, o drama das secas”<sup>4</sup>. Assim produziriam espessas nuvens de fumaça que, levadas pelo vento Leste-Oeste, precipitariam chuvas no interior do sertão. A grande vantagem do processo seria a sincronização com o calendário agrícola, e assim se resolveria definitivamente a fome e a pobreza do Nordeste.

Embora a Nação carecesse da presença das ações governamentais, principalmente nas regiões mais longínquas, o órgão IFOCS, ( Inspetoria Federal de Obras Contra as secas)<sup>5</sup>, criado no início do século, posteriormente transformado no DNOCS ( Departamento Nacional de Obras Contra as Secas ), contratou geólogos americanos para apontarem as soluções pertinentes. Os relatórios desses técnicos não tinham a solução hídrica como única e exclusiva providência para saná-las. Indicavam a construção de açudagem, sim, mas atrelada a muitas outras providências complementares, principalmente aos aspectos sociais, instrucionais e educacionais. As recomendações prescritas jamais foram seguidas na época, e muito menos posteriormente, pelo DNOCS. Ao contrário, adotaram a solução hídrica como norteadora unidirecional de suas ações e que, mais tarde, mostrou-se desastrosa. Quase todos os açudes construídos através das frentes de emergência, pagos com recursos públicos foram localizados em propriedades privadas, predominando o poder de barganha do mandonismo rural. Os inúmeros e portentosos açudes construídos em áreas de domínio público, em sua quase totalidade, transformaram as terras férteis agricultáveis, à jusante<sup>6</sup> de seus taludes, em imprestáveis à produção agrícola. A falta de conhecimento e a adoção de técnicas adequadas para o uso da irrigação proporcionou a salinização daquelas áreas. Aliados a outras deficiências imprescindíveis à produção rural moderna, transformaram os imensos reservatórios d’água, em monumentos inúteis pelo desperdício.

Após a Segunda Guerra Mundial, a disseminação de novidades científicas surgiu concomitante ao aumento dos meios de comunicação. Em 1948 aparecem na imprensa, notícias das primeiras experiências das chuvas artificiais. Os experimentos baseavam-se no bombardeamento das nuvens cúmulos<sup>7</sup>, pulverizando-as através de aviões com os produtos químicos: iodureto de prata, cloreto de potássio e gelo seco. Convincentes reportagens eram

---

<sup>4</sup> Página 43

<sup>5</sup> Criado em 1909, nomeando a engenharia como única solução para o complexo problema das secas.

Transformou-se no DNOCS na década de 40 e, continuou a produzir água e assistencialismo às vítimas pobres das secas. Imitou equivocadamente os E.U.A., quando criaram o U. S. Bureau of Reclamation em 1902 que, já irrigava com sucesso, áreas significativa no sudoeste árido dos Estados Unidos.

<sup>6</sup> Em direção a foz, pelo lado abaixo do represamento da águas.

<sup>7</sup> Nuvens formadas em tempo seco, mas possuem gotículas d’água em seu interior. Lembram imensas torres de algodão em forma de couves-flores, entre 2.000 – 5.000 m. de altura. Fornecem evidências de convecção na atmosfera, i.e., sobre regiões de elevado calor. A altura de suas bases horizontais depende da umidade relativa do ar.



publicadas, testemunhando a novidade. O Governo Brasileiro, através da frota da Aeronáutica, utilizou exaustivamente esse processo até o início da década de 80, e nenhum resultado significativo foi alcançado.

## A SECA DE 1952

As secas foram visitantes contumazes na vida e na morte dos sertanejos brasileiros, a seca de 1952 começara em 1950. Ao findar novembro, os povos do Sertão achavam-se na esperança de ter chegado o período promissor, o das “águas”, época de reflorescer a vida e os ânimos. Entra janeiro, passa fevereiro, e nada. Resta agora esperar as chuvas de São José, na cultura local “dia santo”, 19 de março, providencial garantia para as provisões com o plantio do feijão e do milho. A sua colheita combina com os festejos de São João, secularmente utilizado no preparo da canjica, pamonha e tantos outros atendimentos na vida sertaneja. Preocupados, os nordestinos sabedores das coisas do tempo franzem o cenho e fixam o olhar nos céus, em busca de um pequeno sinal que seja das “santificadas” chuvas. Perscrutam o tempo na procura dos barrados<sup>8</sup>, das “ramiações” em forma de “rabo de galo”<sup>9</sup> no firmamento e nas formações flocosas em forma de carneirinhos<sup>10</sup>. Em terra, o canto da acauã<sup>11</sup>, a floração do mandacaru ou o ruído da “rapa-cuia”, rã anunciadora de tempo bom, e nada. Perdem-se as esperanças com a passagem das pombas-de-arribação<sup>12</sup>. A estiagem se instala, prolongando a anterior.

A comparação entre as grandes secas é comum para quem as viveu. A de 52 estendeu seus tentáculos à zona cacaueteira, no extremo sul da Bahia. O médio e baixo Jequitinhonha mineiro, norte do Espírito Santo, a Bacia Fluminense e o Distrito Federal, RJ, foram também afetados. O Brasil cambaleante ressentia-se ainda das conseqüências do pós-guerra, quando lutara ao lado das forças Aliadas, contra o Eixo.

No Nordeste, os caminhões participavam ativamente na condução de pessoas. Por transitarem apinhados de gente, tanto os caminhões como os retirantes eram chamados de “paus-de-arara”<sup>13</sup>. A rodovia Transnordestina servia como a principal via migratória desde o

---

<sup>8</sup> São nuvens de cor rouge, prenunciadoras de chuvas, principalmente quando aparecem na parte da tarde.

<sup>9</sup> São nuvens do tipo alto-cirros, regionalmente também designadas de “rabo de égua”, capilares, com gelo em seu interior, que se formam na troposfera superior. Sua base fica entre 8.000 e 11.000m., acima do nível do mar. Indica ventos nas camadas altas. Por vezes, à noite, formam anéis ao redor da Lua. Quando existem tais formações, as chuvas estão muito próximas.

<sup>10</sup> Nuvens do tipo cúmulo-cirro, possuem gelo em seu interior, e as vezes aparecem lenticulares, globulares, que em fileiras ou uma ao lado da outra, lembram um rebanho de carneiros lanados.

<sup>11</sup> Ave de rapina, **Herpetotheres cachinnans gueribundus** que se alimenta de ofídios. Seu ovo em pó é antídoto contra veneno de cobras venenosas. Seu canto em tempo de seca é prenúncio de chuvas; em tempo das “águas”, é prenúncio de estio. Na credice dos caboclos, seu canto também pode anunciar a chegada de um hóspede.

<sup>12</sup> Ave migratória, **Zenaida auriculata**. O sertão é rota migratória dessas pombinhas, que em grandes bandos fazem postura aleatória pelo chão, com número impressionante de ovos. São responsáveis pelo alastramento da jitarana, ao alimentarem-se de suas sementes. (Planta considerada erva “daninha”, bastante agressiva na competição com os arbustos). Na fenologia, a passagem das pombas relaciona-se com a chega de períodos críticos.

<sup>13</sup> Por não possuírem bancos com encostos, nos caminhões que transportavam os retirantes eram fixadas varas longitudinalmente à carroceria, para que os passageiros se agarrassem. O modo de agarrarem-se às varas lembrava a maneira de transportar araras, galinhas e as aves em geral.

Ceará. Os agenciadores<sup>14</sup>, através de panfletos distribuídos nos dias de feira, formavam as lotações para a fuga do “inferno”. A procissão de veículos tomava corpo e descia a principal via de acesso, cruzando os demais Estados. Os desesperançados buscavam melhores dias em terras estranhas. Apurada a venda dos últimos pertences, seres humanos transformavam-se em carga viva. Oitocentos cruzeiros por cada homem ou mulher e quatrocentos cruzeiros custava cada criança até o Sul.

A imensidão das paisagens acinzentadas, poeirentas e desnudadas pela "ruindade" dos céus ficava para trás em silêncio mortal. Os migrantes consolavam-se na crença de que a falta de chuvas era a causa principal da pobreza e da miséria que os abatia.

O traçado da grande rota tomava a formação de espinha de peixe, como um fio único condutor, até às bifurcações em direção ao Rio de Janeiro e São Paulo. Convergentes à espinha dorsal estaria o emaranhado de estradas vicinais: boiadeiras, tropeiras, pedestres e atalhos a interligar os vilarejos e as cidadelas, que agora serviam ao fluxo contínuo da emigração.

Registravam-se trinta caminhões abarrotados de retirantes, diariamente, passando por Feira de Santana. Viajava-se em silêncio sepulcral. Reflexivos, absorviam individualmente a sua tragédia e conformavam-se com os seus destinos.

De igual forma, a Ferrovia Leste Brasileiro, em conexão com a Central do Brasil, transportava-os ao mesmo destino. Em decorrência do despovoamento da região, desaparecem as lavouras: roças de sustentação básica, pastagens plantadas e as nativas, lâminas d'água, os barreiros<sup>15</sup> e as cacimbas<sup>16</sup>. O perecimento dos animais de criação obedece à ordem da resistência à penúria: bovinos, equídeos, ovinos e caprinos. Após as cabras vem o homem, na ponta da cadeia de sustentação. Partem também em fuga os animais silvestres, eliminando por completo a possibilidade da caça. Somente abundam as terríveis cascavéis, os animais peçonhentos e os morcegos, animais noctívagos que, agora alterados ecologicamente andam a luz do dia, igualmente escorraçados de suas tocas pelos estertores da fome.

Para alcançarem a via central da rota, antes, muitas pessoas palmilhavam léguas e léguas a pé, em compridas filas ondulantes, pelos escaldantes caminhos. À míngua, não resistiam e tombavam às margens das estradas por uma “sede d'água”<sup>17</sup>. Alguns sucumbiam à beira dos barreiros, por sorverem excessivamente água barrenta e os estômagos ressequidos não suportarem. Outros, por alimentarem-se barbaramente, apenas das raízes tuberosas dos umbuzeiros, batata-de-vaqueiro, (macambira, mucunã)<sup>18</sup>, mandacaru e cabeça-de-frade e outros vegetais impróprios, igualmente pereciam. Devoravam também, os artefatos de couro cru como o solado das alpercatas, capas das cangalhas<sup>19</sup>, bruacas<sup>20</sup> e surrão<sup>21</sup>, cozinhados em

---

<sup>14</sup> Homens contratados pelos proprietários de caminhões, para angariarem lotações nas feiras nordestinas. Faziam propaganda das maravilhas do Sul, através de panfletos de cordel.

<sup>15</sup> Fosso escavado em terreno argiloso, a céu aberto, com a intenção de recolher e guardar as águas das chuvas.

<sup>16</sup> Fosso escavado, geralmente de forma circular, atingindo o lençol freático para o abastecimento d'água

<sup>17</sup> “sede d'água” é escassez absoluta. A falta de ingestão de ao menos um gole de água.

<sup>18</sup> Esses vegetais, comprovadamente tóxicos são os principais responsáveis pelo elevado índice das mortes pela alimentação bárbara, notadamente nas grandes secas de 1744, 1790, 1846, 1877, 1915, 1932 e 1952, segundo descrições por testemunhas oculares de médicos e cronistas.

<sup>19</sup> Arreamento com estrutura de madeira, com suadores de capim, folhas ou cortiça, com cabeçotes cruzados, retranca e acessórios para animal cargueiro. Toda a estrutura é protegida por uma capa confeccionada de couro cru de boi.

água e sal, buscando alguma proteína.. Comum era a ocorrência dos inchaços<sup>22</sup>, próprios da desproteïnização. O gesto desesperado do suicídio também compunha as histórias dos sobreviventes.

Aliados às precárias condições das estradas, do excesso de lotação nos veículos e da miséria de um povo, agora ambulante, os acidentes avolumavam-se a cada dia. De cobertura, apenas uma lona velha sobre uma armação improvisada com sarrafos de madeira. Toscos bancos de tábuas enfileiravam-se transversalmente sobre a carroceria. Um atrás do outro, sem o providencial espaldar para as costas, tornava as longas viagens em mais um grande sacrifício. Grandes varas eram amarradas no sentido longitudinal da carroceria, para nelas se agarrarem. Apoiados uns aos outros, buscavam o equilíbrio pela combinação do vai-e-vem com os solavancos causados pela precariedade das estradas.

Atribuía-se os acidentes à quebra da barra-de-direção ou da falta de freios nas descidas, a exemplo do ocorrido na serra Rio-Petrópolis. Estas tragédias repercutiam-se em todo país, causando comoção nacional, fazendo descortinar uma realidade que as autoridades insistiam em não enxergar. Oriundos de Vitória da Conquista na Bahia, conduzidos em um pau-de-arara, oitenta e quatro retirantes, fugindo da fome, caem numa ribanceira de duzentos metros de altura, ao encontro da morte. Praticamente, esse acidente foi testemunhado pelo Presidente da República, o Sr. Getúlio Vargas, quando em visita a Petrópolis. Político sagaz, age rapidamente e evita que os respingos da tragédia enodoem as suas vestes. Determina aos seus auxiliares a prestação de imediata assistência às vítimas e aos seus familiares, até cair no esquecimento público.

O acidente evidenciou a intensa corrente migratória originária do Nordeste, objetivando atingir o Rio de Janeiro e São Paulo. Na Bahia, as cidades de Caculé e Vitória da Conquista constituíam-se paradas obrigatórias. A primeira, por ficar ao lado da junção das ferrovias Leste brasileiro e a Central do Brasil. A segunda, por sua localização estratégica, como centro de diversas outras regiões, e por ser a última grande cidade nordestina cortada pela rodovia Rio–Bahia. Diariamente, duzentos e cinquenta novos retirantes enchiam as ruas e os hospitais dessa cidade. Contabilizou um jornalista em visita a um hospital público, que se achava sem remédios e alimentação, cem retirantes hospitalizados: cinquenta por motivos de severa desnutrição e outros cinquenta, sobreviventes de quatro acidentes graves.

O Governador baiano, Otávio Mangabeira, findara seu mandato em 31 de janeiro de 1951. Em longa mensagem denominou a sua administração de *“acervo de realizações que imortaliza um grande Governo”*. Embora fique patente a preocupação do Governador em “dourar a pílula”, registrando as grandes obras de seu governo publicadas em quatro páginas dos jornais locais, evidenciou o descaso para o flagelo da estiagem que atormentava o Estado. Descreve e enumera as suas incontáveis obras. Todas na capital. A construção do Hotel da

---

<sup>20</sup> Grandes bolsas quadradas de couro cru, possuem tampas e fortes alças de couro retorcido, em relho, que se prendem nos cabeçotes das cangalhas. Um par de bruca serve a uma cangalha na condução de cereais e coisas sobre cavalgadura, ainda utilizadas em muitas regiões rurais brasileiras.

<sup>21</sup> Bolsa ou saco de couro, próprio para farnel dos pastores, devorado pelos famélicos da seca noventinha na virada do século passado. Elemento da composição musical erudita e medieval do compositor baiano, Elomar Figueira Melo, “A Pergunta” (do “O Tropeiro Gonsalin”)

<sup>22</sup> Traduzem edemaciações, aumento de volume dos órgãos através de infiltrações intra-celulares dos líquidos corporais nas pessoas com severa fome, comum aos retirantes. A falta de proteínas, (hipoproteïnemia).

Bahia e da Fonte Nova<sup>23</sup> eram prioridades para o Governo Mangabeira. A única obra fora do perímetro urbano foi a estrada para Itapoã, passando pelo Rio Vermelho, na época, localidades consideradas longínquas da capital.

Embora 40% do território baiano esteja situado no Polígono das Secas, isto não sensibilizava e não sensibiliza os Governantes. Nenhuma palavra fora pronunciada no discurso interminável do Governador Mangabeira. O interior continuava ignorado e desprezado pelos dirigentes. O sucessor do Governador Mangabeira, Dr. Régis Pacheco, embora procedente de zona flagelada, conviveu com a situação por mais de ano, em silêncio. Nenhum pronunciamento. Negar a seca em quase metade do Estado era algo injustificável. As coisas pioravam dia após dia para os sertanejos. Começavam a veicular alarmantes notícias na imprensa brasileira e baiana. O Governo Federal, acuado, enviava minguaos e tardios víveres ao Nordeste, menos para a Bahia. Esse socorro acontecia sob grande estardalhaço publicitário, coincidente com o desembarque dos produtos nas capitais Estaduais. D. Darcy Vargas<sup>24</sup> criou o AVIS, (Assistência às Vítimas da Seca) encarregado das remessas de víveres ao nordeste. Esse órgão funcionava anexo à L.B.A. (Legião Brasileira de Assistência).

Em nome de uma solidariedade cristã, as populações atingidas suplicavam aos poderes públicos o socorro aos irmãos desvalidos. O ministro da Viação Federal, o Sr. Souza Lima, não liberava víveres à Bahia e fazia circular nos meios de comunicação que o Governador teria afirmado não existir seca no Estado. Pretensamente, os baianos passavam ao longe dessa humilhação. O fato repercutiu negativamente e o episódio foi encerrado, com um desmentido público do Governador Régis Pacheco.

Em março de 1952, o referido ministro veio à Bahia e visitou as regiões de Itiúba, e Bonfim. Esteve em Feira de Santana e estendeu a visita até Itaberaba, Rui Barbosa e Jacobina. De avião, junto ao governador Régis Pacheco, desembarcaram em Vitória da Conquista, em visita ao Sudoeste, onde inspecionaram obras em Caculé e Caitité e Jacaraci. O ministro, alarmado com o quadro vivenciado, seguiu para o Rio de Janeiro, com a promessa do envio de 30 milhões de cruzeiros destinados à conclusão das obras visitadas, e quatro toneladas de leite em pó, medida irrisória considerando-se a extensão e a gravidade do problema.

Em mensagem dirigida à Nação, o Presidente Getúlio Vargas, no capítulo intitulado “Progresso Social, segundo análise da população do país pelo censo de 1950,” referindo-se ao fenômeno das migrações, sentenciou

“que estes consideráveis acréscimos quantitativos produzirão reflexos em toda a estrutura econômico-social do país (...). A concentração demográfica agravava a condição habitacional na capital Federal, sujeita ao favelamento, exigência de abastecimento, congestionamento, transporte e outros serviços. Congestionamento provocando a escassez e a carestia dos gêneros e ainda a formação de uma enorme população marginal socialmente desorganizada, sensível à agitação subversiva e de forte tendência à marginalidade.”

---

<sup>23</sup> Estádio de futebol de Salvador, oficialmente denominado de Estádio Otávio Mangabeira, após ampliação, atualmente tem capacidade para 100.000 ( cem mil espectadores) .

<sup>24</sup> Primeira Dama do País, esposa do Presidente Getúlio Vargas. Criou e Coordenou o AVIS. Era a responsável pelas remessas de víveres ao Nordeste.

Diante dos fatos, o Sr. Getúlio Vargas determinou ao Sr. João Cleofas, Ministro da Agricultura, através da Comissão Nacional de Política Agrária, um minucioso estudo sobre as migrações internas, particularmente a migração das regiões do Nordeste, objetivando uma tomada de posição.

Em São Paulo, entram 608.662 trabalhadores no decênio de 1941-1950, enquanto no Rio de Janeiro – Capital Federal, desembarcaram 440.000 pessoas no mesmo período.

DEMONSTRATIVO DO EFETIVO HUMANO QUE SÃO PAULO E A CAPITAL FEDERAL, O RIO DE JANEIRO, RECEBERAM NO DECÊNIO 1941-50, DE ACORDO COM O ESTADO DE ORIGEM:

<b>Cidade de São Paulo</b>		<b>Rio de Janeiro Capital Federal</b>	
Estado de origem:	Efetivo	Estado de origem	Efetivo:
Bahia.	184.609	Estado do Rio	133.000
Minas Gerais	145.280	Minas Gerais	101.000
Pernambuco	44.034	Bahia	23.000
Ceará	31.478	Pernambuco	22.000
Sergipe	18.873	Paraíba	12.000
		Alagoas	8.000
		Ceará	8.000
		Sergipe	7.000
Outros estados	184.388	Outros estados	126.000
<b>TOTAIS</b>	<b>608.662</b>		<b>440.000</b>

Além dos que já haviam emigrado na década anterior, 1950, o início da grande seca de 52, força a fuga de mais 100.123 retirantes, número bem acima da média do período de 1940-50. Ocorreu um aumento significativo para a Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais. Somente o Ceará apresentou um declínio.

A situação se agravou de tal maneira, que em 1951, São Paulo recebeu mais 208.515 pessoas, superior ao dobro do ano anterior, oriundos da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Paraíba e, sobretudo, o Ceará.

O Estado de Minas Gerais, embora na divisão política atual pertença ao Sudoeste, surge como o segundo maior emissor de pessoas para São Paulo e Rio de Janeiro. O Norte de Minas, área densamente povoada, contrastando com o resto do Estado, convive com um profundo bolsão de miséria, circunscrito entre a Rio-Bahia, parte do Médio e o Alto Vale do Jequitinhonha, até o Rio São Francisco. Faz parte do polígono da seca. Esta região, idêntica e contígua ao Nordeste, é igualmente castigada pela intempérie climática e do descaso público.

O Rio de Janeiro, mesmo sem sentir os efeitos mais danosos dos cataclismos climáticos, desponta como o Estado de maior contributo do êxodo rural para a sua capital, no

decênio 40-50. Época da ditadura Vargas, período de grande escassez devido à guerra e ao pós-guerra, pareceu-nos evidente que, independente dos fatores climáticos, intensificou o êxodo rural em todos os Estados, em direção às suas capitais.

O Governo Federal analisava a emigração nordestina e versava que os sertanejos buscavam a novidade, o conforto e a atração que as cidades e o asfalto traziam, influenciados, sobretudo, pelos proprietários de caminhões que visavam somente ao lucro com as viagens.

Na Bahia, o IBGE em 1951 identificou as verdadeiras causas do êxodo nordestino. Pesquisou 87 municípios baianos inseridos no polígono. O resultado contrastou com a posição oficial. Emigraram 35.962 baianos naquele ano. Coincidiu que o maior fluxo migratório era proveniente dos municípios mais violentamente atingidos pelas secas: Alto Sertão e Margens do São Francisco. As causas do êxodo eram 71% devido às secas e 55,5% à procura de emprego. Diante da gravidade do quadro da inquietação social, o Governo Federal alarmado com a explosão demográfica do Rio de Janeiro e de São Paulo, tenta encontrar solução estruturante para o problema. O Ministro da Agricultura, o Sr. João Cleofas, lamenta dizendo:

“... a Rio-Bahia, ao contrário do que ocorre em outros países com vias de acesso abertas objetivando o desenvolvimento e progresso de regiões inteiras, transformou-se num corredor por onde desfila uma população desterrada, testemunho trágico do aniquilamento econômico das áreas de onde emigra e transformada, muitas vezes, em peso morto das comunidades para onde se dirige.”

Após esse discurso, lança o Plano de Colonização em quatro vertentes:

- a) Desapropriar ou receber em doação, áreas ao longo da rodovia Rio-Bahia, e sobre elas fixar os emigrantes da lavoura, em obediência a planos agora traçados;
- b) racionalizar a ocupação econômica das terras dos açudes públicos do NE; levar a efeito planos destinados a uma ocupação econômica mais efetiva dos chamados “vales-úmidos” da região semi-árida;
- c) desviar parte da ponta migratória em direção às margens do Rio S. Francisco, ao Sul do Goiás e Mato Grosso .

Complementando, articulou providências com as autoridades dos Estados do Nordeste para o combate aos proprietários e aos motoristas de caminhões, considerados como criminosos inimigos do poder. As punições eram: prisão, retorno dos veículos ao ponto de origem e a cassação da licença com apreensão do veículo por utilização ilegal.

## **O FAZEDOR DE CHUVAS NA BAHIA**

O Dr. Janot Pacheco, engenheiro, homem de compleição física avantajada, sempre bem vestido, de terno e gravata, cabeleira inteiramente alva, sessent’anos, voz mansa e calma no responder e no explicar, revelava uma surdez incipiente, teve seu nome reconhecido e consagrado nacionalmente, principalmente em Santa Catarina, São Paulo, e Rio de Janeiro, alcunhado carinhosamente pela imprensa brasileira como “ o fazedor de chuvas”. Seu processo era diferente das chuvas artificiais amplamente divulgadas e elogiadas na ocasião.

Seu método, segundo ele, começou a surgir quando em exílio na Suíça, por ter resistido à Revolução de 30, contra a qual debateu-se em armas. Certa noite, fora acordado pelos ribombos e as explosões de foguetes, utilizados na dispersão de geadas e nevoeiros naquele país. Curioso, empenhara-se no aperfeiçoamento e na adaptação do processo às condições climáticas brasileiras. Não utilizava foguetes, somente a combinação correta para a queima, em terra, dos produtos químicos neles contidos.

Sistemático, repeliu um jornalista baiano quando perguntado sobre as suas “experiências” - “ afirmo ser impróprio chamar de experiências o meu processo de fazer chover. Por isso o meu nome em todo o país de o ‘fazedor de chuvas’. Trata-se, realmente, para os que o desconhecem, de um processo científico, líquido e certo, obtido através de muitos estudos e já comprovadamente testado. – Sou possuidor da patente do invento. – Para fazer chover é apenas um trabalho como outro qualquer”. Criticou o bombardeamento das nuvens, quando seu método fora comparado ao das chuvas artificiais. Com um sorriso irônico, satirizou:

“A chuva artificial é brinquedo de menino grande. As nuvens que bombardeiam, caíam de qualquer forma. O meu é científico. O céu, mesmo em intenso azul, límpido, sol a pino, após a queima da mistura, de repente transforma-se em verdadeiro aguaceiro. Só assim resolvem-se as secas do nordeste.”

Em finais de 1951, a seca atingia o seu clímax. O Sr. Roberto Pedreira, procurador do Banco do Brasil/Ba, apresentou a idéia de convite ao cientista, juntamente com o representante dos pecuaristas da Bahia, o Cel. Gujé Ferraz, residente em Vitória da Conquista e possuidor de vastas extensões de terra para a criação de gado, entre Itambé e Itapetinga. Alinharam-se ao Sr. Armando Góis, produtor de cacau e representante da expressiva Associação dos Cacaucultores da Bahia, na época. Preocupados com a real ameaça, e zelosos de seus patrimônios, o tripé da oligarquia baiana firmava-se num mesmo propósito: fazer chover, primeiramente nas regiões de seus domínios.

Em caráter emergencial, e apoiada pelo Executivo e Legislativo Estadual, coube à Comissão a responsabilidade inicial da presença do cientista na Bahia, cujo objetivo maior era contratá-lo pelo Estado.

Precavidos, e angustiados pelas chuvas ausentes, acertaram os pré-requisitos para a atuação do Dr. Janot na Bahia:

- As primeiras demonstrações seriam fazer chover nas regiões de interesse dos referidos produtores;
- após confirmar a eficácia do método, agora pelo Governo baiano, o cientista faria uma demonstração pública em Salvador, em presença dos representantes do Executivo, Legislativo e da imprensa. As prioridades foram estabelecidas: fazer chover nas cabeceiras do rio Paraguaçu, face ao abastecimento de Salvador se encontrar comprometido; em seguida, estender-se-iam os benefícios às áreas mais atingidas do interior baiano.

Diante do quadro de escassez e com a quebra de arrecadações, o Estado encontrava-se em situação difícil. O corte nas despesas já atingia 30% do orçamento. Mesmo assim, os gastos com a contratação do Dr. Janot eram plenamente justificáveis. Não seriam “despesas” e sim “investimento”, pois o benefício de suas chuvas era abrangente e generalizado. O Estado se beneficiaria com o aumento das arrecadações, através do soerguimento da economia baiana, sustentada na época unicamente pela produção agropecuária.

A Assembléia Legislativa da Bahia põe em pauta o assunto, atendendo Indicação do Sr. Deputado Raimundo Brito. Pronunciaram-se os Deputados Raimundo Brito, Rocha Pires, Nilson Luís, Aloísio Short, Jorge Calmon e Adenor Soares. “*Com alguma diversidade de opiniões e algumas restrições, declararam serem eles favoráveis à aprovação da mesma, por ser mais uma tentativa de combate às secas.*” Após poucos dias da aprovação do Legislativo, dizia a manchete de primeira página de um jornal local, em letras garrafais, -“Janot fez chover no interior bahiano” - . A “*experiência*”, foi executada numa sexta-feira, novembro/51, nas terras do Cel. Gujé, em Itambé. Chuvas caíram longe dali, em Ilhéus, Itabuna, Colônia, Ipiaú e Camamu, devido à direção predominante dos ventos. No sábado seriam duas sessões experimentais em Vitória da Conquista: uma, pela manhã, outra, à tarde. Até então, chuvas na concepção do homem crédulo da roça, somente ocorrem através do consentimento de Deus. A notícia da novidade espalhou-se como rastilho de pólvora por toda a região do sudoeste baiano e noroeste mineiro. Entre alguns representantes de cidades próximas, um era de Pedra Azul, MG., que também padecia do mesmo mal. O Dr. Janot era o centro especial das atenções. Após os levantamentos atmosféricos preliminares, assegurou, de viva voz, da possibilidade das chuvas produzidas ali atingirem também aquela área. Naquele momento mágico, por sua figura carismática e o poder de fazer chover, o cientista aguçou o imaginário popular ao interferir nas coisas celestiais. De fato, as chuvas não caíram em Conquista, mas desaguaram exatamente em Pedra Azul, Jequitinhonha e outros municípios mineiros, além de Caculé, Brumado e Caitité, na Bahia.

Após audiência com o governador interino da Bahia, o Sr Lima Teixeira, em substituição ao Dr. Régis Pacheco, e entendimentos com o Secretário de Agricultura, o Sr. Nonato Marques, fica acertado entre o cientista e o Estado, o valor inicial de CR\$30.000,00, ( trinta mil cruzeiros ) quantia considerável na ocasião para a primeira aquisição, pelo Estado, dos materiais necessários à demonstração em Salvador. Dr. Janot embarcou numa quinta – feira para o Rio de Janeiro, prometendo retornar a Salvador para a demonstração pública, na próxima quarta-feira, na Fonte Nova recém-construída. Antes do embarque, um jornalista perguntou ao cientista: “Como é? Na quarta-feira vai chover mesmo?” Com um olhar penetrante, e mirando o firmamento, vaticinou: – “*Dilúvio. Pode anunciar à população de Salvador, que nesse dia, não saia de casa sem os guarda-chuvas*”.

No dia marcado, nenhum registro do controvertido evento. Será que entre os documentos dos arquivos públicos estariam faltando exemplares que contivessem o desfecho de um fato de tamanha expectativa? Conferidas as edições dos jornais, tudo numericamente em ordem, mas nenhuma palavra sobre o desfecho da inédita “*experiência*” na Bahia. O que teria acontecido? Após dois meses decorridos em busca das publicações diárias de todos os periódicos, procurando alguma pista, aparece um respingo de notícia do Dr. Janot na imprensa de Salvador. Uma carta de um produtor de cacau é publicada, solicitando providências urgentes ao governo do Estado. Pedia intermediações políticas para a



sensibilização do Governo Federal em socorrê-los. E nela finalizava: “ *Quanto às chuvas do cientista, ao inferno o Dr. Janot e suas experiências*”.

O silêncio dos noticiários baianos só foi solucionado a partir de um testemunho oral. Um ex-funcionário do Estado, próximo ao poder na época, e de memória privilegiada, desvendou o mistério. O Dr. Janot retornou pontualmente no dia marcado, com o inseparável auxiliar que o acompanhava, munidos dos produtos prometidos. Não se tratava de um falsário de grandes golpes, como a princípio pode ter sido pensado. Os representantes do Poder e a população em peso formavam expressiva aglomeração na Fonte Nova. Dessa vez, mesmo que soprassem ventos fortes vindos do Dique do Tororó<sup>25</sup>, levariam as chuvas a caírem no Recôncavo canavieiro, agonizante também naquele momento pela falta de chuvas, já que mirravam e retorciam as folhas dos extensos canaviais de Salvador à Feira de Santana.

O Dr. Janot Pacheco, embora não fosse adepto ao bombardeamento de nuvens, cauteloso diante de tamanho desafio público, estaria mais seguro com a combinação dos dois processos. Solicitou um avião do Estado para bombardear as nuvens de Salvador, enquanto ele promovia a alquimia em terra.

Mesmo queimado todo o estoque das substâncias, nenhuma gota de chuva caiu sobre Salvador ou em qualquer outra parte da Bahia. Debaixo de intensa fumaceira, vaias, assobios, improperios, mas protegido da tentativa das agressões físicas, o Dr. Janot Pacheco encerra dramaticamente a fascinante carreira de “cientista” em terras baianas.

Como as secas, também são antigas as intervenções governamentais ao seu combate. Imensuráveis recursos foram gastos na construção de grandes açudes e imponentes barragens com a dupla finalidade: a produção de energia e o aproveitamento agrícola. O paradoxo se estabelece ao redor dos grandes reservatórios d’água nordestinos. A poucos metros de seus perímetros, a sede, a fome e a pobreza dominaram e ainda dominam a nossa paisagem, salvo raríssimas exceções.

Fica transparente o desperdício dos recursos públicos na execução das extravagantes idéias de combate às secas. A insistência com a solução unidirecional hídrica, ou a adoção de “modismo” improvisado nas gestões estatais, se repetem há séculos. As soluções puramente técnicas, físicas, assistencialistas e até mágicas, tornam-se normas imutáveis. Na década que se finda ocorreu um declínio das grandes construções. Mas a mudança não caracteriza a sinalização do uso do bom senso, mas as restrições dos financiadores internacionais. Impossibilitados das obras físicas, adotaram o "desenvolvimento sustentável" como instrumento redutor das diferenças sociais, de forma equivocada. Torna-se um ciclo sem fim, fragmentando e compartimentando as medidas, as interferências. A intervenção, a orientação e o tutelamento dos necessitados fazem parte dos elaborados e caprichosos projetos técnicos que abarrotaram e abarrotam as repartições públicas em todo o País. Tudo, com os recursos oriundos de empréstimos externos. Qual será a novidade da próxima década como alternativa para eliminar ou diminuir a pobreza brasileira? Ontem, os estertores da miséria ocorriam no campo, principalmente no Nordeste. Hoje, a pobreza absoluta é homogênea, entre a cidade e o campo. Os antigos fugitivos da fome do nordeste dirigiam-se para as grandes cidades; agora invertem forçosamente o fluxo migratório, no caminho de volta. Desesperançados e desterrados, fogem da miséria e dos descaminhos das metrópoles.

---

<sup>25</sup> Em forma de barragem, o represando das águas de mananciais formou-se um grande e bonito lago, localizado no centro Salvador, entre o estádio da Fonte Nova e o mar.

Os indicadores econômicos têm demonstrado, década após década, o desequilíbrio na distribuição de renda. Vem ocorrendo um aumento assustador dos pobres absolutos e a exclusão social das pessoas, diametralmente oposto aos gastos destinados ao seu amparo. Faz-se indispensável uma vontade política para os investimentos ininterruptos na educação fundamental e nos setores que sustentam a formação do cidadão.

O papel de toda a sociedade, juntamente com o Poder Público, é desenvolver o exercício do pensamento crítico e da cidadania, de forma a inverter o modelo social atual, criando uma nova perspectiva de vida no País.

#### Referências Bibliográficas:

1-Castro, Josué de, Sete Palmos de Terra e um Caixão. São Paulo. Ed. Brasiliense,1967.

2-Queiroz, Rachel de, O Quinze. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio, 1995.

3-A Tarde- Janeiro/Março; Abril/Junho; Julho/Setembro e Outubro e Novembro de Janeiro/ Dezembro de 1951.

4-A Tarde- Janeiro/Março de 1952.

5-Diário de Notícias- Janeiro/Março; Abril/Junho; Julho/Setembro e Outubro e Novembro de 1951.

6-Estado da Bahia – Janeiro/Março; Abril/Junho; Julho/Setembro e Outubro e Novembro de Janeiro/ Dezembro de 1951.

7-Estado da Bahia – Janeiro/Março de 1952.

## IMAGENS DO SERTÃO E RESISTÊNCIA SERTANEJA

**Maria Marcia Pereira**

**Aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia**

A migração periódica em decorrência da falta de chuvas, as epidemias de fome generalizadas foram usadas de modo a se constituírem em imagens do que se delimitou enquanto região nordeste. A seca, fenômeno climático tem tomado significados outros que estão diretamente vinculados : flagelo, fome, miséria, retirante, epidemias.

Do ponto de vista da história um aspecto que merece ser ressaltado é como no decorrer dos anos foram se instituindo imagens, conceitos que visam definir, classificar a condição social a que estavam submetidos os sertanejos.

A preocupação com a linguagem não deve se restringir a descrição da realidade, pois, a linguagem também cria a realidade.<sup>26</sup> Deste modo discutir a historicidade dos conceitos permite desvendar experiências vividas, a forma como se impuseram e como foram apropriados e recriados. Ouvindo um discurso político ou uma matéria jornalística sobre a seca no nordeste, nos deparamos com palavras que parecem se ajustar perfeitamente, dispensando uma reflexão apurada quanto ao seu peso no quadro da desigualdade social.

Grupos desprovidos de meios de subsistência, fadados à miséria são focos de tensão e conflito social prestes a romperem a aparente estabilidade. Para conter isso profissionais são chamados a pensar e tomar medidas práticas e eficientes no sentido de manter as relações de poder instituídas. Junto a essas medidas, surgiram conceitos que homogenizam os migrantes fugitivos da seca distanciando-o do convívio social sob o peso do preconceito.

Utilizados nos discursos de autoridades estes conceitos ganham corpo com as medidas de controle. Denominar os sertanejos que fogem das secas como *flagelados*, *retirantes*, *indigentes* influencia o grau de aceitação do indivíduo. Um bom exemplo de como esses conceitos foram estabelecidos na sociedade são os romances literários regionais que fornecem elementos para a compreensão de termos usados na documentação administrativa.

Tomando esta citação pode-se perceber a riqueza de detalhes:

“A gente bebia água de todas as cores; era antes uma mistura de não sei que sais ou não sei de quê. O vento era quente como a rocha nua dos serrotes. A paisagem tinha um aspecto de pêlo de leão, no confuso da galharia despida e empoeirada, a perder de vista sobre as ondulações ásperas de um chão negro de detritos vegetais tostados pela morte e pelo ardor da atmosfera. As serras levantavam-se abruptamente, sem as doces transições dos contrafortes afogados de verdura.

(...)

O pobre emigrava como as aves, que vivem ambos do suor do dia. Eram pelas estradas e pelos ranchos aquelas romarias, cargas de meninos, um pai com um filho `as costas, mães com os pequenos a ganirem

---

<sup>26</sup> Ver Lloyd S. Kramer. Literatura, Crítica e Imaginação histórica: o Desafio Literário de Hayden White e Dominick La Capra. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

no bico dos peitos chuchados \_ tudo pó, tudo boca sumida e olhos grelados, fala tênue, e de vez em quando a cabra, a derradeira cabeça do rebanho, puxada pela corda, a berrar pelos cabritos”.<sup>27</sup>

Esta é uma descrição feita por Manuel de Oliveira Paiva<sup>28</sup> no romance **Dona Guidinha do Poço**, sobre a paisagem física e a condição subumana que impelia os sertanejos a fugirem da seca. Escrita no início deste século bem se aplica a triste realidade corrente no semi-árido nordestino. A ocorrência do fenômeno climático da seca serviu como base de sustentação da construção da própria idéia de região tão propalada nos debates e disputas políticas. Assim, a idéia de Nordeste é construída com a imagem da seca. A palavra seca é aqui usada com os significados a ela atribuídos, qual seja, a fome, a miséria, o flagelo.<sup>29</sup>

A seca foi pensada como problema desde o século passado pelas autoridades em decorrência da migração, pois, o fluxo de miseráveis apontava o perigo de burlar a ordem vigente, já que nos períodos de estiagem prolongadas se atingia o ápice da miséria e corria sério risco de desajuste social. Os períodos de seca foram acompanhados de medidas visando conter os retirantes que rumavam em direção aos centros urbanos.<sup>30</sup> As medidas voltadas para o controle e não a solucionar as crises, veicularam e estabeleceram termos que foram utilizados para definir e segregar os que migravam.

Em meio a miséria e o descaso forma-se a figura do retirante, do flagelado. As pessoas, os trabalhadores, as famílias que saíram em busca de lugares onde pudesse conseguir outras formas de trabalho para sobreviver, são destituídas de seu passado, de valores, de suas experiências, do modo como viviam. Todos passavam a ser *retirante ou flagelados*. São vistos como *indigentes*, ou seja, perderam nome, procedência e qualquer referência que o distancie do quadro de miserabilidade. A historicidade dos conceitos revela como foram se delimitando ao longo dos anos o aparecimento de grupos que poderia minar a frágil, mas, antigo controle social. A literatura regional oferece inúmeros exemplos das relações de poder que se instituíram no sertão, das imagens construídas em torno dos sertanejos e dos períodos de seca.

O sertão na grande maioria dos casos é visto como o idílico, o distante. A visão do litoral sobre o sertão criou mitos e idealizou realidades. A literatura expressa o imaginário social de uma época e suas contradições. Entra em confronto a cruel realidade com o idealizado sertanejo que em meio a miséria consegue manter-se reto, honesto, pacato. Por outro lado alguns literatos fogem um pouco dessa idealização abordando o conflito existente que apavora os grupos dirigentes.

A situação focalizada por Manuel de Oliveira Paiva quando fala do distanciamento imposto não só com a demarcação de espaços, mas a própria repulsa enquanto pessoa, esclarece pois o peso que se deu no discursos das autoridades. Conceitos que foram criados afim de serem perfeitamente inculcados na sociedade. Os termos : seca, flagelo, retirante,

---

<sup>27</sup> Manuel de Oliveira Paiva. **Dona Guidinha do Poço**. P. 13.

<sup>28</sup> Este romance destaca-se por apresentar o sertanejo, retirante em conflito na sociedade. Não foi acolhido e poucas vezes foi tolerado por onde passou.

<sup>29</sup> Ver tese de doutorado de Durval Muniz de Albuquerque: **A Invenção do Nordeste**.

<sup>30</sup> Capitais de províncias, tais como, Fortaleza passaram a receber um contingente numeroso de pessoas que fugiam da seca e se deslocavam em direção ao litoral. No trabalho **Fortaleza Belle Epoque**, de Sebastião R. Ponte, o autor analisa as medidas higienistas e normalizadoras na capital, vigentes nas últimas décadas do século passado que e atingia em cheio aos retirantes que chegavam a capital.

indigente tem uma conotação histórica galgada no exercício de poder, nas relações de exploração do trabalho.

Na leitura da documentação referente ao nordeste e norte do estado da Bahia, também encontra-se na fala de autoridades a utilização de termos para designar massas migratórias que circulavam por essa região da então província. Registram medidas para coagir, controlar uma multidão que tem o rosto da seca. Árdua era a paisagem que se estendia e se refletia nos atos dessas pessoas.

Na historiografia brasileira podemos encontrar vários estudos a respeito de temas afins que cobrem alguns dos atuais estados circunscritos no semi-árido. Em relação a Bahia pouco se tem estudado a região nordeste do estado, afetada desde há muito tempo pelas freqüentes secas que assolam a economia e a condição social destes sertanejos.

Em viagens pelo interior da Bahia, Durval de Aguiar descreve suas impressões a respeito das vilas por onde passou na penúltima década do século passado. Na área que compreende Tucano, Pombal, Nova Soure, Cícero Dantas, Itapicuru, Inhambupe, Geremoabo, Monte Santo, e Entre-Rios, a observação principal é a que se refere a fragilidade das vilas nos períodos de seca. A economia, a produção da pecuária e agricultura considerada limitada, fica estagnada durante as secas. O parco comércio restrito às feiras é afetado, chegando a desaparecer nas vilas mais pobres.

Exatamente circunscrito nessa região ocorreu um dos movimentos sociais de grande alcance nacional no século XIX: a comunidade de Belo Monte ( Canudos) . Os habitantes vieram de diferentes lugarejos, em sua maioria de áreas do norte-nordeste do estado constando também a presença de pessoas vindas de Sergipe, Pernambuco e Ceará.

O contexto que possibilitou a emergência do movimento liderado por Antônio Conselheiro na região foi marcado pela vivência de problemas que atingem o ápice por ocorrência de secas. O fluxo migratório impulsionou a forte influência e aceitação de Conselheiro nas vilas por andou, tanto que o rápido crescimento de Canudos estava diretamente ligado às localidades atingidas pelas secas.

Na década de 70 em que se tem registro da peregrinação de Conselheiro, inicialmente em Sergipe, depois chegando a Bahia, ocorreram intervalos de pequenas e grandes estiagens.<sup>31</sup> Situação semelhante ocorre na década de 1880, em que ocorre duas grandes secas: 1883 e 1889.

O ano seguinte, 1890, devido a seca anterior, caracteriza-se por ser de grande penúria e fome nesta região, já com uma forte presença dos conselheiristas. As intendências municipais enviaram pedidos de recursos no sentido de conter uma situação que estava insustentável nos centros das vilas. As autoridades locais, pertencentes às vilas de Monte Santo, Geremoabo, Cícero Dantas, Serrinha e Tucano encaminharam pedidos de liberação de recursos ao governo. As solicitações funcionaram como medidas para contornar o perigo imediato nos centros das vilas em decorrência dos *flagelados* que pra lá se deslocaram.

Em ofício encaminhado à Intendência Municipal de Monte Santo o governo do Estado comunica a liberação da:

---

<sup>31</sup> Ver Antônio da Silva Neves. **A Seca de 1919 no nordeste: a Bahia e o norte de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil.

“... quantia de 1:000\$000 afim de ser aplicado em obras municipais voltadas a atender a mão-de-obra dos indigentes flagelados pela seca desse município.”<sup>32</sup>

Designa ainda no mesmo ofício 2:000\$000:

“... para a Vila Bela de Queimadas, sendo 500\$000 nesta paróquia e o restante na freguesia da Itiuba para empregar os flagelados da seca.”<sup>33</sup>

Em outro ofício datado de julho de 1891 comunica a liberação de recursos na ordem de 2:000\$000 para Monte Santo; e de igual quantia para Tucano, Bom Conselho(atual Cícero Dantas), Amparo e Soure. E na ordem de 3:000\$000 para Geremoabo e Itapicuru. Como nas liberações anteriormente citadas, mais uma vez a orientação do gasto do dinheiro é:

“... aplicar em qualquer obra de utilidade pública nesse município, empregando nessa obra os indigentes flagelados pela seca.”<sup>34</sup>

Já vem constando nos ofícios as obras que deverão ser construídas: um açude em Tanquinho, além da abertura de estradas interligando as localidades citadas no ofício.

Na vila de Serrinha situação semelhante com o envio de:

“... 25 sacas de farinha e 200 quilos de carne seca, afim de serem distribuídos pelos indigentes flagelados pela seca.”<sup>35</sup>

Entre quantias liberadas e negadas verifica-se que há preocupação com o controle dos flagelados. O que significa ser em número expressivo, pois, ameaça a ordem principalmente nos centros das vilas<sup>36</sup>, por ser o ponto de onde se originam as medidas administrativas, ocorrem as feiras, e se dá a circulação e comércio de produtos. A solução encontrada para tal fim foi o emprego dos mesmos em obras de cunho emergencial. Fica portanto claro que medidas que se tornaram comuns e caracterizadas como emergenciais<sup>37</sup> neste século, estiveram presentes já na última década do século passado.

A chegada ou o aparecimento em público destes *flagelados* causa pânico, amedronta: o sertanejo pobre, subjugado pelo descaso das autoridades e pela estiagem. Sua última esperança de fartura é a chuva. Finda o período de espera e sem chuva, migra. Entretanto a busca de novas paragens traz uma carga de preconceito e de perda do que se poderia ter como identidade. Passa a ser visto como vadio, um assaltante em potencial, perde o seu nome e suas referências. É considerado pelas autoridades como indigente. Em todos os ofícios relacionados aos retirantes, a denominação geral aos sertanejos que estão em movimento pela

<sup>32</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Documentação do Governo- Atos e Ofícios( 1890-1891)- CX.- 1793. No. 1828.

<sup>33</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Idem.

<sup>34</sup> Arquivo Publico do Estado da Bahia. Documentação do Governo- Atos e Ofícios(1891)-CX. 1793. No. 1828. Ofícios de Nos. 980 a 986.

<sup>35</sup> Arquivo Publico do Estado da Bahia. Documentação Administrativa. Atos e Ofícios( 1890) No. 1816.

<sup>36</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia. Documentação Administrativa. Secretaria do Governo. CX. 1809.

<sup>37</sup> Frederico de Castro Neves em artigo **Imagens do Nordeste**. In Nordeste: identidade, imagens e literatura. Fortaleza: UFC/NUDOC,1996.

região em busca de meios de subsistência é *indigentes flagelados pela seca*, que oferecem algum tipo de perigo a ordem pública e a propriedade privada.

Recorrendo ainda à literatura regional, no romance anteriormente citado, Manuel de Oliveira Paiva discorre na fala do personagem Silveira a repulsa dispensada a pessoa do retirante:

“... em várias partes, os senhores da terra enxotavam a pontapés o mísero foragido, e pontos havia onde matar um retirante que se pegava *furtando* nas lavras era como derrubar uma daninha maracanã ou raposa ladra.”<sup>38</sup>

Do mesmo preconceito estava sujeito todos que passavam por tal situação, ficava com o estigma:

“A perversidade humana, implacável, cria dessas injustiças. *Retirante* tornou-se por isso palavra maldita, como se a miséria casual por que uma vez na vida passou um indivíduo lhe impregnasse a moral do repelente aspecto da mulambeira e da magreza faminta.”<sup>39</sup>

O olhar posto sobre o retirante, o flagelado, não o reconhece enquanto pessoa, o sertanejo que muitas foi idealizado como de boa índole, submisso, pacato. Os que outrora não ofereciam perigo agora vestidos pela miséria, pela fome, pela desolação, são destituídos de qualquer traço de convivência social, oferecendo risco a ordem pública e ao bem privado.

Assim, no centro das medidas do governo estava a finalidade de demarcar espaços nos quais os desajustes sociais sejam passíveis de controle. Mesmo em vilas de certo modo consideradas pobres como é o caso de Tucano<sup>40</sup> a chegada dos flagelados no centro da vila provoca assombro, medo.

O período migratório em decorrência das secas deve levar em conta esse fluxo de pessoas que se estabeleceu no sertão, com a circulação pelas vilas assoladas pela seca. As medidas de controle não se restringiram às capitais. As vilas também foram alvo de investimento afim de conter os retirantes.

De acordo com os pedidos dos intendentes municipais a presença dos flagelados nas vilas se deu mesmo em anos posteriores ao que se classifica como de maior calamidade. A seca de 1889 estendeu seus efeitos até 1891. Muitas são as reclamações da existência de indigentes neste ano. E em 1893, ano do estabelecimento de Conselheiro e seus adeptos em Canudos estava ocorrendo outra seca que veio a agravar o quadro de desajuste social.<sup>41</sup>

Ao que parece, famílias inteiras migravam. Dado comum ocorria com os grupos que se dirigiam a Canudos. Acompanhavam Antônio Conselheiro famílias inteiras, o que incluía crianças, velhos, doentes. Dentre estas estavam muitas que fugiram da miséria e que aos olhos do poder público haviam se tornado indigentes.

As medidas coercitivas postas em prática conseguiram em parte coibir revoltas que porventura viessem a ocorrer. Mas, considerando a experiência de vida dos sertanejos estes

<sup>38</sup> Op. Cit. P. 27.

<sup>39</sup> Op. Cit. P. 57.

<sup>40</sup> Durval Aguiar em **Descrições Práticas da Bahia**, descreve Tucano como sendo acanhada sua economia, restringindo seu comércio a pequena feira que se tinha.

<sup>41</sup> Antonino da Silva Neves. **A Seca de 1919 no Nordeste: a Bahia e o norte de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil.

encontraram formas, maneiras de fazer no cotidiano que se traduzia na criação de novos espaços. Se tomarmos o caso de Canudos percebe-se que muitas das pessoas que lutaram até o fim estiveram exatamente defendendo seu local de pertencimento construído em meio a uma carência quase total de recursos materiais, e sobretudo à hostilidade homogeneizadora das elites.



## O Curral dos Flagelados: Os Campos de Concentração no Ceará durante a seca de 1932.\*

Kênia Sousa Rios\*\*

*“Se o progresso é a meta, para que estamos trabalhando? Quem é esse Moleque que, quando os trabalhadores dele se aproximam, acaba por repudiá-los... e que, como consolo às multidões exauridas e condenadas, (...) só oferece a resposta desdenhosa de que, depois de suas mortes, tudo será belo na terra?”*

Alexandre Herzen<sup>42</sup>

O ano de 1931 não trouxe o inverno desejado. No mês de janeiro, poucas chuvas apareceram e, nos meses seguintes, o inverno se manteve no mesmo ritmo. O ano de 1931 foi difícil, mas a maioria dos sertanejos permaneceu nos seus lares. Os registros de migração no ano de 1931 assinalaram que foi pequeno o número de fugitivos da seca.

O inverno de 1932 foi esperado com ansiedade pelos sertanejos que, nas suas experiências, sabiam do desespero que seria gestado caso a chuva não aparecesse. Mas, dezembro de 1931 passou anunciando a grande seca que se aproximava. E em janeiro de 1932, os primeiros retirantes começaram a chegar em Fortaleza. Outros resolveram aguardar até o dia de S. José (19 de março), como a última esperança para o inverno.<sup>43</sup>

No final do mês de março, grandes levas de retirantes já enchiam de tristeza e fome as estradas do Sertão. Das mais longínquas paragens da caatinga saíam homens e mulheres que, a caminho da cidade, arrastavam seus filhos e alguns pertences. Muitos sertanejos se juntavam, formando enormes bandos de flagelados. Na angustiada luta para arrefecer a fome, os retirantes matavam e comiam algumas reses que ainda resistiam nos pastos das grandes fazendas. Nos jornais de Fortaleza, eram comuns notícias sobre o roubo de bois e vacas de particulares.

Os flagelados caminhavam longos trechos a pé, em busca de uma cidade com estação de trem. As estradas de poeira findavam quando se encontravam com os caminhos de ferro. Das estações ferroviárias saíam grandes levas de retirantes em direção à Capital.

A partir de abril de 1932, os trens que saíam do Sertão para Fortaleza transportavam uma impressionante quantidade de flagelados. De modo bastante recorrente, os jornais da Capital publicavam matérias sobre a chegada diária de centenas de retirantes. No jornal O Povo do dia

---

\* Esse artigo é parte de um estudo defendido como dissertação de mestrado em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\*\* Mestra e Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>42</sup> Apud. Berlin, Isaiah. Limites da Utopia: capítulos da história das idéias. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 25.

<sup>43</sup> Muitos sertanejos são devotos de S. José, padroeiro do Ceará. O dia de São José apresenta-se como o anunciador de um bom inverno ou de uma seca: se chover nesse dia é sinal de inverno; se não chover, muitos sertanejos perdem a esperança e começam a abandonar o sertão.

13 de abril, havia, por exemplo, a seguinte manchete: “Mais dois trens entulhados de famintos se dirigem a esta capital”.

Em fins de abril, os ricos da Capital, ou melhor, de Fortaleza, começaram a pressionar o Governo a tomar providências diante da invasão de famintos na cidade. Com isso, o poder administrativo suspendeu a distribuição das passagens de trens para Fortaleza. Entretanto, nos meses iniciais, essa medida não foi suficiente para deter a vinda dos flagelados. Decididos a sair do Sertão, muitos sertanejos invadiram trens e chegaram ao destino previsto. O Jornal O Povo, de 13 de abril de 1932, anunciava: “mais um trem fora invadido pelos flagelados no Sertão central do Estado”. Matérias como essa eram freqüentes, sobretudo nos meses de abril e maio de 1932. No jornal O Nordeste do dia 08 de abril, a manchete era a “tragédia da fome”. Com essa matéria, o periódico destacava os freqüentes assaltos dos flagelados aos trens no Sertão do Ceará:

“Os flagellados estão assaltando os trens. Em Praiano, atacaram um comboio, armados de cacetes e ferramentas. Os famintos tomaram um trem de passageiros em Senador Pompeu. Os famintos já desesperados estão lançando mão de todo tipo de ato como meio de solução para a fome que os devora. (...) Scenas impressionantes como estas, resultantes da grande crise de chuvas em 1932, nos são contadas diariamente...” (O Nordeste, 08/04/1932)

As regiões mais atingidas pela seca aglomeravam nas suas estações de trem uma imensa quantidade de famintos. Desses lugares, saíam, todos os dias, locomotivas com os seus vagões completamente lotados. Muitas das Estações Ferroviárias transformaram-se em espaços de grande tensão entre os retirantes e as forças policiais.

Eram, portanto, as estações ferroviárias os locais onde se configuravam os principais conflitos entre os flagelados e as normas do poder administrativo. Afinal, desses lugares saía a “onda faminta” que enchia de pobreza e doença as ruas de Fortaleza. Com isso, a burguesia da Capital, representada sobretudo por ricos comerciantes, mobilizava-se para deter esses indesejáveis habitantes. Na cidade, os locais de isolamento dos flagelados já não davam mais conta de manter o devido distanciamento entre ricos e pobres. Nesse sentido, a idéia manifesta pelos grupos poderosos era então, impossibilitar a saída dos sertanejos do próprio sertão.<sup>44</sup>

Desse modo, em meados de abril de 1932, sete Campos de Concentração foram erguidos às margens dessas ferrovias em pontos estratégicos para uma maior eficácia no aprisionamento dos retirantes que mantinham a idéia de chegar em Fortaleza.

A Interventoria do Ceará, representada por Roberto Carneiro de Mendonça, publica em seu relatório um cuidadoso discurso de legitimação para o estabelecimento dos Campos de Concentração:

*“Para atender com eficiencia os serviços de socorro aos flagellados, e evitar o deslocamento deveras temível para a saúde e a tranquilidade publicas das populações sertanejas que emigravam para diversos pontos, principalmente para a capital, a interventoria tomou urgentes providencia. Tratou o governo de concentrar os flagelados em pontos diversos, afim de socorrel-os com eficiencia e no tempo oportuno. Foram criadas, sob a fiscalização do Departamento das Secas, sete concentrações: Burity, no Município de Crato; Quixeramobim, no Município do mesmo nome; Patu, no Município de Senador Pompeu; Cariús, no Município*

---

<sup>44</sup> Vale salientar: os grupos que mais se mobilizavam para a resolução dos problemas com o flagelo da seca eram justamente os comerciantes que, revestidos de um sentimento caridoso, solicitavam diariamente, nas páginas dos jornais, medidas para diminuir o sofrimento dos flagelados que, impelidos pela mais terrível fome, vinham saqueando seus estabelecimentos comerciais.

*de São Matheus; Ipiú, no Município de mesmo nome; Urubu e Otávio Bonfim, no Município de Fortaleza”.*<sup>45</sup>

A preocupação com a saúde do sertanejo é posta em relevo para fortalecer os laços do projeto dos Campos de Concentração com outros que se apoiavam no humanitarismo e na caridade das elites urbanas da Capital. Nesse sentido, a cidade de Fortaleza que se projetava como moderna e civilizada, mantinha sua imagem resguardada. Afinal, os Campos de Concentração estavam calcados no empenho desses ricos comerciantes em arrefecer os sofrimentos de tantos sertanejos que, segundo eles, nem mesmo podiam se deslocar do sertão.

Contudo, em Fortaleza ainda foram erguidos dois Campos para àqueles que conseguissem escapar ao controle de fixação nas Concentrações do interior. Esse Campos tornaram-se os modelos para a divulgação do projeto na imprensa. Em junho de 1932 os Campos da Capital concentravam cerca de 1.800 retirantes enquanto o Campo de São Matheus, que raramente era comentado nos jornais, chegou a concentrar 28.648 flagelados.<sup>46</sup>

Observa-se que o número de retirantes no Campo de Fortaleza é significativamente menor que as Concentrações do interior. Desse modo, esses números podem ser vistos como um forte indício sobre o sucesso das demais Concentrações no Sertão. Nesse sentido, pode-se afirmar que, para chegar ao lugar onde habitavam os ricos da “cidade do sol”, o retirante teria que transpor várias barreiras. A última muralha era os dois Campos que localizavam-se na própria cidade, afastados dos bairros nobres. Depois do erguimento dos Campos de Concentração, as ruas da capital ficaram ainda mais isoladas do flagelo.

Tudo indica que foram as concentrações de Fortaleza os dois Campos nos quais houve um maior e mais eficiente exercício do poder disciplinar. Em várias reportagens publicadas nos jornais da Capital, percebe-se que as autoridades dedicavam uma especial atenção ao funcionamento desses dois Campos. Diante de um menor número de flagelados (em comparação com outros Campos), os administradores das Concentrações de Fortaleza procuravam desenvolver um trabalho exemplar. Com efeito, esses dois cativeiros, assumiam, por vezes, a condição de duas vitrines diante das quais o visitante poderia ver a concretização de um projeto humanitário e moderno. Esses Campos chegaram a fazer parte do roteiro turístico da “Noiva do Sol”, conquistando elogios e doações de visitantes que viajavam no luxuoso navio “Touring Club”.

É fundamental ressaltar que o estabelecimento desse isolamento fazia parte dos projetos de modernização para a cidade de Fortaleza em 1932. Nesse ano, a cidade se desenvolvia, em certa medida, de maneira acelerada. No entanto, esse desenvolvimento rápido dependia fundamentalmente da mão-de-obra flagelada pois, com a seca, milhares de braços sertanejos trabalhavam nas obras de melhoramento urbano em troca de comida.

Esta seca foi largamente utilizada pelos poderes na construção de obras urbanas: calçamentos, prédios, casas particulares, reforma nas fachadas das casas. No entanto, essa prática de exploração da mão-de-obra do flagelado já se verificava em secas anteriores. No livro *Fortaleza Velha*, do cronista João Nogueira, um capítulo é dedicado às ruas e praças da cidade entre 1856 e 1936. Nogueira elenca 163 ruas principais. Pelo seu registro, constata-se

---

<sup>45</sup> Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente da República pelo Interventor Federal Cap. Roberto Carneiro de Mendonça. 22/09/31 a 05/09/1934. Imprensa Oficial – Ceará- Fortaleza.

<sup>46</sup> Cf. *Jornal O Povo*, 30/06/1932)

que, durante as secas de 1879, 1888 e 1932 foram construídas 98 ruas sendo 46 no ano de 1932/33. Ou seja: a maioria das ruas apreciáveis na cidade de Fortaleza até o ano de 1936 foram construídas em anos de seca. Em 1932 essa utilização dá um salto significativo ao mesmo tempo que o controle dos retirantes fora da Capital também se aperfeiçoa. Constrói-se, assim, um aparente paradoxo: as obras na cidade necessitavam de uma abundante mão-de-obra flagelada, não obstante, o descontrole na presença desses flagelados trazia problemas para os planos de desenvolvimento da Capital. O projeto dos Campos surge como uma tentativa de resolução desse problema.

Vale a pena salientar, que os Campos de Concentração não despontam como recurso extremo em face da seca. Ao contrário, essas Concentrações fazem parte de uma tradição no controle de mendigos e doentes pelas ruas da Capital. Ou melhor: em diversos momentos, as elites de Fortaleza declararam guerra aos mendigos na tentativa de isolar de suas praças e alamedas a incômoda miséria. Por exemplo, em 1923 (ano de chuva) a sociedade elegante de Fortaleza resolveu decretar o “Dia de Extinção da Mendicância”. A partir do dia 17 de fevereiro desse ano todos àqueles que fossem encontrados a esmolar pelas ruas seriam detidos na delegacia de polícia municipal. O discurso de cidade moderna reforçava ainda mais a necessidade em manter afastados ricos e pobres. Afinal, tanto mais moderna é a cidade quanto menos aparecem as suas anomalias: os seus velhos, os seus loucos, os seus doentes.<sup>47</sup>

Com a seca, os incomodados com a miséria tinham a argumentação necessária para o isolamento e o controle dos flagelados de uma forma mais sistematizada. Esses Campos de Concentração eram cidades sob o olhar atento dos poderes urbanos.

### ***Entre o Curral e a Cidade***

No final de junho, o grande número de concentrados nos Campos começava a preocupar as autoridades. Com pouco mais de um mês de funcionamento, os Campos de Concentração apresentavam uma inesperada quantidade de sertanejos. Conforme as estatísticas oficiais, os dados eram os seguintes: 6.507 em Ipú, 1.800 em Fortaleza, 4.542 em Quixeramobim, 16.221 em Senador Pompeu, 28.648 em Cariús e 16.200 em Burití, perfazendo um total de 73.918 flagelados. (Cf. O Povo, 30/06/1932).

Sobretudo, depois de junho de 1932, a multidão de concentrados se multiplicava dia após dia. Os grandes terrenos, cercados ou murados, geralmente planejados para alojar de dois a cinco mil flagelados, chegaram a comportar mais de 50 mil retirantes, como é o caso do Campo de Concentração do Burití, no Município do Crato.<sup>48</sup> O pavor diante da multidão crescia na proporção de sua extensão. O desejo de controlar os miseráveis também trilhava o caminho dessa proporcionalidade: quanto maior o número de flagelados mais rigorosa era a vigilância.

Muitos sertanejos que partiram para uma determinada cidade não chegaram ao destino previsto. Antes de alcançarem o território urbano, foram detidos nesses lugares cercados e

---

<sup>47</sup> A argumentação utilizada para legitimação do Dia de Extinção da Mendicância, baseava-se na edificação e funcionamento de um dispensário para os pobres. Na existência de um lugar benevolente para os miseráveis não haveria mais justificativas para a sua dispersão pelas ruas.

<sup>48</sup> Vale salientar que entre os sete Campos de Concentração podemos perceber algumas distinções na estrutura arquitetônica. Por exemplo, alguns eram cercados de forma circular e outros recebiam uma coformação mais quadrangular, entretanto, havia uma estrutura básica presente em todos os Campos: posto médico, cozinha, barbearia, casebres separados por família.

vigiados. Os Campos de Concentração funcionavam como uma prisão. Os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho, como a construção de estradas e açudes ou obras de “melhoramento urbano” de Fortaleza, ou quando eram transferidos para outro Campo. Durante esses deslocamentos, sempre havia uma atenta vigilância para evitar as fugas ou rebeliões. Os flagelados só se deslocavam dentro de caminhões e, a todo momento, ficavam sob o atento olhar de vigilantes.

Todos os Campos eram vigiados durante o dia e a noite. Na Concentração do Patú, por exemplo, “o serviço de polícia era feito por duas turmas com 36 homens, divididos em cinco postos durante o dia e seis no correr da noite”.(Cf. O Povo, 25/05/1932).

Nos dois Campos de Fortaleza, a vigilância era efetivada por soldados do 23ºBC. Mas, nos Campos espalhados pelos Sertão, alguns guardas eram os próprios flagelados. Aqueles que aderiam mais rapidamente ao projeto de controle dos Campos eram colocados em postos de vigilância. Desse modo, os escolhidos eram expostos como homens premiados por suas condutas.

Por outro lado, vale salientar que, em muitos casos, os escolhidos superavam as expectativas previstas nos postulados do disciplinamento e acabavam se transformando em problemas para os administradores. Empolgados com o poder que passavam a exercer - ou seja, o poder de vigiar- muitos desses guardas começavam a causar “desordens”, pois tornavam-se demasiadamente agressivos e arbitrários no trato com os concentrados. Nessas circunstâncias, esses vigilantes entravam em dissonância com o projeto idealizado para o funcionamento dos Campos, que pretendia controlar o flagelado com base em um discurso civilizado e civilizador, no qual o humanitarismo era um valor aparentemente inegociável. Quando alguns casos de violência e desmando eram denunciados por jornalistas, os vigilantes envolvidos perdiam o cargo e voltavam à condição de concentrados.

Ao que tudo indica, em algumas Concentrações existia um lugar específico para o castigo e a punição exemplar. Nos relatos jornalísticos que descreviam detalhadamente a estrutura dos Campos de Concentração, jamais se falou nessa prisão punitiva. Entretanto, nas memórias dos sertanejos que passaram por estes lugares, a lembrança do “sebo” tornou-se marcante. Conforme o depoimento oral do Sr. José Camurça, dentro do próprio Campo do Buriti (no Crato) havia “uma espécie de cadeia para os desordeiros” e “era um cercado de madeira bem alto e seguro”. D. Maria de Jesus, que esteve por cinco meses na Concentração de Senador Pompeu, comenta que os rapazes deixavam que seus cabelos fossem raspados temendo o confinamento no “sebo”.

A punição era, portanto, realizada de maneira exemplar. A existência de um lugar para o castigo era mais uma estratégia no disciplinamento dos flagelados dentro das Concentrações. Mesmo que não fossem utilizados com frequência, somente pelo fato de existirem, esses lugares conseguiam fortalecer o controle dos flagelados através de uma intensificação da “pedagogia do medo”. Constituíam-se como uma espécie de autoridade inanimada.

Tudo indica que, nos Campos de Fortaleza, esse tipo de punição era realizada de forma diferente. Nos casos de desordens, os flagelados eram encaminhados à delegacia, onde eram detidos. Em Fortaleza, esse tipo de comportamento era julgado como “caso de polícia”.

No registro do “Rol dos Culpados” da cidade de Fortaleza, encontram-se alguns casos, como o de Francisco Alves de Freitas, 20 anos, acusado por revoltar-se com o destacamento do Campo de Concentração do Urubu; ou José Serafim de França, 34 anos, acusado por tentar revoltar os vigias do Campo de Concentração e, desse modo, perdeu seu posto de chefe dos

referidos vigias. Como essas, outras prisões de Concentrados foram efetivadas na Delegacia Municipal de Fortaleza no ano de 1932. Essas prisões são alguns indícios sobre as formas pelas quais os sertanejos colocavam-se como sujeitos ativos em face das práticas repressoras. O projeto disciplinador dos Campos era efetivado de modo bastante conflitivo.

Em geral, os concentrados eram presos por roubo de comida ou algum tipo de afronta às normas morais. No “rol dos culpados” referente aos meses de julho e agosto de 1932, muitos concentrados foram detidos na polícia. A maioria dos casos é referente a embriaguez e posterior revolta contra os administradores e vigilantes do Campo. Os Campos de Concentração eram lugares onde os confrontos entre os flagelados e o poder público colocavam-se das mais diferentes maneiras.

A preocupação dos vigias era acima de tudo com a moral e a decência. Para a realização de um projeto assistencial, disciplinador e civilizador era necessário uma vigilância redobrada sobre o comportamento sexual dos flagelados. Afinal, a imagem desse tipo de projeto ficaria bastante comprometida se os considerados “atos indecorosos” chegassem a se impor entre os retirantes. Nesse sentido, “os casebres eram divididos em um pavilhão para os homens solteiros e outro para os viúvas e as famílias”<sup>49</sup>

Conforme a imprensa de Fortaleza, no Campo de Concentração do Matadouro, “vinte homens com relativa instrução militar cuidavam de manter a ordem e o respeito entre os flagelados”. Alguns jornalistas chegavam a admitir que a alimentação tornava-se, em alguns momentos, bastante precária, no entanto, asseguram que “... no tocante à ordem e moralidade o serviço, nada deixa a desejar”. Com isso, essas matérias reforçam a idéia de uma dedicação irretocável no controle dos flagelados. A comida e o remédio deveriam ser enviados pelo governo federal, mas, aquilo que cabia ao poder interno, vinha sendo admiravelmente implementado.<sup>50</sup>

Em todos os Campos de Concentração, foram erguidas capelas, que, além de abrigar as orações e alimentar a fé dos flagelados, eram utilizadas para reforçar a vigilância sobre os corpos. No Campo de Concentração do Ipu, o vigário Gonçalo Lima, celebrava missas, casamentos e batizados semanalmente. Ao falar sobre o assunto, o jornal Correio da Semana (05/11/1932) fez um comentário que pode ser visto como um significativo indício do imaginário das classes dominantes em torno da vida moral dos retirantes: “Em um meio tão propício à corrupção dos costumes somente a ação constante do vigário e dos catequistas poderia manter a moralidade.”

O vigário Gonçalo Lima conta com orgulho que até o dia 24 de dezembro de 1932 já havia realizado 250 batizados, 35 casamentos e 1.600 comunhões no Campo de Concentração do Ipu. O dedicado padre constatou que poucos sertanejos se orientavam segundo os ensinamentos da “Santa Madre Igreja”, pois muitos casais viviam maritalmente sem o sacramento matrimonial e tinham seus filhos pagãos. Nesse sentido, o Campo era visto, também, como uma significativa oportunidade de introjetar nos flagelados a noção de pecado presente na união sem casamento oficializado pela Igreja.

Para a religiosidade dos sertanejos pobres, os sacramentos, como o batismo e o matrimônio, não tinham a importância prevista pela hierarquia clerical. Acostumados a viver em lugares onde a ausência de padre é freqüente, muitos sertanejos desenvolveram suas experiências

---

<sup>49</sup> Cf. Correio do Ceará, 06/05/32.

<sup>50</sup> Cf. O Povo, 16/04/1932.

religiosas sem atribuir uma importância fundamental aos sacramentos. Suas vivências religiosas eram constituídas sobretudo por um relacionamento com o sagrado sem a mediação dos sacerdotes, ou seja, eram compostas por uma tessitura de ligações com o santo protetor, diante do qual eram realizados os pedidos, os agradecimentos e as orações. Para as mais remotas paragens da caatinga, o sagrado se constituía muito mais mediante o oratório doméstico que através de rituais comandados por um sacerdote. Desenvolvia-se, então, um catolicismo pouco ortodoxo para os olhos da Igreja.

Certamente, os números citados pelo Pe. Gonçalo Lima não representam ainda a evangelização desejada pela Igreja. Ao que parece, a importância dada aos sacramentos era bem maior para o Pe. Gonçalo que para os sertanejos. Ou melhor: é plausível imaginar que, para muitos concentrados, os batizados e casamentos não possuíam um significado primordial. É possível supor que, se não estivessem encarcerados nos Campos, continuariam a viver sem esses sacramentos. Com efeito, é preciso salientar que, no imaginário desses sertanejos, viver sem esses sacramentos não significa ter uma menor dignidade ou ser um católico pouco dedicado.

Com a presença quase diária dos padres nas Concentrações, alguns flagelados se empojavam e casavam mais de uma vez. No registro dos concentrados que foram presos na delegacia de polícia da cidade, alguns casos referem-se à prática da bigamia. O Sr. José Pedro de Lima, por exemplo, foi acusado de ter casado duas vezes no Campo de Concentração do Urubu. Depois de causar desordem e briga entre as duas esposas que moravam na Concentração, o Sr. José foi denunciado e preso. Ao que parece, um dos fatores que estimulava a prática do casamento era a distribuição de “enxovais”. Sabe-se que alguns dos casais que recebiam o sacramento do matrimônio ganhavam um “enxoval” das “senhoras católicas” e de outras autoridades.

Com a alimentação em estado insatisfatório, o padre colocava-se como uma figura ainda mais importante, na medida em que tentava doutrinar os flagelados para a importância do alimento espiritual. Nos discursos proferidos pelos sacerdotes nos Campos de Concentração a frase fundante dos sermões com frequência se repetia: “nem só de pão vive o homem, elle precisa também de conforto moral.”(O Nordeste, 19/05/32). Com a falta de comida e o perigo iminente de revoltas, era fundamental ressaltar a importância do alimento espiritual.

Na seca de 1932, o obituário oficial registrou o número de 23.000 mortos. Pelo registro de óbitos da Igreja Matriz do Município do Ipu, somente no Campo dessa cidade, havia diariamente uma média de seis a sete mortos. Diante desse quadro, a Igreja também se apresentava para consolar as famílias e assegurar às almas o encontro com o pai celestial.

A inatividade era considerada a grande inimiga da ordem e da disciplina. Com isso, os administradores dos Campos legitimavam a exploração abusiva dos flagelados nas mais diferentes atividades. A justificativa apresentada pelo administrador do Campo de Concentração do Ipu em relação ao emprego dos flagelados nestes serviços é um significativo indício para o entendimento desses trabalhos como parte das estratégias de disciplinamento: “Os flagelados não podem ficar inativos um só momento. Todos eles têm que trabalhar seja em que serviço for.” Conforme suas declarações, havia várias oficinas de trabalhos internos para os flagelados. Estes serviços eram diversos e ocupavam homens, mulheres e crianças:

*“... cerca de 500 homens trabalham no serviço de olaria, mas a oficina de carpintaria tem sido a mais importante pois todo o serviço de madeira de que precisa o Campo, é feito ali*

*com uma habilidade digna de nota. Cama, cadeiras, confissionários, cacetetes para os guardas, tudo, enfim, é feito na carpintaria do Campo. Na alfaiataria são aproveitados os sacos de gêneros e transformados em roupas para os concentrados. A barbearia também ocupa alguns profissionais e há ainda uma secção de funilaria, onde se fabricam lamparinas, canecas e outros utensílios usados nos campos”.<sup>51</sup>*

Observa-se que, além dos trabalhos externos e de maior extensão, como estradas de rodagem, calçamento, calçadas, existiam vários trabalhos internos. Nota-se que o controle do cotidiano dos flagelados era implementado de diferentes formas, tentando atingir suas vidas em várias dimensões.

Para os que se destacavam nesses serviços diversos, era dada a recompensa de uma melhor “ração” ou ainda uma “diária mínima”. Mas os concentrados nem sempre concordavam com essa remuneração. Muitos flagelados se recusavam a receber esmolas pelo seu trabalho e se rebelavam contra a administração dos Campos de Concentração. Alguns eram presos na delegacia da cidade e outros conseguiam fugir das Concentrações.

Os jornais publicavam crônicas denunciando a postura desses “rebeldes” como malandragem. Em geral, esses textos tinham sempre o mesmo título: “A diferença entre o flagelado e o Malandro”. Com isso, tentavam apresentar determinada postura como definidora do flagelado. Aquele que rompesse com esse “modelo” seria definido a partir de outros adjetivos. O Povo de 28 de abril de 1932, reforça esse modelo de flagelado nos seguintes termos:

*“Vem se verificando, nos Campos de Concentração, conforme nos declarou o próprio Sr. Interventor Federal – que alguns flagelados robustos, escolhidos para diversos serviços, recebendo a diária mínima de três mil réis, se recusam a trabalhar(...)Esse fato exige repressão. Se o retirante está em boas condições orgânicas e gosa saúde deve corresponder aos bons propósitos oficiais, desde que lhe ofereçam trabalhos de acordo com suas aptidões(...)mas nos Campos sempre que houver trabalho remunerativo, não haverá lugar para a malandragem.”*

Outro aspecto significativo, é o nome com o qual o flagelado batizou os Campos de Concentração: Curral do Governo. Na sua vivência do mundo rural, o sertanejo sabe que o gado precisa ser encurralado para não fugir. O curral é uma prisão. Mais que isso: é uma prisão de animais. O Campo não era, portanto, um lugar para gente. Era uma prisão que tratava os seres humanos como animais. Na memória de muitos sertanejos, o curral foi mais um caso que explicitava a forma cruel pela qual o Governo costumava, e ainda costuma, assistir os pobres.

Os administradores também ofereciam diversão aos concentrados. No Campo de Concentração do Matadouro formou-se até “uma orquestra e um corpo de bailarinos entre os flagelados”. Os jornais anunciavam com entusiasmo “a disposição dos pobres infelizes para a alegria e o divertimento”. Além disso, muitas apresentações de jograis e corais infantis eram realizadas nos Campos<sup>52</sup>.

Mas o flagelado também se divertia a seu próprio modo. Muitos depoentes contam que, à noite, quando todos os flagelados terminavam seus serviços, eles se reuniam e entoavam

---

<sup>51</sup> Cf. *O Povo*, 12/07/32

<sup>52</sup> Nesses relatórios poucas vezes as crianças são mencionadas, em geral, ou aparecem para legitimar o emprego da sua mão-de-obra nos diversos serviços ou algumas atividades consideradas lazer, como esses corais infantis.



cantigas, faziam desafios e repentes. Tocavam instrumentos e dançavam. Como lembra o Sr. Francisco Lima: “agente sempre dava um jeitinho de animar”.

Certamente, a nomenclatura Campos de Concentração traz uma carga histórica que nos remete imediatamente ao holocausto nazista, entretanto, um dos desafios desse estudo foi refletir sobre as questões que compõem a historicidade desses Campos durante a seca de 1932 no Ceará. Nesse sentido, nosso exercício foi tentar perscrutar as relações, tensões, conflitos, acordos e complexidades próprias desse espaço-tempo vivenciado pelos flagelados na sua luta diária pela sobrevivência em confrontos nem sempre explícitos com os poderes instituídos.

## OS CUSTOS DA MODERNIZAÇÃO

### Dissociação, homogeneização e resistência no Sertão do Nordeste Brasileiro<sup>53</sup>

Dawid Danilo Bartelt

#### Introdução

De novembro de 1874 a janeiro de 1875 eclodiram manifestações populares em numerosas vilas e arraiais do agreste e sertão nordestino, principalmente em Pernambuco e na Paraíba. Na sua maioria bem organizadas e cautelosamente executadas, as ações evitaram o uso de violência contra pessoas. Os manifestantes invadiram estabelecimentos comerciais, a fim de quebrar os pesos e as medidas métricas recém introduzidos, impediram que fossem pagos os diversos impostos provinciais e municipais nas feiras e queimaram livros de impostos e sesmarias em câmaras municipais e cartórios.<sup>54</sup>

O governo imperial decretara a introdução do sistema métrico francês em 1862, estipulando um prazo de dez anos para a substituição gradual dos antigos pesos e medidas, de uso vago e que variavam de região para região. O sistema entrou definitivamente em vigor a partir de julho de 1873. Ele fez parte do programa de reformas do gabinete Rio Branco desde

<sup>53</sup> Agradeço a Dr. Matthias Röhrig Assunção, Essex/Inglaterra, valiosos comentários a uma versão anterior deste texto.

<sup>54</sup> A literatura sobre a "Revolta dos Quebra-Quilos" é escassa. O estudo mais abrangente e mais rico em detalhes não passa analiticamente de constatar uma "revolta arcaica": Souto Maior, Armando, *Quebra-Quilos. Lutas sociais no outono do Império*, São Paulo: Comp. Ed. Nacional/MEC, 1978. Publicado no ano anterior, o historiador canadense Barman assume uma posição contrária à de Souto Maior, vendo as ações como uma demonstração quase "racional" de uma classe de camponeses auto-conscientes e ativos no agreste: Barman, Roderick J., *The Brazilian Peasantry Reexamined: The Implications of the Quebra-Quilo-Revolt, 1874-1875*, in: *HAHR* 75:3 (1977), pp. 401-424. Para Monteiro, Hamilton de Mattos, *Crise agrária e luta de classes (O Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889)*, Brasília: Horizonte, 1980, a revolta dá prova da sua hipótese que as últimas décadas do império não foram uma época de paz, estabilidade e prosperidade como frisa a historiografia tradicional, mas foram marcadas pela execução de violência física e estrutural contra as classes inferiores, principalmente no Nordeste. A sua aguda análise sofre, porém, do fato que ele reduz numa visão marxista ortodoxa, as revoltas do interior à parte de "lutas de classes" de um "proletariado" que é contraditada já pelo fato, demonstrado por ele mesmo, que a revolta teve a participação de padres, oficiais e liberais e de fazendeiros, ou seja, que houve antes de mais nada uma coalizão tática das classes, unindo-se na visão anti-estatal. Assim como Joffily, Geraldo Irineo, *O Quebra-Quilo. A revolta dos matutos contra os doutores (1874)*, in: *Revista de História* 107 (1976), pp. 69-145, Monteiro vê uma conexão com o "Ronco da Abelha" em 1851/52, quando planos do governo imperial de implantar um registro civil de nascimentos e óbitos assim como o plano de um primeiro censo geral provocaram revoltas na mesma região do Quebra-Quilos. Barros, Luitgarde Oliveira Cavalcanti, *A Terra da Mãe de Deus, Rio de Janeiro/Brasília: Francisco Alves/INL, 1988*, acentua a importância da Questão Religiosa para a revolta e a interpreta como "um ensaio de decodificação da mensagem católica centenariamente transmitida como obediência." (p. 130). O trabalho mais recente é do sueco Magnus Mörner, *The Masses Face the Modernizing Ambitions of the National State*, in: *Idem, Region and State in Latin America's Past*, Baltimore/London: The John Hopkins Univ. Press, 1993, pp. 53-67. Na sua bem ponderada análise, Mörner discute os textos anteriores (menos, surpreendentemente, o de Monteiro) e enquadra Quebra-Quilos no processo de modernização expansiva. Concluindo que a modernização foi ao interior "pateticamente prematura" e carecia de racionalidade, uma vez que reagia aos protestos com uma grande brutalidade, ele subestima o caráter conservador-autoritário desta modernização que não respeitou as necessidades do interior nem as estruturas espaciais-temporais em vigor.

1871. O elemento central deste programa foi o primeiro censo nacional em 1872 que pôs fim aos longos tempos "pré-e proto-estatísticos" no Brasil.<sup>55</sup> Paralelamente, procurava-se registrar todos os escravos no país em função da "Lei do Ventre Livre", de 1871, que libertou *de jure* os filhos de escravos nascidos após esta data. As reformas incluíram ainda uma nova lei de recrutamento militar que estabelecia em 1874 os modos e as condições de recrutamento para o Exército e a Armada. Estas medidas procuravam homogeneizar e racionalizar os processos administrativos no plano político e econômico. Eram medidas de modernização do cunho europeu. Tiveram como objetivo de fazer vigorar a soberania interna dos Estados modernos, ou seja, efetivar e perpetuar a normatização e o controle dos indivíduos e dos processos dentro do território de jurisdição do estado.

Mesmo numa época na qual parece não haver alternativa à modernidade, seja ela a Primeira, a Segunda ou a Pós-Modernidade, o historiador deve insistir que a teoria da modernização<sup>56</sup> é apenas *uma* perspectiva de avaliar o processo histórico de uma sociedade. Na historiografia sobre o Brasil colonial e imperial, principalmente na de cunho anglo-saxônico, ela ainda é hegemônica. Esta historiografia segue, *grosso modo*, a percepção de um estudo clássico da história brasileira novecentista que abre com as palavras: "Brazil was a backward country in 1850".<sup>57</sup> É evidente que em comparação com a Grã-Bretanha o Brasil fosse considerado um país "atrasado" – e sob o axioma que a Grã-Bretanha era a medida válida para o Brasil. O questionamento do historiador deve ser a seguinte: Qual é a medida adequada para avaliar a "realidade" de uma formação histórica? A medida chamada "Grã-Bretanha" do século XIX é tida como universal. Seu sobrenome é "modernização".

As medidas axiomáticas exigidas para o *backward country* se repetem dentro do território nacional. 'O Sertão foi, em 1850, ou 1893, uma região atrasada'. É com essa paráfrase que começam os textos sobre o que se denominava de "centro" na Bahia novecentista mas que sempre foi periferia. Toda a historiografia sobre o Sertão não se estranha em classificar esta região como "hinterland", ou, aporuguesado, "hinterlândia".<sup>58</sup> A medida, a matriz da modernização está enraizada no sub-consciente da ciência.

Quando se dirige ao Sertão, as ciências sociais em geral e a historiografia em particular o tem tratado numa visão de modernização pelo reverso. Eles costumam focalizar o misticismo,

---

<sup>55</sup> Marcilio, Maria Luiza (1977), Levantamentos censitários da fase proto-estatística do Brasil, in: Anais de história, 9. Jg., S. 63-75.

<sup>56</sup> É evidente que não existe a teoria da modernização mas diversas. Um excelente resumo destas teorias e do seu significado para a historiografia apresenta Wehler, Hans-Ulrich, *Modernisierungstheorie und Geschichte*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht 1975. Pode-se identificar, porém, um paradigma dominante *normativo* que estipula um modelo universal de evolução de sociedades cujo alvo deve ser o estado democrático, social, parlamentarista, industrial e capitalista. Esta evolução pressupõe primordialmente processos de racionalização, burocratização, diferenciação institucional/structural, democratização, industrialização e expansão econômica.

<sup>57</sup> Graham, Richard, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1968, p. 1. O texto continua: "To make this point, it is worthwhile to contrast it with a society which was modernizing at that time" – a inglesa. A tradução de Roberto Machado de Almeida ameniza o julgamento de Graham (Brasil: país atrasado, pré-moderno versus Grã-Bretanha: país em modernização), atribuindo ao Brasil já uma qualidade de país moderno: "Os britânicos, em 1850, encontravam-se em fase de plena modernização, enquanto que o Brasil apenas iniciava um movimento no mesmo sentido." Graham, Richard, *Grã-Bretanha e o início da modernização*, São Paulo: ed. brasiliense, 1973, p. 11.

<sup>58</sup> A usual denominação do Sertão, ou do interior, como *hinterland*, *hinterlândia*, mostra o reflexo forte da lógica colonial no imaginário e nos discursos atuais. A palavra alemão significa, literalmente, "terra traseira". O *hinterland* é o Sertão visto do litoral, em relação ao qual ele está "atrás". E ele é não somente visto, como medido e avaliado a partir do litoral e dos padrões de modernização: a região está cultural, política, economicamente "atrás", atrasado, retardado.

o messianismo, o milenarismo e/ou o demonismo/a demonização do homem e da natureza. Elas vêm nestes fenômenos o lado mais destacado da normalidade sertaneja, considerada paradigmaticamente pré-moderna. Tratando das supostas utopias sertanejas, constituem o Sertão como *topos*, como lugar da Pré- ou da Anti-Modernidade. Não é de negar de forma nenhuma que a religião (popular) no Sertão desempenhasse uma função importante e mereça uma atenção especial da ciência. De fato, parece este ser o campo mais bem estudado da história sertaneja.<sup>59</sup>

Recentemente, e em explícita contraposição à literatura modernista tradicional, o sertão está sendo focalizado pela historiografia brasileira do imaginário. Ensaio como os de Janaína Amado<sup>60</sup>, Gilmar Arruda<sup>61</sup>, Lydia Galetti<sup>62</sup> e as monografias de Elisa Reis Mader<sup>63</sup> Cândia Vidal e Souza<sup>64</sup> de Nisia Trindade Lima<sup>65</sup> analisam a construção do sertão em relação às concepções da identidade nacional e/ou regional pelas elites do litoral. Mas ainda procura-se em vão uma história social digna de menção do Sertão colonial e imperial. O maior estudo da história social da Bahia no século XIX, uma obra de 730 páginas, praticamente omite o Sertão.<sup>66</sup> O estudioso deve recorrer ao clássico Capistrano de Abreu, não somente porque ele é bom, senão também porque não tem outra obra geral mais moderna. Faltam micro-estudos de municípios e fazendas, e falta uma visão do conjunto.<sup>67</sup> Os novos

---

<sup>59</sup> Veja por exemplo Barros, A Terra de Mãe de Deus, op. cit.; Della Cava, Ralph, Milagre em Joazeiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra 1976 (orig. inglês 1970); Hoornaert, Eduardo, Formação do catolicismo brasileiro. 1550-1800, Petrópolis: Ed. Vozes, 1974; Hoornaert, Eduardo/Desrochers, G. (Org.), Ibiapina e a Igreja dos Pobres, São Paulo 1984; Otten, Alexandre, "Só Deus é grande". A Mensagem religiosa de Antonio Conselheiro, São Paulo: Ed. Loyola, 1990.

<sup>60</sup> Amado, Janaína. "Região, Sertão, Nação", in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1995, pp.

<sup>61</sup> Arruda, Gilmar, Cidades e sertões, in: Andrzej Dembicz (Org.), El Espacio en la Cultura Latinoamericana. Dicionario Analítico, Bd. 2: El Espacio en la Cultura Latinoamericana, Warschau: Zaklad Graficzny UW 1997, pp. 89-102.

<sup>62</sup> Galetti, Lyliya da Silva Guedes, Mato Grosso: O Estigma da Barbárie e a Identidade Regional, in: Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB, 3:2 (1995), pp. 48-81.

<sup>63</sup> Mader, Elisa Reis N.S., O Vazio: o Sertão no imaginário da Colônia nos Séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro, 1991.

<sup>64</sup> Vidal e Souza, Cândia, A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro, Goiânia 1997.

<sup>65</sup> Lima, Nisia Trindade, Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional, Rio de Janeiro: Ipuerj/Revan, 1999. Segundo a autora, será defesa em breve a tese de Lydia Galetti, Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o território mato-grossense – 1870 -1930, USP.

<sup>66</sup> Mattoso, Katia de Queiros, Bahia Século XIX. Uma província no Império, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2<sup>a</sup> edição, 1992.

<sup>67</sup> A literatura não-ficcional sobre a história do Sertão tem sido marcada por uma vertente memorialista-folclorista, para a qual o título "Sertão do meu tempo" (Amorim, Deolindo, Sertão do meu tempo, Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1978) é paradigmático. Os melhores estudos de história social do Sertão são de autoria norte-americana e referem-se ao sertão cearense: Chandler, Billy Jaynes, The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns. The history of a family and a community in northeast Brazil, 1700-1930, Miami: Univ. of Florida Press, 1972; e Cuniff, Roger Lee, The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1880, Austin: Phil.diss (mimeo), 1970. Tanto este último, uma tese de doutorado, quanto o estudo excelente de Mello sobre semântica e características marcantes do sertão dos séculos XVI a XIX não mereceram publicação em livro: Mello, Ceres Rodrigues, O sertão nordestino e suas permanências (século XVI-XIX), in: Revista do IHGB Bd. 148, Nr. 356 (1987), S. 283-437. Também não publicado em livro, e sem tradução para o português, é o estudo do baiano Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, Au Brésil: Deux Régions de Bahia (1896-1937), Paris: Phil.diss. (mimeo), 1992. Uma referência especial merece o excelente e ricamente documentado estudo do historiador alemão Matthias Röhrig Assunção sobre a população, a terra, a economia, as estruturas sociais e de poder no Maranhão, zona de transição entre a floresta tropical, a caatinga do Nordeste e o cerrado do Brasil central, na primeira metade do século XIX, que lamentavelmente ainda não foi traduzido ao português: Pflanzler, Sklaven und Kleinbauern in der brasilianischen Provinz Maranhão 1800-1850, Frankfurt a.M.: Vervuert, 1993. Fora do

estudos mencionados, porém, nutrem a esperança que o Sertão, em breve, possa deixar de ser a *hinterlândia* da historiografia brasileira.

Por isso, sem tematizá-lo expressamente, o presente ensaio abre no seu percurso constantemente *desiderata* de pesquisa. Explicitamente ele quer desenhar umas linhas gerais do processo histórico da constituição do Sertão na sua espacialidade e dentro de um processo chamado "modernização" no Brasil, abrindo umas linhas de pensamento para futuras pesquisas. No final, ele quer lançar um rápido olhar naqueles que contam entre os perdedores da modernização. Mas que não aceitaram tudo.

#### A Tradição original: violência

O Sertão foi constituído através de um genocídio. Mas até hoje, percebe-se na intelectualidade brasileira uma enorme dificuldade em se relacionar com os bandeirantes. Sem estes não existiria o Brasil; os destruidores, os matadores abriram o território e conceberam assim, ainda que bem provavelmente sem querer, a territorialidade da colônia, que nas concepções originais, devia servir apenas como uma base extrativa-portuária dentro do sistema mercantil-colonial. Sem a atuação dos bandeirantes – que aliás foi uma negação da lógica metropolitana que vetava inicialmente a exploração do interior – não haveria o Estado Brasileiro – eis a dialética sangrenta, o profundo paradoxo no qual cai uma avaliação crítica. Por suas consequências, aliás, as bandeiras paulistas e as "entradas" bahianas (muitas com a ajuda experiente de bandeirantes de São Paulo) pouco se diferenciavam: Das etnias Gê e Tupi na Bahia poucos índios sobraram no século XVII; os restos foram aglomerados nas aldeias indígenas como estas entre Itapicuru e Vaza-Barris que ficaram conhecidas na Guerra de Canudos: Jeremoabo, Canabrava (Pombal), Natuba (Nova Soure), Nova Mirandela, Massacará. Os jesuitas completaram pela "assimilação" cultural, ou seja, pela extinção das diferenças, o genocídio daqueles que salvaram com vida.

Enquanto a etimologia da palavra "sertão" permanece obscura<sup>68</sup>, podemos traçar o desenvolvimento semântico do conceito na história brasileira. Através de definições dicionarizadas, assim como de fontes primárias, principalmente relatos de viagem, pode-se concluir que a semântica de Sertão não se constituía nem pelo deserto, nem pelo clima, senão

---

Ceará foi o Vale do Rio São Francisco que mereceu maior atenção da historiografia. Além de Freitas, vale mencionar o clássico mas ultrapassado: Lins, Wilson, O Médio São Francisco. Uma Sociedade de Pastores e Guerreiros, Salvador: Livr. Progresso, 1960 e Pierson, Donald, O Homem no vale do São Francisco, 3 vols., Rio de Janeiro: Fundação Gráfico do IGBE, 1972, baseado sobretudo nos relatos dos viajantes europeus. Trabalhos pioneiros de grande valor são os de Santos Filho, Lycurgo, Uma comunidade rural do Brasil antigo (Aspectos da Vida Patriarcal no Sertão da Bahia nos Séculos XVIII e XIX), São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1956 que descreve a vida numa fazenda no sertão baiano nos séculos XVIII e XIX, baseada na sua farta documentação, e os trabalhos (ainda que um tanto folclóricos) de Goulart sobre a pecuária: Goulart, José Alíptio, Brasil do Boi e do Couro, Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1965. As obras de Manuel Corrêa de Andrade sobre o Nordeste e o Sertão em particular, também pioneiras, se referem mais à geografia, sendo genéricas, ainda que instrutivas, na parte histórica.

<sup>68</sup> Os dois únicos estudos etimológicos que conheço refutam a origem óbvia que a palavra derivaria do aumentativo de deserto; Gustavo Barroso (Vida e História da Palavra Sertão, in: Idem, À Margem da História do Ceará, Fortaleza: Impr. Univ. do Ceará, 1962, Pp. 9-13) acredita que "certão" seja uma forma decepada de "muceltão", de origem da língua angolana *bunda*, que significa "sítio longe do mar, no interior". Moacir Silva Malheiros Fernandes (A propósito da palavra "Sertão", in: Revista da Academia Fluminense de Letras 3 (1950), pp. 199-205) vê a origem numa vila portuguesa denominada "Sertã" que ficava numa região parecida com o sertão brasileiro. Mello não desenvolve teoria própria.

pela oposição e distância à costa. A costa, no entanto, não é o complexo geográfico-biológico, mas representa o conhecido, o culto, o seguro. Na carta de Pero Vaz de Caminha, o "sertão" começa a poucos passos da praia, dentro da densa mata atlântica. Com a colonização ele vai se distanciando do litoral. As fontes dos séculos posteriores confirmam em geral que o sertão é uma categoria dinâmica cuja semântica é ligada a uma concepção de *frontier*, de fronteira no sentido clássico de Turner.<sup>69</sup> "Sertão" revela ser um termo vectorial que visa a um território a ser descoberto, "limpado" por inimigos, consolidado e segurado, povoado, cultivado, homogeneizado pelos padrões em vigor da base da expedição, da "Costa".

Originalmente, a violência como elemento fundamental no discurso do "Sertão" fazia parte do complexo semântico da "insegurança". A insegurança no território desconhecido provinha originalmente dos índios que resistiam a sua escravização. Ela se manterá no discurso. O sertanejo como "(bandido) violento" cedo assume o lugar do índio, já antes dele ser vencido.<sup>70</sup> Este lugar está situado dentro da Natureza Inimiga. Os sertanejos são produtos do seu ambiente que é uma Natureza-Pessoa, hostil e inimiga, infantil e animal, cruel e ingrata. Evidentemente esta natureza se opõe à civilização, que está representada nas cidades litorâneas.<sup>71</sup> É a violência pré-moderna, superada pela modernidade (civilização) essencialmente não-violenta, controlada nas suas paixões, pelo menos no que diz respeito à solução de conflitos sociais internos e da criminalidade individual.<sup>72</sup>

Mas antes de ser um elemento distintivo da "cultura sertaneja", a violência do Sertão está inscrita nas relações de poder. Ela é parte integral do sistema abrangente de dominação do "coronelismo". O coronelismo vivia tanto da ausência institucional do Estado como da sua convivência. Foi a disputa pela posse da terra e pelo poder que deu, na maioria das vezes, origem a conflitos violentos.<sup>73</sup> Nestes conflitos, as camadas inferiores da população foram integradas como executores da violência e antes de tudo como vítimas. Mas discursivamente, são os representantes destas camadas – os "capangas", "jagunços" etc. – que assumem a responsabilidade pela origem desta violência. O discurso é antigo, e ele foi revigorada sempre que fosse necessário, como veremos adiante: nos protestos de Quebra-Quilos, na discussão do Antonio Vicente Mendes Maciel ainda peregrino, e evidentemente na Guerra de Canudos. A violência aparece outra vez ligada à natureza; ela faz parte desta Natureza Sertaneja que se reflete no índole da sua população, reflexo direto devido à ausência de cultura e educação. Não se trata, nesta rápida passagem pelo problema da violência no Sertão, de negá-la na sua cotidianidade, e muito menos de defender um romantico "banditismo social". Não há espaço para discutí-la como fenômeno de um sistema de códigos jurídicos (de "honra") próprios que

---

<sup>69</sup> Turner, Frederick Jackson, The Significance of the Frontier in American History, in: American Historical Association Annual Report, Washington CD, 1893, pp. 199-227. A literatura a respeito é vastíssima. Para a aplicabilidade ao Brasil v. Russell-Wood, A. J.R., Frontiers in Colonial Brazil: Reality, Myth and Metaphor, in: P. Covington (org.) Latin American Frontiers, Borders and Hinterlands. Papers of the XXXIII Annual Meeting of the Seminar on the Acquisition of Latin American Library Materials, Albuquerque: Salalm, 1990, pp. 26-61.

<sup>70</sup> "Os moradores (do sertão, D.B.)....quase todos são criminosos e gente insubordinada" escreve em 1630 o holandês Adrian Verdonck, apud Frederico Pernambucano de Mello, O ciclo do gado no Brasil: uma cultura da violência?, in: Ciência & Trópico 2 (1979), pp. 263-306.

<sup>71</sup> Sem poder tocar neste aspecto, vale ressaltar que a partir da segunda metade do século XIX surge com o romantismo também em relação ao Sertão o imaginário da Natureza-Amiga, sublime, espiritual, nobre etc.

<sup>72</sup> Joas, Hans, Die Modernität des Kriegeres. Die Modernisierungstheorie und das Problem der Gewalt, in: Leviathan 24 (1996), pp. 13-27, p. 15-6.

<sup>73</sup> Dean, Warren, Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil, in: Hispanic American Historical Review (HAHR), Nr. 51/4 (1971), pp. 606-625, p. 611.

preenchem o vácuo jurídico, distinguindo entre violência e criminalidade, e abordando o sistema ético e moral sertanejo. Trata-se, porém, de ressaltar que, historicamente, a violência em nome do Estado contra a sua população foi fundadora do Sertão e formou a sua tradição mais antiga. Durante toda a época colonial e imperial, pelo menos, o Estado se fazia presente no Sertão pelas instituições repressivas, omitindo as instituições e serviços que são igualmente integrais do conceito do Estado moderno<sup>74</sup> como, por exemplo: educação, infraestrutura, política de desenvolvimento econômico, apoio social e separação de poderes.

Complementaridade dependente, autarquia, dissociação: a economia sertaneja

Três espaços funcionais econômicos se sobrepunham no Sertão dos séculos XVIII e XIX. Através da pecuária, ele foi entrelaçado com o mercado interno brasileiro (sobre o qual pouco se sabe até hoje). A produção algodoeira enganchou-o ao mercado mundial. A economia de subsistência providenciava a alimentação básica.

A pecuária exercia uma função complementar para a economia extrativa-exportadora, suprindo com carne os engenhos e as minas de ouro e diamantes. O seu caráter extensivo e latifundiário criava o mesmo obstáculo para a formação de uma produção rural livre em contraposição à economia de plantações escravistas.

O algodão ocupou, neste período, grandes partes do Agreste e Sertão nordestino, principalmente no Ceará, Maranhão e Pernambuco. Durante 100 anos, as áreas algodoeiras valorizaram-no, ainda que de forma parcial e restrita, i.e., integraram o espaço territorial do Sertão ao espaço funcional da economia mundial. Isto significa que as lógicas externas deste espaço funcional determinavam o bem ou o mal da economia local-regional, como foi o caso da produção açucareira, cafeeira, cacaueteira etc. Enquanto houve, em função da Revolução Industrial, uma demanda continuamente crescente, foram a Revolução Francesa, as Guerras Napoleônicas e a Guerra Civil nos Estados Unidos que determinavam a alta, e os respectivos acordos de paz, a baixa da economia algodoeira no Brasil.

A economia própria da região, a "economia de subsistência", foi sempre precária e limitada. Esta precariedade e limitação resultava, no entanto, da lógica dependente à qual foi submetida a economia colonial. O potencial de desenvolvimento da economia de subsistência foi paradoxalmente ligado ao sistema dominante: ela florescia quando as crises no mercado mundial reduziam as terras de plantações e foi limitada em tempos de "prosperidade econômica". A agricultura no sertão concorria pela pouca água com os pastos e com certos enclaves de produção açucareira, cafeeira, e principalmente algodoeira.

É indubitável que no sertão novecentista a agricultura ocupou a grande maioria da população, sem possuir esta a terra que lavrava. A pecuária extensiva empregava poucas pessoas. O vaqueiro é o sertanejo típico apenas da literatura; socialmente, é o sem-terra formalmente livre (não-escravo) que morava e trabalhava numa fazenda, vivendo como agregado, morador, renteiro, meeiro, em diferentes formas e graus de dependência pessoal do fazendeiro, detendo

---

<sup>74</sup> "Se as fortunas consumidas em eleições de chefes políticos que hoje só detrahem do sertão, e que outrora jamais obtiveram para elle o mais insignificante melhoramento material, fossem dadivosamente applicadas em melhorar estradas, construir açudes, levantar predios escolares, attrahir immigrants, desenvolver o trabalho, auxiliar instituições de beneficencia, não teriam os homens poderosos e ricos do sertão melhor demonstrado a origem da influencia que possuem e deixado no reconhecimento local e na gratidão do estado os mais legitimos titulos do seu valor moral e politico?" *Diario da Bahia*, 15.1.1893.

um pequeno lote de terra para a agricultura de subsistência. Agricultores e criadores de gado entraram em conflito na medida em que a população afluente em busca de subsistência crescia tanto quanto os rebanhos, e as terras com acesso a água continuavam limitadas. A agricultura de queimada subia as serras, seguida pelo gado em busca de pasto. A água e a madeira tornaram-se cada vez mais recursos escassos. Em meados do século passado, grandes partes do sertão chegaram aos seus limites ecológicos.

A teoria da modernização costuma atrelar subsistência a subdesenvolvimento. No entanto, a economia sertaneja, que com exceção do algodão estava dissociada do mercado mundial e que perdeu depois da fase de grande exportação de gado no século XVII e primeira metade do século XVIII quase todas as suas relações interregionais de comércio, mostrou uma intensidade intra-regional e local subestimada. Como constata Mattoso a respeito da Bahia novecentista, esta economia praticamente fechada "não carecia de dinamismo, malgrado as agruras do clima. Chegou-se mesmo a criar uma rede de trocas que interligava populações dispersas por enormes extensões....O esforço foi mais longe. Economicamente isoladas, essas regiões do Sertão buscavam produzir, elas mesmas, certos produtos que em geral só prosperavam no litoral, graças a condições climáticas e geológicas mais propícias."<sup>75</sup> Em Monte Santo no Sertão de Canudos, que era um dos mais áridos da Bahia, cultivava-se em 1887 café, cana, mandioca, batata, milho, feijão, tabaco, algodão e arroz; havia frutas como laranja, limão, banana, côco, manga, mamão, abacaxi, goiaba e melancia. Diz ainda o relatório municipal que apenas gado, couro, feijão e milho e "em anos muito favoráveis" requeijão, fumo e caroás eram comercializadas interregionalmente.<sup>76</sup>

São diversos os relatos que afirmam a "abundância" e a "fartura", isto é, a relativamente boa provisão de Canudos com gêneros alimentícios.<sup>77</sup> Os anos de 1893 – 1897 foram um período de normalidade pluviométrica, entre as secas de 1889/90 e 1898-1900.<sup>78</sup> A "fartura" é uma normalidade sertaneja excluída pelo discurso.

É claro que esta "fartura" não deve ser confundida com prosperidade econômica. Esta, sim, dependia da ligação da região ao mercado interno inter-regional e nacional. Ela dependia de uma rede de transporte, uma união tarifária, uma política de apoio financeiro ao pequeno produtor etc. Tal projeto teria sido normal para uma política de integração econômica. O normal para a política de integração ao mercado mundial foi não desenvolver os setores da economia interna. O Sertão não viveu exatamente um "isolamento", topos tão comum. Através do sistema de poder (representado, também, por numerosos políticos do Império de origem do Sertão nordestino) assim como pela exportação do gado, o Sertão esteve sempre

---

<sup>75</sup> Mattoso, op. cit., p. 459-60.

<sup>76</sup> Biblioteca Nacional, Seção Manuscritos, Doc. II—33,33,54.

<sup>77</sup> "Canudos era um pedaço de chão bem-aventurado. Não precisava nem mesmo de chuva. Tinha de tudo. Até rapadura do Cariri. (...) Não havia precisão de roubar em Canudos porque tudo existia em abundância, gado e roçado, provisões não faltavam", disse o sobrevivente de Canudos, Honório Vilanova. Ele dá ainda uma relação de preços considerados por ele baratos de produtos localmente acessíveis, entre açúcar branco de Sergipe e bacalhau. Macedo, Nertan, Memorial de Vilanova, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964, p. 39, 70. João de Régis, filho de canudenses, afirma em entrevista de 3.4.1997: "Naquele tempo chovia muito. Tudo lá era roça e o pessoal na terra trabalhavam. Nestes riachos mesmo tinha muito engenho, muita fartura..."

<sup>78</sup> O correspondente do Jornal de Notícias em Santa Luzia, perto de Queimadas, escreveu neste jornal, em 14.1.1893: "Chuvas copiosíssimas caíram aqui durante os últimos dias de dezembro. Dos tanques existentes n'este arraial e em sua circumvisinhanças, uns sangraram e aos outros faltou para isso apenas um triz. Avaliamos que, mesmo sobrevivendo tres annos de secca rigorosa, não teremos de sentir falta d'agua, nem para as pessoas, nem para os animaes. É intensa e muito legitima a satisfação do povo."



ligado ao litoral. Mas foi triplamente dissociado: A dissociação institucional do sistema político-jurídico em vigor nas cidades litorâneas; salvo as referidas exceções, a crescente dissociação dos mercados internacional e nacional no percurso do século XIX, e a dissociação do regime "nacional" de espaço e tempo com a modernização do litoral a partir das últimas décadas do século XIX.

## **Modernização conservadora: tentativas de homogeneização no Estado-Nação**

### **A época das reformas**

No segunda metade do século XIX as grandes cidades do litoral brasileiro estão entrando no processo, historicamente inédito, de aceleração, ligada ao progresso técnico da modernidade. É bom lembrar que este processo significou uma profunda transformação das estruturas de tempo e espaço, "desnaturalizando" os tempos históricos e reduzindo espaços e distâncias.<sup>79</sup> O progresso técnico advinha em trilhas de ferro e depois através do aço industrial, e em cabos de cobre, "a todo vapor", isto é, com uma velocidade irreal para as dadas experiências temporais. O progresso providenciava "o substrato empírico da 'verdadeira história'."<sup>80</sup> Representou uma nova qualidade no processo de globalização que se iniciou no século XV, cuja radicalidade é comparável com a qualidade representada pela Revolução Microeletrônica de hoje. Na medida em que a sociedade urbana brasileira, pequena mas hegemônica, entra nestas novas estruturas de espaço e tempo, abre-se de maneira conflitiva a simultaneidade do não-simultâneo.

No momento em que Maciel fundou Canudos, o governo brasileiro podia-se vangloriar do sucesso de uma série de reformas de caráter modernizador: A escravidão tinha sido finalmente abolida, uma república parlamentarista secular tinha posto fim à monarquia. Em comparação com o estado imperial centralista, o sistema federal soube atender melhor às demandas regionais, amenizando as disparidades entre os Estados; a rede ferroviária crescia mais rápido do que nunca e a industrialização começara irrevogavelmente.

Um olhar retrospectivo nestas reformas deve, no entanto, criticar esta imagem brilhante em dois pontos decisivos:

- Sem subestimar as dinâmicas internas (movimento abolicionista, resistência negra etc.), as reformas resultaram decisivamente ou de uma forte pressão externa (no caso da abolição da escravidão) e/ou da necessidade de assegurar os lucros da lavoura do café como setor mais dinâmico da economia exportadora e de preparar a transição ao capitalismo. Embora as idéias do positivismo até o marxismo exercessem grande influência nos intelectuais, não foram estas, porém, as responsáveis destas reformas. O liberalismo no Brasil não era, por sua vez, uma ideologia burguesa senão uma estratégia de legitimação da elite conservadora, através da qual ela conseguira se livrar

---

<sup>79</sup> Koselleck, Reinhart, *Geschichte, Geschichten und formale Zeitstrukturen*, in: Idem, *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, Frankfurt: suhrkamp, 1992, pp. 130-144, p. 134.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*.

da dominação colonial. As reformas do final do império tinha portanto toda a característica de uma modernização conservadora.<sup>81</sup>

- Isso revela-se sobretudo no fato que no campo dos direitos políticos e das condições de vida da população pouco mudou. O impacto central destas reformas não atingiu o interior, e muito menos o sertão do Nordeste, cuja economia exportadora litorânea estava em plena decadência. Nem a abolição da escravidão nem os subsídios maços para a imigração européia tiveram um significado estrutural para esta região. Com uma percentagem mais elevada de analfabetos do que o litoral, provido de uma melhor rede de escolas, aumentou cada vez mais no Sertão o número de pessoas excluídas do direito de sufrágio. E os governos estaduais do Nordeste não aproveitaram a sua maior autonomia para levar adiante projetos de desenvolvimento no Sertão.

### **Sertão e modernização**

O Sertão, no entanto, foi o campo de outros projetos menores nesta época de reformas. Estes projetos, frutos de uma "calamidade natural" – a seca – e do posterior descobrimento do interior como região a ser integrada no Estado-Nação, não resultaram em mudanças substanciais. O seu resultado primordial é uma configuração discursiva do Nordeste, e dentro dela, do Sertão como região do subdesenvolvimento e do arcaico. Enquanto o Estado falhou em modernizá-lo, o discurso o constituiu como espaço eternamente pré-moderno.

Com o enorme crescimento da população do interior e do número do gado, as secas tiveram conseqüências quantitativa e qualitativamente cada vez mais drásticas para o homem e o meio ambiente. A severa seca de 1844-45 provocou as primeiras reações das autoridades. O governo imperial solicitou a todos os presidentes de província uma concepção de medidas para conter futuras secas. As recomendações eram simples, a sua execução barata pelos melhoramentos que prometiam. Um engenheiro paraibano, após ter percorrido todo o interior do Estado, recomendou:

- a) a construção de estradas, porque a população do interior seria obrigada em tempos de seca a transportar os gêneros de primeira necessidade da Capital por terra;
- b) a construção de açudes em todos os municípios para o fornecimento de água potável. Os calculados custos variariam na grande maioria entre 400\$000 e 1:500\$000;
- c) a proibição da corte e queimada de árvores nas proximidades dos rios e evitar roçados entre janeiro e março; ambos facilitariam a evaporação da água;

---

<sup>81</sup> Costa, Emília Viotti da, *The Brazilian Empire: Myths and Histories*. Chicago und London: Chicago Univ.Press 1985, pp. 7, 53-60.

- d) a cultura da mandioca e de outros alimentos duráveis como do resistente capim d'angola para o gado, em vez de usar a terra só para plantar algodão e cana de açúcar ou como pasto;
- e) a separação de agricultura e criação, para que o gado não destruísse as plantações;
- f) a construção e uso de celeiros para estocar gêneros alimentícios.

O relatório deixou claro que a seca era tanto um problema de falta de infra-estrutura básica como de consciência na cabeça dos proprietários que deixavam de tomar providências tão necessárias quanto simples.<sup>82</sup>

Os presidentes provinciais e o governo imperial colecionaram estes relatórios e recomendações para depois engavetá-los. O Império, porém, tinha descoberto o interior. "Para melhor conhecer as províncias do meu Império, cujos melhoramentos morais e materiais são o alvo de meus constantes desejos e dos esforços do meu governo, decidi visitar as que ficam ao Norte da do Rio de Janeiro." Com este pronunciamento na Assembléia Geral, o Imperador Pedro II. intentou fazer da sua viagem pelo Nordeste em 1859/60<sup>83</sup> um sinal de uma política de integração nacional.<sup>84</sup> É evidente que se interessou primordialmente em conhecer os antigos "centros de civilização" principalmente em Pernambuco e na Bahia, inclusive a ex-Capital do Brasil, Salvador. Mas não deixou de prestar pequenas visitas ao interior. Seu olhar ao sertão tal qual o registra o Diário da viagem, é dirigido sobretudo por um interesse "turístico"-folclórico e científico do que político ou social (no sertão.. "as mulheres emprenham na estação do piqui, excelente fruta..... o gado come o xiquexique, no tempo da seca, queimado, por causa das pontas dos espinhos, ou revolvendo-os para quebrá-las.."). A sua viagem deu ao Imperador um importante avanço no conhecimento em relação aos demais moradores da Capital e das outras grandes cidades. E mais: O Sertão vira objeto da percepção científica do setor modernizador do país: desta viagem de Pedro II nasce a primeira expedição científica oficial dirigida ao Sertão da história brasileira. O projeto foi elaborado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que funcionava como *think tank* do Imperador, estando este regularmente presente nas sessões. A "Comissão Científica de Exploração", dividida em cinco seções<sup>85</sup>, devia tomar

"conhecimentos positivos da topografia, dos cursos dos rios, dos minerais, plantas e animais, dos costumes, língua e tradições dos autóctonos, cuja catequese seria também mais facilmente compreendida. O governo imperial ficaria melhor habilitado para conhecer as urgências do interior e decretar a abertura de novas vias de comunicação, que aumentariam as relações comerciais, e por

<sup>82</sup> Memórias das viagens do Engenheiro Francisco Pereira da Silva, da Cidade da Parahyba até o Município de S. João, e pela Terceira Comarca, Parahyba do Norte 31.1.1847 e 10.2.1848, in: João de Lyra Tavares, A Parahyba, Cidade da Parahyba: Imprensa Official, 1910, pp. 49-68.

<sup>83</sup> A viagem durou 4 meses, de 1 de outubro de 1859 a 11 de fevereiro de 1860. Passou pelas províncias de Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Lyra, Heitor, História de Dom Pedro II 1825-1891, Vol 1, São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Livraria Itatiaia Ed., 1977, pp. 200-207.

<sup>84</sup> V. Dom Pedro II, Diário da Viagem ao Norte do Brasil, Salvador: UFBA, 1959.

<sup>85</sup> Botânica (chefiado pelo botânico brasileiro mais conhecido, Freire Allemão) geologia e mineralogia, zoologia, astronomia e geografia, etnologia e relato de viagem (chefiado pelo poeta Gonçalves Dias).

conseqüência a renda nacional; muitas estradas já estão prontas pela natureza, só falta conhecê-las para por elas escorregarem as locomotivas. Alcançar-se-iam, igualmente, observações importantes sobre atmosferologia e climatografia, assim como a aquisição de preciosas coleções dos reinos orgânico e inorgânico para o nosso Museu e quem sabe se talvez a descoberta de algum produto que em breve se tornasse rival dos mais lucrativos. Basta a descoberta de uma baga ou da folha de um arbusto para enriquecer qualquer Estado. O café, o chá, o mate, o cacau, o tabaco fazem girar cabedais quase incalculáveis. A expedição seria, portanto, gloriosa para o Brasil, como não menos para os que a empreendessem, e o bom resultado da primeira serviria para excitar novas explorações."<sup>86</sup>

Depois que os naturalistas alemães Spix e Martius e o inglês Gardner encheram os museus e jardins botânicos de Munique e Londres de milhares de plantas e animais brasileiros, a modernização exigia um projeto genuinamente nacional equivalente. O caráter dependente da modernização brasileira não podia ter sido melhor demonstrado pelo fato que, para a preparação da viagem, teve-se que comprar mais de mil obras fundamentais sobre a geologia, botânica e zoologia brasileiras que ainda não se achava nas bibliotecas da Capital, além de instrumentos científicos da França, Inglaterra, Alemanha e Austria. A embaixada inglesa doou para tal fim 3.000 libras.<sup>87</sup>

As altas expectativas foram frustradas. A comissão, com algumas rápidas exceções, não chegou além do Ceará. Demorou-se muito na Capital, em vez de começar num dos grandes rios do interior, conforme tinha sido planejado originalmente. Numa retomada do imaginário da conquista quinhentista, um dos motivos que mais se destacou foi a busca de ouro e prata. Os sertanejos tanto se entusiasmaram como desconfiadamente vigilaram os passos da Comissão, para que não fossem roubados pelos "estrangeiros".<sup>88</sup> A Comissão chamou ainda atenção pelo indevido comportamento de seus membros na conservadora Fortaleza ("Comissão Defloradora") e pela introdução de 14 dromedares da Argélia que desembarcaram a 24 de julho de 1859 no porto de Fortaleza. Do sertão cearense, a Comissão mal conhecia a região fértil do Cariri, recebida no Crato pelo colega de infância de Antonio Conselheiro, João Brígido. Nas instruções das seções faltam as medidas contra a seca e referências aos planos elaborados após a seca de 1844/45; apenas para as seções de geologia e mineralogia e astronomia e geografia recomenda-se que nos lugares em que seque os rios ou que estejam sujeitos ao "flagelo das secas" proceda-se às sondagens indicativas para a abertura de poços artesianos. Dois dos cinco relatórios nunca foram publicados, assim como os trabalhos cartográficos que deviam contribuir ao Mapa Geral do Império. Segundo Cunniff não há registros de conseqüências políticas das recomendações destes relatórios, entre as

---

<sup>86</sup> Assim definia chefe da seção de zoologia, Manuel Ferreira Lagos, as metas. RIHGB, t. 19 (1856), suplemento, p. 114.

<sup>87</sup> A Comissão tirou até fotografias que se perderam em sua totalidade. Braga, Renato, Ensaio crítico-histórico da Comissão Científica de Exploração, in: Idem (Org.), História da Comissão Científica de Exploração, Fortaleza: Impr Univ. do Ceará, 1962, p.21-22, 62-63.

<sup>88</sup> " Os 'doutores' eram **estrangeiros** [negro no original] que lhes queriam arrebatam as terras, os tesouros e mesmo escravizá-los. Por onde passavam os engenheiros, ficavam os proprietários atemorizados de mais cedo ou mais tarde ser espoliados de suas terras." Braga, op. cit., p. 60

quais um estudo hidrográfico abrangente para o desvio de águas serranas aos leitos dos rios nas planícies, construção de açudes e rearborização.<sup>89</sup>

### Da seca à "Seca"

A grande seca de 1877-79 encontrou o sertão e mais ainda o governo imperial despreparados. Uma das instituições paradigmáticas da modernização, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, organizou uma série de debates sobre a seca no "norte". As propostas concentraram-se na idéia de criar uma superfície húmida no sertão de tal tamanho que pela evaporação o clima pudesse se alterar.<sup>90</sup> Euclides da Cunha favorecia esta idéia ainda 23 anos depois.<sup>91</sup> A comissão Beaurepaire Rohan, incumbida pelo Imperador de desenvolver medidas contra secas, a "primeira providência racional que se toma a respeito"<sup>92</sup>, recomendava em 1878 a construção de 30 grandes represas, subsídios para a construção de açudes particulares, e a construção de três linhas de ferro com um total de 320 quilômetros nos próximos dez anos.<sup>93</sup> Schüch de Capanema combinou na sua análise uma teoria de clima pelo reverso com uma teoria de cultura, estipulando a alta fertilidade do solo sertanejo favorecida ainda pela seca. A miséria seria portanto consequência do *rotinismo* da população local que resistiu aos conhecimentos da ciência e da agricultura moderna.<sup>94</sup> Nesta mesma linha discursiva – uma crença mítica dupla: nos poderes das ciências modernas efeitos ilimitados, e na fertilidade do Sertão encoberta de tradição e ócio – caminhava a Comissão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, quando propôs em 1878 uma modernização profunda da agricultura sertaneja, extinguindo as velhas tradições, e introduzindo, entre outros, novas culturas como trigo e chá e novos métodos de cultivo como enxada e adubo. O novo conhecimento seria passado aos sertanejos por especialistas dos Estados Unidos e da Argentina.<sup>95</sup>

Mesmo sem seguir estas últimas propostas, o governo liberal, no poder desde 1878, gastou muito dinheiro com medidas de emergência assim como com as linhas de ferro e estradas de rodagem. Este dinheiro provocou uma grande concorrência entre políticos das províncias atingidas e os ensinou uma nova tática de política com o governo central. Os efeitos dos enormes gastos para a população foram limitados. O imediatismo, típico da política brasileira, vigorou na política infraestrutural. Uma Comissão de Açudes, nomeada em 1881, não teve resultados práticos.<sup>96</sup> Os governos estaduais voltaram posteriormente a nomear comissões que propunham meramente a construção de açudes. As propostas raramente foram realizadas.<sup>97</sup>

---

<sup>89</sup> Cunniff, *The Great Drought*, p. 67.

<sup>90</sup> Greenfield, Gerald Michael, *The Great Drought and Elite Discourse in Imperial Brazil*, in: *Hispanic American Historical Review* 72:3 (1992), pp. 375-400, p. 382.

<sup>91</sup> Cunha, Euclides da, *Contrastes e Confrontos*, São Paulo: Ed. Cultrix, 1975, p. 61-73.

<sup>92</sup> Aguiar, Pinto de, *Nordeste – O Drama das Secas*, Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1983, p. 56.

<sup>93</sup> Aguiar, *Nordeste*, p. 56-57. Em junho de 1878 o gabinete liberal pediu ao imperador que assinasse dois decretos autorizando a construção de três linhas de ferro: Fortaleza-Baturité, Camocim-Sobral e Piranhas-Jatobá contornando Paulo Afonso.

<sup>94</sup> Cunniff, *Great Drought*, p. 69.

<sup>95</sup> Greenfield, *Elite Discourse*, p. 383-4.

<sup>96</sup> Aguiar, *Nordeste*, p. 61.

<sup>97</sup> V. p. ex. o Relatório do engenheiro Joaquim Nogueira Jaguaribe ao Tenente-Coronel Honorato Candido Ferreira Caldas, Chefe do poder executivo, s.d. (1889?), in: Tavares, João de Lyra, *A Parahyba*, Parahyba:

Nasceram, no entanto, três elementos importantes para o futuro da região:

- Nasceu, com a seca de 1877, a única indústria sustentável e próspera até hoje: a conhecida "indústria da seca".<sup>98</sup>
- Nasceu, em segundo lugar, uma região nova dentro do Brasil: o Nordeste. Ainda que o conceito fosse raramente usado antes de 1930<sup>99</sup>, a criação e atuação de uma lobby "nordestina" que solicitava atenção e recursos para seus estados em função da seca fez brotar uma primeira consciência – frágil e sempre conflituosa – de "Nordeste", superando a simples separação "norte" – "sul".<sup>100</sup> Foram as subseqüentes secas da volta do século que fortaleceram esta consciência, principalmente na medida em que fizeram surgir órgãos públicos destinados ao combate e à burocratização das secas. Estas instituições como a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, criada em 1909, atuaram na prática exclusivamente nesta nova região e através disso ajudaram a constitui-la.
- Nasceu, finalmente, um novo discurso. Constitui-se da sobreposição discursiva de "sertão" e "seca" ou até de "Nordeste" e "seca" que produz o discurso da "Seca", constituindo a catástrofe como normalidade sertaneja.<sup>101</sup> Este discurso liga geografia, clima, teorias racistas e culturalistas: liga o Nordeste e seu Sertão com o clima tropical, inadequado para europeus, e com as estiagens, à inferioridade das "raças" vermelha e negra e ao *rotinismo*, ao apego a tradições superadas. Esta matriz discursiva produz o Nordeste arcáico, decadente, semi-bárbaro, irremediavelmente inferior ao Sul, região capaz de modernização e portanto legitimada para receber subsídios governamentais.<sup>102</sup>

Um texto de 1939 criticava este discurso, resumindo-o desta forma:

---

Imprensa Oficial, 1910, pp. 77-106 propondo 5 açudes do porte do açude do Quixadá e diversos menores; Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Falas, Mensagens e Relatórios dos Presidentes da Província, 1892-1903; Diário da Bahia, 6.-8.7.1893.

<sup>98</sup> Os gastos do governo central durante os três anos de seca excediam consideravelmente as rendas vindas destas respectivas províncias em anos bons. Cunniff, Roger, *The Birth of the Drought Industry*, in: *Hispanic American Historical Review* 55:1/2 (1975), pp. 65-82, p. 75-6.

<sup>99</sup> Melo, Evaldo Cabral de, *O Norte agrário e o Império, 1871-1889*, Rio de Janeiro/Brasília: Ed. Nova Fronteira/INL, 1983, p. 13. Exemplos famosos fizeram os pernambucanos Agamemnon Magalhães em 1920 com "O Nordeste Brasileiro" e Gilberto Freyre em 1925 com o "Livro do Nordeste".

<sup>100</sup> "Após 1880 a área atingida pela seca possuía uma consciência de região inédita até então", conclui Cunniff, *Drought Industry*, p. 76.

<sup>101</sup> V. p. ex. o diário de Theodoro Sampaio, que participou de uma comissão de engenheiros mandados em 1879 ao Rio São Francisco para examinar possíveis melhoramentos da sua navegabilidade. O diário é uma das primeiras obras brasileiras não-fictícias de divulgação pública sobre o Sertão. Concentrando-se nos efeitos da seca, o diário influenciou fortemente na construção deste discurso. Sampaio, Theodoro, *O Rio de S. Francisco*, trechos de um Diário de Viagem, e *A Chapada Diamantina, 1879-80*, São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905.

<sup>102</sup> V. Greenfield, Gerald Michael, *Regional Image and National Identity: The Northeast and Brazil in the Late Nineteenth Century*, in: Isabel Clemente (Hg.), *Historia. Memórias 45.o Congresso Internacional de Americanistas*, Bogotá 1988, pp. 105-115, passim.; Greenfield, *Elite Discourse*, passim.

"O sertão era o Nordeste. Sertão brabo que só se entremostrava, antigamente, nas eternas lamentações contra as secas, contra o exodo eterno dos homens magros, das mulheres esqueléticas, dos meninos famintos, de todas aquelas populações desgraçadas, fazendo fila nas estradas poeirentas, como se fossem uma centopeia humana; o sertão era o Nordeste que sómente aparecia no resto do Brasil para fornecer homens para a guerra, para encher efetivos de policiaes estaduais e de batalhões de marinha, para pedir auxilios que não se davam e que morriam, como o sertanejo, nos exercicios findos dos orçamentos. O sertão era o sol e a falta d'agua. Era a terra onde se devia construir um deserto. E esse sertão, no julgamento geral, era o Nordeste inteiro, da Baía para lá, pegando Alagôas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte até o Ceará, onde a memoria de Pedro Segundo ainda vive fresca e vibrante como se fosse um homem de hoje, um deus milagroso que desse agua para acalmar aquela sêde imensa, de muitos anos.<sup>103</sup>

O discurso das elites imperiais em relação ao Sertão apresenta os seguintes elementos centrais que se reencontram no mencionado discurso sobre o Nordeste<sup>104</sup>: a) o sertanejo foge de trabalho honesto; b) ele é, portanto, um criminoso potencial. "Ócio" e "Vadiagem" e a sua ligação com criminalidade constituem dois elementos-chaves do discurso do "Sertão", que com a abolição e a urbanização passarão a ser aplicados as camadas baixas do contexto urbano.<sup>105</sup> E sobre tudo o sertanejo é c) ignorante, passivo e, como já mencionamos, apegado às suas tradições e métodos de agricultura e criação. Ele é, portanto, anti-modernizador. Muitos como o Barão Schüch de Capanema, participante da Comissão de Exploração ao Ceará em 1859, atribuíram por isso aos próprios sertanejos a responsabilidade exclusiva para a sua miséria. Eles presupunham uma alta fertilidade do solo, que até precisaria da estiagem.<sup>106</sup> Esta análise aplicava outro elemento do discurso do Sertão, apresentando um aparente paradoxo. Mas os "ubérrimos sertões" têm um lugar constante nos discursos sobre o Sertão.<sup>107</sup> Fazem parte de um Brasil incomparavelmente rico pela natureza, esperando o beijo do príncipe modernizador.

Evidencia-se, aqui, que o discurso da "Seca" não somente exemplificava e graduativamente hegemonisava o discurso do "Sertão". Ele também se integrou em discursos mais abrangentes sobre a situação e o futuro do país e da sua população. A maior síntese destes discursos faria, em 1902, *Os Sertões* de Euclides da Cunha.

---

<sup>103</sup> Duarte Filho, João, *O Sertão e o Centro*, Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1939, p. 7-8.

<sup>104</sup> V. a este respeito o trabalho de Greenfield, *Elite Discourse*, passim.

<sup>105</sup> V Monteiro, Hamilton de Mattos, *Crise agrária e luta de classes (O Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889)* Brasília: Horizonte, 1980, p. 71f.; Kowarick, Lucio, *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

<sup>106</sup> Capanema, Schüch de, *Apontamentos sobres as sêcas de Ceará*, Rio de Janeiro, 1878, cit. Cunniff, *Great Drought*, p. 69.

<sup>107</sup> Apenas um exemplo: "O nosso uberrimo sertão, que contém no seu seio riquezas que opulentariam nações, vê-se quasi segregado do resto do Estado pela falta absoluta de meios de comunicação, sem pontes, sem estradas, abandonado como filho espurio, mostrando nesse abandono a desidia criminosa dos poderes publicos, que asphixiavam as antigas provincias sob o guante de ferro de uma centralisa absoluta, inepta e cruel..." Joaquim Manuel Rodrigues Lima, *Mensagem*, in: *Mensagem e Relatorios apresentados a Assembleia Geral Legislativa pelo Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, Governador do Estado, Bahia: Typ. do "Diario da Bahia" 1893*, p. 5.

## **Quebra-Quilos e Antonio Maciel: resistência contra a modernização conservadora**

### **A "revolta" dos Quebra-Quilos**

Sistema métrico, censo geral, nova lei do recrutamento - a população do interior nordestino em 1874 reagia a estas reformas com desconfiança. O recrutamento coercivo costumava servir como repressão contra pessoas pobres consideradas "vagabundas" ou "facinoras"; "tropa era lugar de castigo."<sup>108</sup> As pessoas pobres não acreditavam que fossem agora recrutados para o alistamento militar também os filhos dos ricos (realmente a lei estipulava as exceções e isenções mediante pagamento); viram no censo um instrumento de recrutá-los para serviços de trabalho forçados, ou então para escravizar também os brancos e gente de cor livres.<sup>109</sup> Além destes temores já pesavam concretamente os custos de vida cada vez mais elevados. O fim da guerra civil nos Estados Unidos fez cair os preços do algodão no mercado mundial. As províncias nordestinas açucareiras e os seus municípios reagiram à sua aguda crise financeira com novos e mais altos impostos. A introdução do sistema métrico, além de ser considerado supérfluo pela população, ainda cobrava taxas para a mudança e autenticação dos novos pesos.

A maioria dos impostos referia-se a atividades comerciais nas feiras, entre eles o "imposto de chão" para cada carga de cereais, frutas ou legumes vendida na feira. Foi a recusa dos camponeses de Fagundas, perto de Campina Grande na Paraíba, que iniciou a revolta dos "Quebra-Quilos".

Não é por acaso que a revolta eclode nas feiras. "Elemento de maior importância para a vida econômica do sertão do século XIX"<sup>110</sup>, as feiras desempenharam um papel fundamental na vida social do povo, abrindo para os participantes um espaço de relativa liberdade dentro do sistema de poder coronelista. Além de providenciar, através de vendas, compras e trocas comerciais, a subsistência cotidiana, a feira era o lugar da medicina natural, da recepção e troca de notícias atuais, da discussão, do lazer, de acordos inter-familiares, e, onde houvesse, de audiências com os representantes municipais ou jurídicos.

As feiras eram essencialmente os lugares do regime de tempo e espaço próprio do sertão, onde a vida cotidiana da população majoritária - agricultores sem-terra e pequenos proprietários - foi alimentada, organizada e regulamentada de acordo com os códigos, os ritmos de tempo e as estruturas de espaço locais, propícias da região e da sua vivência. Sem constituir um espaço verdadeiramente livre dentro do sistema de poder, a feira como espaço opunha-se ao espaço da fazenda com seu regime de dominação e ao espaço de plantação dominado pela lógica unidimensional do mercado internacional. A outorgação de um sistema de medidas e pesos - sob pena de prisão para quem não o aceitasse - e a drástica elevação na cobrança dos impostos de feira representou uma nova qualidade de intrusão do controle estatal que ameaçava a relativa liberdade e a lógica sertaneja da feira. A análise de Barman

---

<sup>108</sup> Souto Maior, op.cit., p. 183.

<sup>109</sup> Barman, op.cit., p. 412-3. O receio dos sertanejos livres de poderem ser escravizados é constante, até depois da Abolição. V. OTTEN, Alexandre, *Só Deus é grande. A Mensagem Religiosa de Antonio Conselheiro*, São Paulo: Ed. Loyola, 1990, pp. 253-257; VELHO, Otávio Guilherme, *Capitalismo autoritário e Campesinato. Um estudo*

comparativo a partir da fronteira em movimento, São Paulo: Difel, 1976, p. 238-9.

<sup>110</sup> Barros, Luitgarde Cavalcanti Oliveira, *A Terra de Mãe de Deus*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1988, p. 89.



mostra que o movimento não teve participação decisiva de criminosos. É verdade que saqueadores e outros criminosos, assim como escravos, procuravam aproveitar as manifestações para seus fins, mas apenas numa fase posterior. Padres, oficiais do exército e outros representantes de classes superiores participaram do movimento. Mesmo assim, as reações públicas apressaram-se em caracterizar as lideranças e participantes como "sediciosos", "criminosos", "ladrões" e "assassinos".<sup>111</sup>

Isso remete, outra vez, àquele velho discurso do Sertão, que constituirá um elemento forte na matriz discursiva de "Canudos". O movimento de Quebra-quilos representa uma forma de resistência contra este aumento de controle. Ele mostra uma atuação de camponeses não passivos, não apenas vítimas do sistema coronelista, mas capazes de defender interesses próprios.

### **Antonio Vicente Mendes Maciel em Soure, 1893**

Um ato similar de resistência provocou uma diligência policial que fez Antonio Vicente Mendes Maciel tomar uma decisão de conseqüências históricas. Ele decidiu abandonar a vida peregrina e retirar-se com seu séquito sertão adentro em Canudos e fundar a comunidade de *Belo Monte*. É sabido que Maciel não aceitou a República como forma do governo. Declarando-se a favor da continuação da monarquia, os seus motivos foram religiosos e não políticos. Sendo Deus o princípio fundador da vida de aquém e além, a República carece de legitimidade. E além de "permanecer sobre um princípio falso", ainda usurpa direitos genuinamente da Igreja como o casamento e a administração dos cemitérios.<sup>112</sup> A República assume assim o *status* de um erro, um pecado.<sup>113</sup> Ainda partindo de uma visão religiosa bastante conservadora, Maciel tinha sensibilidade pelos problemas do povo sertanejo, que conhecera intimamente, numa espécie de 'pesquisa de campo', nas suas peregrinações.<sup>114</sup> Não é de estranhar que ele se tornasse o porta-voz, ou mais exato, o articulador de protestos, contra uma nova onda de impostos que atingiu o interior. Na sede do recém-criado município de Soure (antes a aldeia Natuba, hoje Nova Soure) um movimento popular quebrou as tabuletas em que estavam, na falta de imprensa, fixadas o orçamento e as leis municipais.<sup>115</sup> Estas tábuas se encontravam geralmente na porta das Câmaras

---

<sup>111</sup> Idem, ibidem, p. 417. V. por exemplo o relatório do Coronel Martins da Fonseca aos Presidente da Província da Paraíba, de 11.11.1875, apud Souto Maior, op.cit., pp. 28-9.

<sup>112</sup> Maciel, Antonio Vicente Mendes, Sobre a República, in: Ataliba Nogueira, António Conselheiro e Canudos. Revisão histórica. A obra manuscrita de António Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha, São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1974, S. 175-181.

<sup>113</sup> Fiorini, José Luiz, O discurso de António Conselheiro sobre a República, in: Pro-posições 3 (1990), pp. 82-88.

<sup>114</sup> Souto Maior acha provável que Maciel tivesse convivido com participantes do movimento de Quebra-quilos em 1874 em Pernambuco. Souto Maior, op. cit., p. 203-4.

<sup>115</sup> Os relatos deste incidente são principalmente três: Os artigos no Diário de Notícias, de Salvador, de 31.5. e 5.6.1893 – pelo que averigui o único jornal a noticiar o incidente; a carta de Cícero Dantas Martins, o Barão de Geremoabo, publicada em 4.3.1897 no Jornal de Notícias em Salvador, e o relatório do então promotor público da Comarca de Monte Santo, Salomão de Souza Dantas, Criminosos e Ordem Publica: O episodio de Canudos, in: Idem, Aspectos e contrastes. Ligeiro Estudo sobre o Estado da Bahia, Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1922, pp. 137-160. V. Calasans, José, Canudos não-euclidiano, in: Sampaio Neto, José Augusto Vaz et alii (Org), Canudos – Subsídios para sua reavaliação histórica, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1986, pp. 1-23, republicado em Calasans, José, Cartografia de Canudos, Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual da Cultura, EGBA, 1997, pp. 11-24.

Municipais.<sup>116</sup> Tratava-se de um ato de significado simbólico que destruiu o lugar da manifestação discursiva do poder estatal. No lapso de uma semana, tais ações se repetiram nas feiras de Amparo e Bom Jesus (hoje Crisópolis).<sup>117</sup>

A constituição da Primeira República de 1891 conferiu aos Estados da União a legislação sobre as receitas municipais, dentro dos limites impostos aos Estados. Aumentada a autonomia política dos municípios, eles sofriam restrições financeiras exercidas pelos Estados quase sempre endividados; ampliaram-se, de modo geral, os tipos e números de impostos, multas e taxas a serem cobradas pelos municípios, mas os Estados lhes exigiam percentagens sobre estas rendas. Mesmo assim, a renda dos municípios aumentou.<sup>118</sup> No interior, devido à quase inexistência de indústrias e profissões tributáveis, o consumo e a exportação do gado e o comércio local e regional assumiram grande importância para os cofres municipais vazios. Os Estados também reclamavam direitos tributários nesta área;<sup>119</sup> as brigas de competência na área de impostos foram marcantes na Primeira República.<sup>120</sup> Como ainda as autoridades transferiram a cobrança dos impostos a concessionários, especialmente nos vastos territórios do sertão, é fácil imaginar a profusão de abusos. O fato que cada feira tinha sua própria tabela de impostos e que os sertanejos ainda não dominaram o sistema métrico agravou a situação.<sup>121</sup> É difícil dizer de forma segura o que aconteceu nestas feiras e quem participou deste movimento; os relatos falam de "uma multidão de adeptos" de Maciel, "agressores", "sequazes da seira do fanático", "troço de fanáticos". Isto é, reduzem os participantes a uma única qualificação, ligando-os ao alvo principal, que era a pessoa de Maciel, e os recoloca dentro do discurso que estão construindo: o discurso do fanatismo e da criminalidade.<sup>122</sup> Entre o seu séquito, tinha gente de diversas profissões, entre eles, comerciantes.<sup>123</sup> A maioria foi aquela gente que constituía a maioria da população sertaneja, como já foi dito: pequenos agricultores com ou sem terra própria, cultivando para o próprio consumo e vendendo os magros excedentes nas feiras locais.<sup>124</sup> Nas descrições existentes de Maciel, prevalece claramente, antes da guerra, a imagem de uma pessoa mansa, por não dizer tímida, falando em

---

<sup>116</sup> Souto Maior, op. cit., p. 203.

<sup>117</sup> Barão de Geremoabo, op.cit. p. 117.

<sup>118</sup> Leal, Victor Nunes, *Coronelismo, Enxada e Voto*, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, <sup>3</sup>1997, pp. 174-177. 1868 os municípios recebiam 2,5% da renda nacional; em 1910 18,6%. A percentagem das províncias/estados subiu de 16,7% para 21,5%. Fausto, Boris, *Brazil: The social and political structure of the First Republic, 1889-1930*, in: Leslie Bethell (Hg.), *The Cambridge History of Latin America*, Vol V, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1986, pp. 779-829, p. 790.

<sup>119</sup> V. as discriminações na Bahia em: *Constituição do Estado da Bahia, promulgada em 2 de Julho de 1891*, Salvador: Typ. do Diário da Bahia, 1891, Art. 109, §1.

<sup>120</sup> V., por exemplo, o relatório do secretário do governo da Bahia, in: *Mensagem e Relatórios apresentados a Assembleia Geral Legislativa pelo Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, Governador do Estado, Bahia (Salvador): Typ. do "Diário da Bahia" 1894.*

<sup>121</sup> Benício, Manuel, *O Rei dos Jagunços*, . *Chronica Historica e de Costumes Sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1899, pp. 161-162.

<sup>122</sup> Referindo-se a Antonio Conselheiro, e posteriormente a Canudos, os jornais do litoral discutiam nos anos 1880 e 1890 constantemente a "desordem" e a violência no "centro" como uma tradição nociva da população sertaneja. V. Bartelt, Dawid Danilo, *O Cerco Discursivo de Canudos. Interdiscursos sobre Antonio Conselheiro e os conselheiristas antes da Guerra*, in: *Cadernos do CEAS. Edição especial "Canudos" (1997)*, pp. 37-46.

<sup>123</sup> Alguns, como os irmãos Vilanova, Antonio da Mota e Joaquim Macambira, ficaram até famosos posteriormente. V. Calasans, José, *Quase Biografias de Jagunços (O Séquito de Antonio Conselheiro)*, Salvador: UFBA, 1986, pp. 53-69.

<sup>124</sup> Um único grupo é diferenciado pelo Barão de Geremoabo: os "índios de Mirandela com arcos e flecha" que participaram do movimento em Soure. V. Barão de Geremoabo, op.cit., p. 116. Estes índios se faziam também moradores de Canudos.

voz baixa, fitando o chão. O Maciel de 1893 não teria assumido a liderança de uma multidão que ia quebrar objetos e atacar pessoas. Ele não tolerou a violência. O seu papel era outro. Benício conta um outro caso, no qual Maciel presenciou, na feira de Chorrochó, um arrematante de imposto que cobrou cem réis de *imposto de chão* a uma mulher velha para o lugar ocupada pela esteira dela, enquanto a mercadoria encima da esteira tinha um valor total de 80 réis. Maciel se referiu a este caso à noite, numa prédica, denunciando o fato como sinal da escravidão republicana; isto é, ele se fez o articulador da insatisfação, do protesto da população rural.<sup>125</sup> Similar deve ter sido o seu comportamento nas feiras de Soure, Amparo e Bom Jesus. Vestiu de palavras e sentido o protesto de uma população iletrada.

A Guerra de Canudos estava inscrita nesta dialética de modernização frustrada: Ela aproveitou a linha de ferro para chegar até Queimadas, mas carecia de mapas adequados, de estudos topográficos, de comunicação. Somente na preparação mais sistemática da quarta Expedição o Estado-Maior do exército mandou construir uma extensão da linha telegráfica até Monte Santo. As senhas da modernidade avançaram pelo sertão através do fisco e da guerra. A última, principalmente, sempre foi uma força poderosa de modernização.

A revolta contra um Estado nominalmente modernizador que queria passar os custos desta modernização a sua população sem devolver-lhe adequadamente os benefícios, não se restringiu ao interior. Na própria capital do Império, posteriormente da República, houve duas revoltas neste sentido: A "revolta do vintém" de 1880 contra uma taxa sobre as passagens dos bondes, considerada pela população como a gota d'água do encarecimento do custo de vida.<sup>126</sup> E a "Revolta da Vacina", de 1904, que protestou, embora com forte gosto de ter sido radicalizada pelos interesses políticos da oposição, contra o decreto da vacina obrigatória contra a varíola. A desconfiança dirigia-se tanto contra uma medicina moderna, injetando líquidos desconhecidos, quanto contra um Estado controlador, no qual seus funcionários invadiram cada lar, elaborando listas de dados sobre cada cidadão.<sup>127</sup>

Deixando de lado importantes aspectos, principalmente os religiosos, o presente trabalho queria sugerir uma perspectiva (dentro de uma explicação histórica sempre multifactoral) que vê os movimentos no interior rural do Nordeste brasileiro dentro de um processo de modernização, um processo mais bem discursivo-simbólico que institucional-material. Esta "modernização discursiva" teve, no entanto, uma materialidade própria: justamente porque se abriu uma fenda entre a modernização do litoral urbano que se estendia discursivamente ao interior, e a perseverância de um sistema "tradicional" de dominação coronelista e de ausência do Estado que agia em nome desta modernização. Exatamente por isso não se pode tratar, aqui, de glorificar o sertão pré-moderno. Trata-se, sim, de apontar criticamente para um processo não-moderno de modernização, uma modernização conservadora e repressiva, no qual faltavam os elementos essencialmente modernos, os elementos "horizontais" que constituem o Estado como instituição prioritariamente voltada ao desenvolvimento das estruturas básicas da sociedade e dos indivíduos considerados cidadãos – a modernidade do discurso legitimador. Esta modernização conservadora, a única realizada no Sertão da

---

<sup>125</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>126</sup> V. Graham, Sandra Lauderdale, *The Vintem Riot and Political Culture: Rio de Janeiro, 1880*, in: *Hispanic American Historical Review* 60:3 (1980), pp. 431-449.

<sup>127</sup> Mendes Jr., Antonio/Maranhão, Ricardo (Org.), *Brasil História. Texto e Consulta*, Vol. 3: República Velha, São Paulo: ed. brasiliense, 1979, pp. 136-7, 201-2; Needell, Jeffrey, *A Revolta da Vacina*, in: *HAHR* 67 (1987), pp. 233-270.

República Velha, provocou atos de resistência. Ela exigiu da população uma participação nos custos da transformação – impostos, taxas, recrutamento, homogeneização –, mas lhe negou os seus benefícios.

## CANUDOS – UM PASSADO QUE ASSOMBRA O PRESENTE

**Clímaco Dias\***

**Luiz Paulo Almeida Neiva\***

Este artigo pretende abordar alguns aspectos sócio-econômicos do movimento social de Canudos, deflagrado no final do século passado, e a tentativa de relacioná-lo com os dias atuais, identificando causas remanescentes, questões recorrentes, ações de preservação da memória do movimento e possibilidades para a promoção do desenvolvimento local.

Os olhares lançados sobre a comunidade do Belo Monte, desde a sua fundação em junho de 1893, até a sua completa destruição em 5 de outubro de 1897, observam-se as mais díspares e contraditórias leituras. A cada tema proposto sobre Canudos é sempre muito provável que se tenha duas ou mais visões, e a cada nova estrada aberta na investigação deste conflito é também, caminho para novas leituras. Esta comunicação se remete a uma leitura de Canudos, nos idos da época do massacre, e, outra leitura, pós-massacre dos dias atuais.

### **Canudos de Belo Monte**

Como viviam os Canudenses antes da eclosão da guerra? Como era organizada a sua economia? Quais recursos naturais se dispunham? Os recursos naturais e os bens materiais disponíveis eram suficientes para garantir a sobrevivência da comunidade? Existia fome em Canudos?

Estas são algumas perguntas que sempre instigaram o debate sobre a guerra de Canudos, pois, as suas respostas, certamente trarão uma compreensão mais clara sobre um dos conflitos mais complexos da história do Brasil.

Algumas dessas perguntas, não se tem dúvidas que não se terá respostas definitivas, mesmo porque, muito dos testemunhos não foram recolhidos, e outros tantos foram queimados no fogo que ardeu no Belo Monte; outros sucumbiram crivados pelas balas de rifles, fuzis e canhões, e por último, as águas do açude Cocorobó arrastaram outra parte da memória.

O primeiro relato sobre o cotidiano de Canudos, e provavelmente a primeira descrição sobre o arraial, é feito pelo Frei Evangelista de Monte Marciano, que acompanhado do frei Caetano de São Leo e do padre do Cumbe Vicente Sabino dos Santos, encetou uma missão ao povoado, que tinha como objetivo principal convencer Antônio Conselheiro e os seus seguidores a abandonarem a idéia de construir uma comunidade independente das leis do Estado. Esta missão, originou-se de um pedido feito pelo governador Rodrigues Lima ao arcebispo da Bahia D. Jerônimo Tomé, e as impressões do Frei são fortemente influenciadas pelo consenso que já se formava nos grupos de poder sobre a necessidade de dispersar Antônio Conselheiro e sua gente.

---

\* Pesquisadores do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC/PPG/UNEB

As falas em oposição, tão comuns quando se trata das temáticas de Canudos, podem ser observadas na voz do Frei Evangelista <sup>(1)</sup>:

“chegamos ao côro, aproveitei a ocasião de estarmos quase sós, e disse-lhe que o fim a que eu ia era todo de paz, e que assim muito estranhava só enxergar ali homens armados, e não podia deixar de condenar que se reunissem em um lugar tão pobre tantas famílias, entres à ociosidade é num abandono e miséria tais, que diariamente se davam de 8 a 9 óbitos”.

Fica claro que o Frei tenta pintar Canudos com as piores cores que ele dispunha, pois a se confirmar tal estatística, deste período em que a missão lá esteve até o início da guerra, mais de 5000 pessoas teriam sucumbido em Canudos vitimadas pela fome e doenças.

Adiante, em seu relatório, o Frei Evangelista, deixa escapar uma de suas muitas contradições quando afirma:

“As mulheres se ocupam em preparar a comida, coser e enfeitar os gorros de que usam os homens; e a noite vão cantar benditos na latada, acendendo fogueiras quando é tempo de frio”.

Pergunta-se: Onde está a ociosidade descrita pelo Frei? Se as mulheres faziam comida, de onde vinha essa comida, e onde estava a fome?

O contraponto à descrição do Frei, talvez possa ser encontrado nos depoimentos dos sobreviventes, dados em diferentes épocas a diferentes estudiosos. O primeiro é Manuel Ciriaco que em entrevista ao jornalista Odorico Tavares<sup>(2)</sup> faz o seguinte comentário:

“No tempo do Conselheiro, não gosto nem de falar para não passar por mentiroso, havia de tudo, por estes arredores. Dava de tudo e até cana de açúcar de se descascar com a unha, nascia bonita por estes lados. Legume em abundância e chuvas à vontade. Esse tempo, parece mentira... ” .

Outro jornalista, Nertan Macedo<sup>(3)</sup>, já em 1962, faz uma memorável entrevista com Honório Vila Nova irmão de Antônio Vila Nova, um dos principais comerciantes de Canudos, e homem da confiança do Conselheiro. Em determinado momento da conversa, Honório faz esta revelação:

“Grande era a Canudos do meu tempo. quem tinha roça tratava da roça, na beira do rio, quem tinha gado tratava do gado. Quem tinha mulher e filhos tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de rezar. De tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra estimada pelo Peregrino. Adiante o sobrevivente esclarece: “Os mascates que chegavam a Canudos viam a nassa paz, prosperidade e riqueza, e saiam propalando pelo mundo.... Não havia precisão de roubar em Canudos porque tudo existia em abundância, gado e roçado, provisões não faltavam”.

É evidente que as falas dos sobreviventes poderiam estar imbuídas de saudosismo e isso tenha favorecido alguns exageros, no entanto, o escritor Manoel Benício<sup>(4)</sup> ex-militar e correspondente da Guerra de Canudos, corrobora com esses depoimentos, quando ao falar de Canudos se refere da seguinte maneira:

"As margens frescas do rio eram cultivadas com plantações de diversos legumes, milho, feijão grogotuba, favas, batatas, melancias, Jerimus, e melões, canas etc. Pela vizinhança, os pequenos cultores da terra, em Canudos, possuíam sítios, pomares, fazendas de criação de bode, animais vacum e cavalares... As mulheres não estavam inativas. As mais pobres e miseráveis fabricavam farinha de bró e parreira. Traziam das caatingas as linhas do ouricuri-coqueiro, que depois de raspadas, eram esmagadas a macetes e piladas no gral bojudo de madeira de lei... As moças fabricavam redes de cruá, indo buscar na caatingas feixes dessas bromélias de que tiravam fibras da casca verde, pilando-as e deixando-as em seguida ao sol para enxugar. Secas e desfiadas, eram torcidas como algodão no fuso, seguindo daí para os teares. Enquanto isto, o malho dos ferreiros batendo nas bigornas e zunindo como um grito de araponga anunciava que não havia falta de foice, faca, chuços e machados..."

Euclides da Cunha em *Os Sertões*<sup>(5)</sup>, faz coro com aqueles que achavam que Canudos era um lugar que só tinha miseráveis, fato é que, no capítulo dedicado a Canudos, cita parte dos relatos do Frei Evangelista. Euclides vê o Belo Monte com o olhar do preconceito quando diz:

"O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas. A edificação rudimentar permitia á multidão sem lares fazer até doze casas por dia; e, a medida que se formava, a tapera colossal parecia estereografar a feição moral da sociedade ali acoitada. Era a objetivação daquela insônia imensa. Documento iniludível permitindo o corpo delito direto sobre os desmandos de um povo. Aquilo se fazia a esmo, adoidadamente. A urbs monstruosa, de barro, definia bem a civitas sinistra do erro... O mesmo desconforto e sobretudo a mesma pobreza repugnante, traduzindo de certo modo, mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça".

A exemplo do documento do Frei Evangelista, Euclides expõe as suas falas contraditórias, ao descrever a entrada dos soldados da terceira expedição no arraial:

"Quase sempre, depois de expugnar a casa, o soldado faminto não se forrava a ânsia de almoçar , afinal, em Canudos. Esquadrinhava os giraus suspensos. Alí estavam carnes secas ao sol; cuias cheias de paçoca, a farinha de guerra do sertanejo; aiós repletos de ouricuri saboroso. A um canto os bogós transudantes, tímidos de água cristalina e fresca".

O que pode se observar neste trecho é que mesmo depois de enfrentarem duas expedições militares, no auge da terceira expedição, os Canudenses ainda tinham reservas alimentares capazes de saciar a fome das tropas famintas.

A conclusão que se pode tirar desses depoimentos a partir de pessoas que testemunharam o cotidiano do arraial, seja no período anterior à guerra ou durante a mesma, é de que Canudos foi uma comunidade que por se organizar de forma solidária e coletiva, conseguiu transpor alguns obstáculos que o meio natural colocava para a sua sobrevivência. É certo que de 1893 a 1897, as chuvas ocorreram de forma regular, não existindo anos que se caracterizassem como secos. Também é importante para se entender como vivia a comunidade, observar que àquela época o meio circundante de Canudos oferecia uma multiplicidade de alimentos e de matérias primas para confecção dos artefatos, que hoje, fruto do desmatamento e degradação do solo, já não existem.

Por fim, cabe destacar que o espírito de solidariedade existente no Belo Monte favorecia, sobremaneira, o estabelecimento de melhores condições de vida da população que alí habitava.

## Canudos pós-massacre

Mesmo que o Belo Monte não tenha sido um entreposto comercial, não se pode negar que a comunidade mantinha intensa atividade comercial com os municípios vizinhos, os quais deveriam suprir a comunidade de calçados, vela, querosene, fumo, artigos de cutelaria, instrumentos agrícolas, rede, artigos de cerâmica etc. Assim, as evidências sugerem que deveria haver renda para adquirir esses bens. E essa renda só poderia advir da atividade agropastoril, porque não parecia viável que uma comunidade com cerca de 15000 pessoas pudesse sobreviver, às custas de esmolas e doações. Assim, se está convencido que havia em Belo Monte atividades econômicas que possibilitaram o crescimento tão expressivo da comunidade, capaz de infligir três fragorosas derrotas ao Exército Nacional, e que só não infligiu uma quarta derrota pela superioridade em armamentos pesados das forças armadas.

Cinquenta anos após o massacre, o Governo Federal realiza uma segunda intervenção em Canudos, desta feita construindo o açude Cocorobó, à época o segundo maior do país; este açude foi significativo na economia municipal e regional, estimulando a pesca de subsistência e comercial, e utilização de áreas irrigadas que passaram a produzir uma pauta diversificada de produtos, especialmente o Perímetro Irrigado do Vaza Barris, em Canudos. Neste caso a ausência histórica de uma reestruturação fundiária e de uma política de utilização plena do açude mostra-se como indicadores de uma realidade extremamente frágil: cerca de 46% das famílias são indigentes, ou seja, 1.368 unidades familiares, o que demonstra que Canudos é uma área muito pobre, e segundo o Censo de 1991, 65% dos chefes de família recebiam remuneração ente 0 e 1 salário mínimo mensal. 52% das pessoas acima de 15 anos não são alfabetizadas.

A análise da posse e uso da terra, revela que há uma proletarização de grandes contingentes da população no meio rural, de um lado a minifundização que é provocada pelo crescimento da família do pequeno produtor, e do outro lado uma concentração de terras nas mãos de uma minoria de privilegiados. Em 1985 o número de estabelecimentos de 0 a 10 hectares representava 74% do número total de propriedades, enquanto participava com apenas 8% da área total dos estabelecimentos. Por outro lado, os estabelecimentos superiores ao estrato de 100 hectares representavam 4% do número total das propriedades, ao passo que alcançavam 70% da área total dos estabelecimentos.

Outras fragilidades apresentadas por Canudos são: as atividades do perímetro irrigado estiveram, ao longo do tempo, basicamente subordinadas ao grande capital e dirigida para a produção de sementes, porém hoje, com predominância da cultura da banana; pouca opção para aproveitamento da produção hortifrutigrangeira; pesca predatória praticada pelos habitantes do município e de outros locais e, até mesmo, por pescadores profissionais; coleta predatória do mel produzido por espécies de abelhas nativas que são importantes na reprodução da flora da caatinga; com o déficit hídrico agravado nos últimos tempos o açude que tem uma capacidade de acumulação de água de 245.000.000 m<sup>3</sup>, dispõe hoje de menos de 10% deste volume, e as medidas de racionamento de água tendem a comprometer até mesmo ao abastecimento humano, caso no próximo período chuvoso não haja precipitações pluviométricas significativas.

Em 1991, 63% dos domicílios de Canudos não tinham canalização interna e apenas 36% dos domicílios eram ligados à rede geral de abastecimento de água. Na sede, apesar da



existência de estação de tratamento, apenas 46% estavam ligados à rede. Os profissionais de saúde vem atestando que os adultos sofrem em grande escala de hipertensão, cárie dental, pneumonia, tuberculose, diabetes, amebíase e esquistossomose. E as crianças de: desnutrição, infecções respiratórias (pneumonia), poliverminoses e diarréias.

Levantamento realizado no mês de março de 1997, no Centro de Saúde de Canudos, revela que 22% das crianças de 0 a 5 meses encontravam-se desnutridas em razão da desmama precoce. No total das crianças de 0 a 5 anos encontrou-se uma taxa de desnutrição geral de 19% e alta ocorrência de crianças "nanicas" - indicador de desnutrição de longo prazo. O programa de agentes comunitários, constatou em agosto de 1997, que 44% das crianças urbanas da faixa de 0 a 2 anos apresentavam desnutrição.

Esses dados são os mais duros indicadores da fome crônica que vem atingindo principalmente as crianças de Canudos. Corroborando esses dados o Índice de Condição de Sobrevivência-ICS\* para crianças de 0 a 6 anos é de 0,57 estando pois, situado na faixa considerada precária.

Continua assim a exclusão econômico-social de Canudos embora ofereça potencialidades econômicas capazes de modificar o **status-quo**.

Em 1996 doenças do aparelho cardiovascular foram responsáveis por 42,5% dos óbitos, seguido de sinais e sintomas mal definidos com 37,5% dos casos, que no geral se relacionam a óbitos sem assistência médica. As neoplasias representavam 7,5%. Portanto há uma predominância de doenças da pobreza (fome, afecções respiratórias, verminoses), associada às doenças do mundo moderno, que são as crônicas degenerativas (hipertensão, diabetes, obesidade, tabagismo).

O padrão de desenvolvimento pós-açude de Cocorobó, que já exhibe uma área de 700 hectares salinizados, significa uma agressão ambiental, a qual obviamente, reforça um processo de empobrecimento, alicerçado, também, pela ausência de políticas públicas estruturantes. Esta ausência se reflete pela não implementação de uma política de desenvolvimento sustentável local, que leve em consideração as fragilidades locais, a potencialidade econômica, a sustentabilidade ambiental dos ecossistemas e a infra-estrutura; tendo como estratégia a organização da população voltada para a gestão adequada do seu modelo de desenvolvimento.

Instituições públicas pesquisadores estudiosos de Canudos têm contribuído para a preservação da memória de Canudos, destacando-se o papel da Universidade do Estado da Bahia, que desde 1984 desenvolve um grande esforço neste sentido. Assim é que merecem observar as seguintes ações: recuperação da memória de Canudos, envolvendo a implantação do Parque Estadual de Canudos, zona de combate da guerra, com uma área de 1.321 hectares, sendo ali demarcados sítios históricos, arqueológicos e paleontológicos; pesquisas arqueológicas, com obtenção de resultados surpreendentes, que sugerem a continuidade do projeto; organização de um acervo documental com 32 mil documentos sobre a Guerra de Canudos, já indexados e agora na forma de 23 CD ROM; realização de diversos eventos, exposições, seminários que visam difundir e discutir um dos episódios mais sangrentos da história do Brasil; publicação de relatórios, livros, revista temática sobre Canudos.

---

\*ICS é um indicador sintético utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a mensuração da qualidade de vida de crianças.

## Canudos - novos desafios

E com a compreensão de que é preciso resgatar Canudos por inteiro, e em respeito à comunidade de um povo que há 100 anos busca uma vida mais digna - comida, terra, casa e bem-estar -, luta que se transformou nacional e se expressa nos "sem terra", "sem teto", "sem educação, etc.", a UNEB colocou os esforços de pesquisadores para pensar e definir, com a comunidade de Canudos novos cenários e novos vetores de desenvolvimento, o que resultou na elaboração do Plano de Desenvolvimento Municipal Sustentável<sup>(6)</sup>. Este Plano propõe a implantação de projetos compensatórios, de educação, de reforma agrária e regularização fundiária, de conservação ambiental, de infra-estrutura, agropecuário, agro-industrial, turismo e de saúde, neste caso, prioritariamente já se elaborou, também o Plano Municipal de Saúde (1998-2001)<sup>(7)</sup>, que permite entre outras, a habilitação do município para a gestão plena da saúde.

Intrínseca a concepção de desenvolvimento sustentável está a busca de uma nova ordem social e econômica em Canudos, regida pela solidariedade inter e intra-gerações, isto é, pelo compromisso ético-social com as gerações futuras, onde o crescimento econômico deve ser compatibilizado com a participação dos sujeitos do desenvolvimento (os atores sociais) e com a conservação do meio ambiente. A ideologia que permeia os trabalhos em relação a Canudos é a constatação de que sustentabilidade significa ainda , um rompimento com as relações de subalternidade, uma transformação das pessoas pela educação, abertura política, redistribuição de poder e de renda, participação da população para a criatividade, diálogo.

Com isto busca-se problematizar e evidenciar os diversos conflitos, equacionando-os, hierarquizando-os com vistas ao desenvolvimento local, definindo vetores para a sustentabilidade ambiental e econômica, mas também, a sustentabilidade social e política – um novo paradigma da sociedade para o enfrentamento da pobreza em Canudos.

## BIBLIOGRAFIA

- 1- MONTE MARCIANO, Frei J. E. *Relatório sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos*. São Paulo, 1994.
- 2- TAVARES, O.; *Canudos cinquenta anos depois* (1947), in: Bahia Imagens da Terra do Povo, Ed. José Olímpio, 1993.
- 3- MACEDO, Nertan; *Memorial de Vila Nova* Ed. O Cruzeiro. 1964.
- 4- BENÍCIO, Manuel; *O Rei dos Jagunços*. Tipografia do Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1989.
- 5- CUNHA, E. da; *Os Sertões*, Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1991.
- 6- UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação. Centro de Estudos Euclides da Cunha. Plano de Desenvolvimento Municipal Sustentável de Canudos - Centro de Estudos Euclides da Cunha. - Salvador: Gráfica da UNEB, 1997.
- 7- Universidade DO ESTADO DA BAHIA. Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação. Centro de Estudos Euclides da Cunha. Plano Municipal de Saúde Canudos 1998-2001 / Canudos - Centro de Estudos Euclides da Cunha. - Salvador: Gráfica da UNEB, 1997.

## CANUDOS: FARTURA, SECA E UMA TESE DO FILÓSOFO “MICO DE SERRINHA”

Sérgio Guerra

“Corre a notícia do “rio de leite e uma serra de cusuz”- muitas pessoas, “ uma imensidade” de gente, ia para Canudos. As pedras viravam pão e a água do rio leite. Comida não faltava, levavam os sacos de farinha feita nas próprias roças e tocavam para Canudos com carga na cabeça, tropa de burro ou jegue. iam comer lá. “A comida era por conta do Conselheiro, o povo era assombrado – esse homem é Deus, fazer um trabalho desse, dá comida a tanta gente!”...

Mascarenhas. 1997.

Baiano quando começa a falar não para mais, muito especialmente se estiver tomando “umas” e encontrar uma platéia que, mesmo não levando à sério, ouvir e der umas boas risadas. Aí então, a festa está completa. Aliás, Fábio Paes, gosta de citar uma frase sobre o nosso feitio artístico, cuja autoria desconheço mas cuja circulação é enorme, que diz: “Baiano não nasce, estréia”.

Deste jeito, num dos eventos da “Comemoração(?) dos 100 anos (da destruição e do massacre da população!) de Canudos” - que Manoel Neto com seus cuidados e preocupações socialistas prefere chamar de “Rememoração”-, estávamos às margens do açude de Cocorobó, obra realizada para que as ruínas e os corpos dos “Mártires de Canudos”, como gosta de dizer o Pe. Enoque, fossem escondidas e esquecidas, estávamos jogando conversa fora numa roda de alguns amigos, entre intelectuais, artistas e expressões políticas de diversos segmentos sociais. Neste momento, aproveitando a descontração geral, Mico de Serrinha, irmão do citado Fábio Paes, pôs-se também a filosofar e saiu-se com uma tese que serve de pretexto para que este escrivanhador também coloque no papel algumas reflexões cultivadas nos últimos tempos de vida entre uma tentativa de ilustração acadêmica e uma militância, mais ou menos rebelde, próxima ao rebanho do Pe. Enoque e os movimentos, também mais ou menos, democráticos e populares de Canudos.

À bem da verdade, devo dizer, inicialmente, para que não o tomem afoitamente como um ignoto energúmeno do sertão, como classificá-lo-ia a tropa intelectual que segue as pisadas de Euclides da Cunha, que o nosso filósofo Mico de Serrinha é um bem situado odontólogo da cidade de São Paulo, portador de formação espiritualista e cientificista que o autoriza a conversar, com razoável fluência, sobre os temas da contemporaneidade, abrangendo desde o futebol até a globalização, passeando, naturalmente, pelas questões historiográficas. Posto isto vai aqui, finalmente, a tese que me faz sentar para escrever estas mal-informaticamente-traçadas linhas, tentando reproduzir, fielmente, tanto quanto a memória e o nível que esta publicação permite as palavras do filósofo. Assim falou Mico de Serrinha, às margens do Cocorobó:

“ - Rapaz! Conselheiro deu uma sorte disgramada! Pois nesses quintos dos infernos se o Exército não acabasse logo com a maluquice deste mundão de gente, como é que ele ia sustentar esse povo todo quando a seca chegasse? Onde ele ia arranjar comida prá tinta mil pessoas nessa seca? Rapaz! Quando chegasse a seca braba esse mundão de gente com fome ia comer até os ... de Conselheiro na brasa! Eu acho que é por isso que ele rezava tanto! Era para o Exército acabar com Canudos antes que a seca chegasse...!”.

Brincadeira à parte, esta tese revela um aspecto que tem passado despercebido nos estudos canudenses: o das condições de vida e, principalmente, de subsistência dos “belomontenses”.

Aqui, cabe um pequeno esclarecimento pois, devemos dizer que a adoção deste termo “belomontense” justifica-se por ser o derivado de “Bello Monte”, nome pelo qual os moradores do vilarejo se autodenominavam em oposição ao externo, oficial e antecedente “Canudos”, consagrado pelos registros jornalísticos, crônicas de guerra e literatura subsequente, conforme trabalho realizado em documentos dos belomontenses encontrados na “*Caderneta de Campo*” de Euclides da Cunha<sup>128</sup>.

Por outro lado, vale o registro do interdito que foi lançado, por Antônio Conselheiro, com a conseqüente maldição de queda da língua para quem utilizasse a palavra amaldiçoada, “Canudos”, conforme encontrado em entrevista com depoente descendente de combatentes de Bello Monte, recolhida por Antônio Olavo e na posse dos arquivos da “Portfolium”. Porém, como este não é o tema fundamental, aqui neste texto, passemos adiante.

O fato que nos interessa aqui, e a preocupação fundamental contida na observação do nosso “filósofo”, é que pouco se encontra nos meticolosos, quase etnográficos diríamos, textos da época e mesmo nos posteriores a respeito da alimentação dos moradores de Bello Monte e de onde provinham os alimentos desta comunidade cujo número de habitantes oscila entre cinco e vinte e cinco mil, a depender do maior ou menor entusiasmo que influencie os cálculos dos diversos autores que se dedicaram a esta problemática..

Uma possibilidade de explicação para o fato desta omissão que se apresenta, numa perspectiva conspirativista, é a de que houve um amplo cerco nos sentido de desqualificação dos moradores de Bello Monte como seres humanos normais e portadores, portanto, dos mesmos atributos das pessoas comuns, com certeza, além de rezar e se penitenciar, necessariamente, também deveriam se alimentar e para tanto produzir alimentos que, de alguma forma, fosse além dos saques, assaltos e furtos que seus detratores lhes atribuíam, mas que entretanto os registros policiais, antes da guerra de tão poucos evidenciam sua pequena ou quase nula ocorrência. Mesmo assim, permanece a idéia de que os “fanáticos” belomontenses não precisariam como qualquer pessoa civilizada produzir sua subsistência.

Entretanto, o que efetivamente se encontram são registros de pedidos de esmolas, solicitações de ajuda a proprietários da região(neste particular existe uma preciosíssima carta assinada pelo próprio Conselheiro no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia), da reclamação da evasão de mão-de-obra da região circunvizinha para Bello Monte e do seu aluguel para trabalhos de empreitada nas fazendas das redondezas..

---

<sup>128</sup> Especialmente as páginas 21,72 e 75. As notas bibliográficas encontram-se ao final do texto.

Estes registros, - bem como os relatos dos índios da região recolhidos por Lúcia Mascarenhas<sup>129</sup> que nos mostram a forma pela qual os índios Kirirís e Kaimbés produziam alimentos nas aldeias e o levavam para o arraial, - além dos hábitos alimentares de extrema frugalidade, do qual o Conselheiro era o exemplo constante, nos fornecem indícios de como se construía o padrão alimentar no Bello Monte.

Sintomático, neste aspecto, é o relato sobre o episódio da pregação dos frades sobre o jejum e o veemente repúdio dos fiéis conselheiristas a respeito do “*comer a fartar-se*”<sup>130</sup> apregoado, registrado pelo próprios frades capuchinhos.

Por outro lado, convém salientar que, apesar das constantes e recorrentes citações e apropriações das referências bíblicas, especialmente no que se refere a “Terra Prometida” onde os rios jorravam leite e mel, traduzidos nas expressões do linguajar belomentense pelos “rios de leite e barrancas de cúscuz”, não encontramos no amplo fabulário circulante entre esta população grandes referências de abundância mítica, a exemplo de chuva de “Manáh” ou algo equivalente, com que alguma entidade superior ou o próprio Conselheiro providenciasse o sustento destes moradores.

Um registro bastante significativo encontramos em Lúcia Mascarenhas, no seu texto citado dos relatos de memórias dos descendentes de índios que participaram do episódio de Bello Monte, onde aparece a estória de uma “*coitézinha*”<sup>131</sup> de Conselheiro na qual eram guardadas as esmolas e contribuições dos que chegavam a localidade e de onde era inesgotavelmente retirada a alimentação para toda a população, à semelhança do que ocorria nos exemplos que fazem parte o caldeirão do ciclo arthuriano ou do milagre da multiplicação dos pães, se quisermos nos fixar no referencial bíblico.

Entretanto, cabe o registro que estes mesmos índios, no período final da guerra, registram de forma extremamente crítica, a dura realidade a que estavam reduzidos pois então, em suas próprias palavras: “... *rio era sangue de povo e a serra de cúscuz era o pessoal arrumado enriba uns dos outros, foi isso que aconteceu...*”<sup>132</sup> Compare-se este depoimento com a citação inicial.

Do ponto de vista mais documental o historiógrafo José Carlos Pinheiro, colega no Centro de Estudos Euclides da Cunha, dispõe de registros de percentuais estipulados para contribuições àqueles que chegavam a Bello Monte, entregavam uma parcela ao Conselheiro e ficavam em seu poder com parte dos bens que dispunham, tudo isto localizado nos arquivos daquela instituição.

Observamos ainda nos registros dos cronistas presente à época na região do conflito inúmeros registros das péssimas condições de alimentação e das dificuldades para se conseguir água potável e das verdadeiras batalhas travadas em torno de comboios de alimentos ou até durante a invasão da cidadela que são dramaticamente narradas pelo próprio Euclides da Cunha na sua “*Caderneta de Campo*” e em outros textos em que trata dos episódios da Guerra de Canudos.

Neste particular, destaca-se as várias citações de deserções de soldados provocadas pela fome, aliadas a ações de heroísmo e astúcias montadas pelos dois lados para surpreender

---

<sup>129</sup> - Mascarenhas. 1997.

<sup>130</sup> - Calazans. 1987. Págs. 5 e 6.

<sup>131</sup> - Pequena vasilha artesanal de barro.

<sup>132</sup> - Mascarenhas. 1997. Pág. 82.

os inimigos atraindo-os para a cilada e a morte. Aos olhos atentos do autor da “*Caderneta de Campo*” não escaparam sequer as denúncias de incompetência e da sempre presente, até hoje, corrupção e roubo envolvendo altas personalidades da República, que se iniciava.

Euclides da Cunha que pouco<sup>133</sup>, ou quase nada, esteve lá no centro da guerra, registrou e/ou construiu belas e vigorosas imagens da vida e do pensamento canudenses através de relatos e de documentos que leu e/ou ouviu (não esqueçamos que ele esteve, na qualidade de jornalista oficial comissionado no alto comando das forças deslocadas contra Canudos) como participante de interrogatórios de prisioneiros de guerra, tendo inclusive registrado na sua “*Caderneta de Campo*”<sup>134</sup> um rico exemplo do comportamento de uma prisioneira face as autoridades interrogantes bem como sua participação e impressões pessoais.

Por outro lado, nos parece de suma importância o depoimento de Honório Vilanova por se tratar de alguém que efetivamente estava lá e, na conhecida expressão de Thompson<sup>135</sup>, “... *eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não.*”. Ele tratava-se de um personagem de grande influência no arraial pois, junto com seu irmão Antônio, dirigia um armazém bastante próximo ao Conselheiro, sendo que este último é citado como um dos chefes da administração do Bello Monte.

Honório, portador de uma memória fabulosa, descreve em entrevista realizada por Nertam Macedo, cerca de 67 anos após a destruição do arraial, a vida no vilarejo indo ao extremo de citar até preços de mercadoria, que nos apontam evidências dos padrões de consumo, bem como da circulação dos produtos, resumidos na expressão: “... *tinha até rapadura do Cariri...*”<sup>136</sup>.

Nesse mesmo texto, ao relatar sua fuga para o Ceará nos fornece algumas pistas para vislumbrar caminhos percorridos pelos comerciantes com suas mercadorias por este vasto sertão, o que ainda está a merecer maiores detalhamentos no sentido de se reconstruir estes caminhos, seus alcances e limites. Torna-se necessário que se refaça, tanto quanto possível, os caminhos que possibilitaram a circulação de pessoas e, junto com elas, modos de vida, experiências e mercadorias como parte desta cultura material que aí, em Bello Monte, se construía.

Honório Vilanova destaca, tanto quanto os outros autores da época de um ou de outro lado, a frugalidade dos hábitos alimentares de Antônio Conselheiro restrito quase sempre a um punhado de farinha e um pedaço de peixe seco, o que deveria servir de exemplo a ser seguido por grande parte dos moradores e penitentes do Bello Monte.

Vale lembrar que, este autor, era comerciante e não era muito ligado aos aspectos da religiosidade, como seu irmão Antônio, pois em suas próprias palavras não era um “...*piolho de sacristia...*”. Entretanto, este aspectos de sua formação não impede que Honório Vilanova nos dê um relato em que, na feliz expressão de Williams<sup>137</sup> embarcando na “*escada rolante do tempo*”, descreve a fartura idílica da vida em Bello Monte.

---

<sup>133</sup> - Villa. 1995.

<sup>134</sup> -Especialmente nas páginas 63/65.

<sup>135</sup> - Thompson, E.P. - Página 13.

<sup>136</sup> - Macedo, Nertam –Memorial de Vilanova. Pág 39.

<sup>137</sup> - Williams. 1990.

O fato é que estes estudos sobre vida material em Bello Monte estão a merecer um aprofundamento a exemplo do que intentou Angelina Garcez<sup>138</sup>, construindo o que chamou de “*modo de produção camponesa*”, numa tentativa que se não dá conta plenamente da explicação do modo de vida, cultura e produção, pelo menos, oferece algumas contribuições nesta área.

Uma rara e cara oportunidade desperdiçada, não só pelos amplos recursos despendidos como pela extensa bibliografia utilizada, foi o trabalho de Levine<sup>139</sup>, que perdeu-se nas limitações de uma historiografia restrita às fontes e enfoques tradicionais, aliadas ao preconceito contra aos depoimentos orais e relatos mesmo quando registrados por escrito dos sobreviventes do lado belomontense.

Uma interessante contribuição sobre essa problemática nos vem em artigo assinado pelo agrônomo Gumercindo<sup>140</sup> na “REVISTA CANUDOS”, do Centro de Estudos Euclides da Cunha, onde foi parar em função de uma dessas “políticas” da administração pública, e que nos oferece um levantamento sobre alguns aspectos do fazer-se belomontense, principalmente no que se refere aos períodos de estiagem que aponta para 1901, como o do ano do flagelo posterior à guerra na região de Bello Monte, o que corrobora com a hipótese do nosso “filósofo” Mico de Serrinha.

Por este levantamento o que se evidencia é que, efetivamente, o período de permanência do Conselheiro nesta região foi uma época em que não havendo secas, nem estiagens prolongadas, foi possível observar-se a “fartura” conforme os padrões alimentares desta região ou a idílica “Idade de Ouro” dos registros dos belomontenses, em geral, e de Honório Vilanova, em especial.

Cabe aqui também o registro de que Gumercindo, em nossas conversas informais de colegas de trabalho, tem revelado que conhece, e fala muito mais, do que consta no seu artigo, tanto no que se refere a sua especialidade de agrônomo que o permite calcular com extrema facilidade as áreas aproveitáveis nas margens do Vaza-Barris para uma agricultura de várzeas, bem como conhece os relatos feitos pela II Coluna, também conhecida por Expedição Savaget, onde se encontra a descrição das fontes produtoras de alimentos encontrados no caminho de Bello Monte.

Fica aqui, inclusive o desafio para que em publicação posterior o companheiro de CEEC/UNEB nos apresente mais detalhadamente, como faz nos nossos debates extensionistas, os cálculos de produtividade, áreas agricultáveis e outros exercícios inumeráveis que permanece elucubrando e que nos permitiriam vislumbrar melhor as possibilidades de sobrevivência e florescimento daquela cidadela, dados estes dos quais o seu texto se ressentir e nós, que pretendemos ir além das meras especulações sobre algumas pequenas questões sobre o povo do Bello Monte, carecemos mais ainda.

Finalmente neste pequeno inventário, que pretende ser o início de uma reflexão e coleta de nossas preocupações sobre a vida material dos belomontenses, devemos registrar o trabalho que Dionísio Nóbrega vem fazendo, na região e nos textos disponíveis para pesquisa, sobre alternativas nativas de alimentação que permitiria aquela população construir aquele aglomerado e resistir ao cerco que se estabeleceu sobre a sua cidadela.

---

<sup>138</sup> - Garcez . 1977.

<sup>139</sup> - Levine, 1995. Págs. 28/9.

<sup>140</sup> - Martins, 1996.

Assim, acreditamos que estes pequenos e novos fragmentos do fazer-se belomontense nos permitirá , pouco a pouco, construir um mosaico que nos apresente cada vez mais proximamente o que teria sido o cotidiano do fazer-se belomontense.

#### BIBLIOGRAFIA:

---

CALASANS, José. \_(apres.). *Relatório apresentado pelo Revd<sup>mo</sup>. Frei João Evangelista do Monte Marciano ao Arcebispado da Bahia sobre Antônio conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos - 1895*. Salvador: Ufba, 1987. (Publicações da UFBA, n.º130) (Ed. Facsimilada).

CUNHA, Euclides da - *Caderneta de Campo*. 1ª Edição. São Paulo. Cultrix. 1975.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim – *Aspectos Econômicos do Episódio de Canudos* – Centro de Estudos da Bahia – Universidade Federal da Bahia - 1977. n. 81.

LEVINE, Robert M. – *O Sertão Prometido: O Massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro. 1893*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 1995.

MACEDO, Nertan - *Memorial de Vilanova*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1983.

MARTINS, Gumercindo – *Canudos: Juntando Cacos*. In REVISTA CANUDOS. ANO I. N.1.Dez/1996.CEEC/UNEB.

MASCARENHAS, M<sup>a</sup>. Lúcia. F.- *Rio de Sangue: Ribanceiras de Corpos*. Salvador: Ufba 1995. (mimeo).

- “TÔDA NAÇÃO EM CANUDOS”-1893-1897. In REVISTA CANUDOS.Vol.II. n.2. Out./1997. CEEC/UNEB.

VILLA, Marco Antônio- . *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.



## A SECA EM CANUDOS

**Eldon Dantas Canário**

Eu, como todo nordestino, acostumei-me a conviver com a seca. Mas só via terras esturricadas e leitos de riachos e rios secos, nos arredores de Canudos. Nascido de uma família de recursos, jamais deixei de tomar leite, ou comer carne, feijão e arroz por causa da estiagem. Meu pai era comerciante e comprava fora tudo que necessitava para o sustento da família.

Não só ele, mas outros moradores, comerciantes, funcionários do governo e alguns fazendeiros conseguiam driblar as dificuldades trazidas pela seca. Os comerciantes não eram tantos. Quatro ou cinco, se muito.

Os fazendeiros (se é que podemos chamar donos de roças de fazendeiros), cujas terras ficavam à margem do Vasa Barris, conseguiam tirar água das cacimbas e usá-la para os gastos de casa e o sustento da criação. A pecuária não era o forte dos donos de terra, que a usavam mais para o plantio de milho, feijão e mandioca. Os caprinos existentes eram a base da alimentação, com o leite e a carne e conseguiam suportar com mais tenacidade a falta de água, contentando-se com as folhas das favelas e dos juazeiros.

Mas os funcionários do governo não eram poucos. Compunham os quadros do DNOCS, que se instalara em Canudos, desde o final dos anos 30, com a incumbência de construir, na Bahia, o trecho da Transnordestina. Entre eles, havia um engenheiro, um médico, enfermeiros, uma professora primária, topógrafos, os encarregados do escritório, do depósito, da oficina, mecânicos, motoristas, tratoristas e outros. Além dos empregados do DNOCS, havia um destacamento da polícia com três ou quatro soldados, comandados por um cabo, a professora do Estado e o Agente postal. Esses funcionários e suas famílias estavam livres dos castigos climáticos, pois sempre dispunham de salário para a compra de alimentos e vestuário. As casas eram fornecidas pelo governo. Com renda certa, podiam se abastecer no comércio local, que adquiria em outras praças as mantenças do dia a dia.

O problema da água foi resolvido, definitivamente, com a construção do açude do Caramaté. A sua água, de boa qualidade, era distribuída nas casas por meio do carro-pipa do próprio DNOCS. Como se pode notar, Canudos era como que um oásis.

Um lugar assim, encravado no meio de uma imensa área desprovida de qualquer tipo de anteparo aos efeitos da seca, atraía, naturalmente, os retirantes que lá chegavam, esperançosos de uma colocação no DONOCS, ou faziam de Canudos um ponto onde pudessem descansar, alimentar-se e reencontrar forças para a interminável caminhada, em busca de trabalho. Eram estes indivíduos que me punham diante da realidade da seca.

Eles enchiam o barracão de redes e ali dormiam. Bebiam a água salobra das cacimbas do Vasa Barris e cozinhavam carne seca na água com sal, fazendo depois um pirão esbranquiçado que os alimentava duas vezes ao dia. A farinha, a carne e o café, eles pediam

nas casas dos privilegiados moradores de Canudos. O pão, compravam na padaria local, com o dinheiro que recebiam, a título de esmola.

Os habitantes dos roçados, principalmente os que tinham suas terras longe das margens do rio, e os trabalhadores dessas propriedades, do mesmo modo, socorriam-se da caridade do pessoal da rua, ou viviam da caça, comendo teiú, preá e pomba de seca. Também servia de alimento o xiquexique assado.

Quando o desespero tomava conta dos pequenos proprietários e a fome ameaçava ceifar a vida dos desprotegidos, os sertanejos apelavam para os poderes dos santos. Então, alguém “roubava” uma imagem da igreja e escondia em casa, só se prontificando a devolvê-la com a chegada das chuvas. Até a do padroeiro, Santo Antônio, foi “furtada”. E quando isso ocorria, os fiéis saíam em procissão, cantando ladainhas, pedindo a Deus que mandasse a chuva. E como nos tempos do Conselheiro, visitavam as sedes das fazendas próximas, com o andor vazio, na esperança de encontrarem a imagem “furtada”, repetindo em coro: “Mandai-nos chuva, Senhor!

Mas, se a seca era prolongada, causando danos mais profundos, como a fome endêmica, o governo vinha em auxílio dos pobres nordestinos. E chegavam a Canudos caminhões carregados de charque e feijão, que deveriam ser distribuídos com os famintos.

Aqui, infelizmente, tenho de dar o meu testemunho de atitudes inescrupulosas de alguns encarregados da distribuição desses víveres. Embora fosse menino, lembro-me de ter ouvido, em mais de uma oportunidade, que esses mantimentos, que deveriam ser distribuídos com os necessitados, terminavam sendo vendidos, o que era um crime. Um velho servidor do DNOCS construiu, em Caratácá, no município de Uauá, onde morava a família de sua companheira, um prédio que destoava da arquitetura local, tal a sua imponência. Diziam que o dinheiro empregado naquele palacete, era produto da venda do feijão e da charque que deveriam ser distribuídos entre os famintos.

Esse meu testemunho tem o propósito de mostrar três aspectos da seca no Nordeste:

O primeiro é a imutabilidade, até os nossos dias, da situação em que se encontra a maior parte da região nordestina. Mesmo com a atuação do DNOCS, da SUDENE e outros órgãos, a seca nunca foi afastada como ameaça que sempre pairou sobre o povo sofrido do Nordeste. Não sei se é possível calcular a quantia despendida, até os nossos dias, no combate a esse flagelo. O que eu vi de veículos, caminhões e automóveis, tratores, perfuratrizes (ou escavadeiras), patrôs (ou planadeiras), caçambas gigantes (pelo menos para nós, os meninos), veículos pesados, usados, inclusive, na última guerra, pelos ingleses (o volante era do lado direito); a quantidade de residências, das mais simples às mais luxuosas, inclusive com geladeiras, isso tudo por mais de maio século, ininterruptamente, nos leva à tranquilidade de afirmar que todo esse mar de dinheiro foi muito mal aplicado. Às vezes, por incompetência, outras, por desonestidade.

O segundo aspecto é o de que a seca não atinge a todos, igualmente, pois como afirmado acima, os privilegiados, como os de minha família, os que tinham emprego certo, os comerciantes e fazendeiros conseguiam passar ilesos pelo flagelo, ou podiam suportá-lo sem maiores sacrifícios. Só os desassistidos sofriam, verdadeiramente.

Agora, ao tratar do terceiro aspecto, permitam-me não declinar nomes de pessoas e autoridades que se comportaram de modo condenável, desviando recursos que deveriam ser aplicados em benefício dos famintos. É que, por estarem mortas, seria leviano, de minha

parte, fazer acusações que não teria mais condições de provar. Vou citar outro fato, além da venda da comida que chegou a Canudos para matar a fome dos miseráveis.

Um grupo de indivíduos (não eram de Canudos) procurou um deputado federal dos mais representativos da Bahia e pediu a ele uma providência para amenizar o sofrimento do povo. Esse deputado conseguiu uma verba significativa, cujo valor, hoje, não seria eu capaz de estipular, em decorrência de tantas mudanças ocorridas em nossa moeda. O dinheiro deveria ser gasto na conservação e conservação de estradas vicinais. O encarregado da empreitada estava aplicando o dinheiro como devia. Mas um representante do deputado, em uma viagem de inspeção, chamou-lhe a atenção, dizendo, com todas as letras, que apenas uma pequena parte do dinheiro deveria ser destinada aos famintos, que trabalhassem na obra. A outra, deveria ser usada para a campanha do ilustre representante do povo baiano.

É triste podermos constatar que, nos nossos dias, continuam sendo usados os mesmos processos, enquanto o flagelo das longas estiagens ressurgem de tempos em tempos, às vezes sob aviso, enquanto aos nordestino só resta fugir em direção ao Sul, onde são tratados como seres inferiores

E morre não só o gado, mas também as inocentes criancinhas. Morre também as esperanças do povo.

Isso significa que o sacrifício de Canudos, que deixou de existir para salvar toda uma região, foi inútil.

Foi-se, com a minha querida terra, não só a memória de um povo, que agora se tenta resgatar, mas também a sua esperança de viver com dignidade.

Salvador, 07 de junho de 1999.

Eldon Dantas Canário.